UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

FLAVIANO MENEZES DA COSTA

MORADAS DA MEMÓRIA:

o valor patrimonial dos lugares privados da antiga São Luís sob o olhar da literatura, da toponímia e da geografia humanista cultural

São Luís
2014

FLAVIANO MENEZES DA COSTA

MORADAS DA MEMÓRIA:

o valor patrimonial dos lugares privados da antiga São Luís sob o olhar da literatura, da toponímia e da geografia humanista cultural

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Márcia Manir Miguel Feitosa.

São Luís
2014

Costa, Flaviano Menezes da

Moradas da memória: o valor patrimonial dos lugares privados da antiga São Luís sob o olhar da literatura, da toponímia e da geografia humanista cultural / Flaviano Menezes da Costa.___2014.

171f.

Impresso por computador (fotocópia)

Orientadora: Márcia Manir Miguel Feitosa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, 2014.

1. Literatura Maranhense – aspecto geográfico humanístico cultural 2. Residências 3. Toponímia I. Título

CDU 911.3:82(812.1)

FLAVIANO MENEZES DA COSTA

MORADAS DA MEMÓRIA:
o valor patrimonial dos lugares privados da antiga São Luís sob o olhar da literatura, da toponímia e da geografia humanista cultural

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em _____/_____/____

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.ª Dra. Márcia Manir Miguel Feitosa (Orientadora)
Departamento de Letras – UFMA

_____

Prof. Dr. Antônio Cordeiro Feitosa
Departamento de Geociências – UFMA

_____

Prof.ª Dra. Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo
Departamento de Letras – UERJ

_____

Prof.ª Dra. Conceição de Maria Belfort Carvalho (Suplente)
Departamento de Turismo e Hotelaria – UFMA

AGRADECIMENTOS

Gostaria, antes de iniciar os agradecimentos, me desculpar por essa parte não seguir o rigor acadêmico ou o formalismo em que se pauta uma dissertação de mestrado e voltar minhas palavras, de forma alegre e espontânea, aos familiares, professores, amigos e colaboradores que ajudaram na finalização desse trabalho. Escolhi esta semana, em que escrevo as “considerações finais”, para tentar expressar toda a minha gratidão às pessoas que me ajudaram a “construir" essa dissertação.

À Prof.ª Dra. Márcia Manir.

Obrigado pela confiança em mim depositada, por suas leituras, críticas e sugestões sempre bem-vindas e, principalmente, pela dedicação e carinho com que conduziu comigo este trabalho acadêmico. Grato pelos livros emprestados, pelos autores compartilhados, pelos sorrisos oferecidos. Nunca me esquecerei dos seus sorrisos (tão iluminados!), de sua generosidade, de sua amizade. Mas como sei que não gostas de elogios, e antes que corte (na revisão) este agradecimento pela metade, paro por aqui.

Ao Prof. Dr. Dino Cavalcante.

Um dia, ainda nas primeiras primaveras da minha primeira graduação (Letras) o senhor me perguntou: Você gosta de Literatura Maranhense? Dentre tantos, meu querido e admirável Prof. Dino, o senhor me escolheu, naquela estação de descobertas, para comungar comigo o seu orgulho por nossa literatura. Espero que um dia eu faça jus àquelas primeiras lições.

Ao Prof. Me. José Neres.

Na minha vida acadêmica, uma frase sua (que não era literária, mais a carrega, enquanto responsabilidade de quem a ama e divulga) ajudou que eu decidisse o que realmente queria pesquisar, sagrar e expressar. A frase pertence a um dos seus artigos publicados em 1997 e os nomes de alguns dos literatos ainda ecoam na minha memória e se tornaram presentes nesta pesquisa. Obrigado, mestre.

À CAPES, em parceira com a Universidade Federal do Maranhão, mediante bolsa concedida durante a realização deste Mestrado, provendo os recursos necessários para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Antonio Cordeiro Feitosa, que acompanhou esta pesquisa deste os primeiros esboços, quanto ainda era um projeto. Seguro nas suas observações, proposta e correções, suas contribuições foram importantíssimas para o desenvolvimento (e finalização) deste trabalho.

Ao mestrado Interdisciplinar Cultura e Sociedade.

Ao Prof. Dr. Almir Ferreira, presente na minha qualificação, presente na minha vida. Sempre me orientando, sempre um amigo disponível (opa!).

À Rodrigo França Silva, companheiro de todas as horas. Pelas intermináveis horas que fiquei falando sobre literatura e arquitetura e você envolvendo-se com as minhas euforias. Obrigado pela revisão dos textos, pelas manhãs e tardes produzindo o "nosso" arquivo fotográfico, pelas palavras de motivação, de admiração (que é recíproca) e pelos projetos que ainda iremos realizar.

Sou muito grato à amizade e ao incentivo constante dos meus amigos: Adeilson, Dayse, Luiziane, Meire e Narjara. Agradeço pelos momentos "extramestrado" e "pós-aula". Sempre comemorando juntos cada conquista, cada etapa vencida.

Agradeço, com profunda gratidão, as secretárias do PGCult: Adriana e Fabianne, que sempre me receberam com um sorriso (sincero!) e me ajudaram nos "trâmites burocráticos" do Mestrado. Espero retribuir um dia tanta gentileza!

À Rosângela Vieira, que produziu comigo o Projeto "Guarnecer para não se perder", embrião desta pesquisa.

Aos amigos da Casa de Cultura Josué Montello, pelo carinho e atenção.

Aos funcionários da Biblioteca Benedito Leite, que comemoravam comigo cada "obra rara" encontrada.

À Academia Maranhense de Letras.

Ao engenheiro Marcos Vinícius e a bibliotecária Leda Maria (Iphan-MA), que proporcionaram a oportunidade de pesquisar documentos sobre a nossa cidade.

À minha irmã, Giselle Menezes, minha grande incentivadora. Pelo apoio neste período tão "agitado".

À minha mãe, Maria de Jesus Menezes: "Morada do meu Ser".

“Cada casa, alí, do Palácio às mais modestas habitações, é uma história viva.”

José Ribeiro do Amaral, historiador.

“Ah! a imponência dos velhos sobrados maranhenses! As varandas escancaradas. As sacadas de ferro. As frontarias de azulejos. E este bater de sinos que me restituiu à infância esmaecida, devolvendo-me a mim próprio.”

Josué Montello, romancista.

RESUMO

Análise das representações literárias dos laços afetivos de indivíduos com suas respectivas residências na cidade de São Luís. A recorrência de descrições da vida privada, ambientada em imóveis que serviram de morada para algumas figuras simbólicas da capital do Maranhão, se fará por meio da toponímia e, em alguns casos, da antroponímia, que leva em consideração o caráter interdisciplinar do signo toponímico (reconhecendo as características físico-geográficas da região, as particularidades culturais da sociedade e as relações estabelecidas entre o homem e o lugar), da Geografia Humanista Cultural (que considera o homem como produtor, e não “produto” de cultura) e se justifica quando é possível redescobrir uma antiga São Luís através destes locais particulares, que constituem também lugares de memória. Indicativos de experiências e conhecimentos que também fazem parte do que hoje recebe a alcunha de “Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade”.

Palavras-chave: Literatura maranhense. Residências. Toponímia. Geografia.

ABSTRACT

Analysis of literary representations of affective ties individuals to their respective homes in the city of São Luís. Recurrence of descriptions of privacy , set in properties that served as home for some symbolic figures of the capital of Maranhão , be made by means of place names and in some cases , the antropotonímia , which takes into account the interdisciplinary character of toponymic sign (recognizing the physical and geographical features of the region's social and cultural features of the society and the relations between the man and the place), the Humanist Cultural Geography (which considers man as a producer , and not " product" of culture) and is justified if it is possible to rediscover an old São Luís through these particular sites , which are also places of memory. Indicative of experiences and knowledge that are also part of that today receives the nickname ' City Cultural Heritage of Humanity ".

Keywords: Maranhense Literature. Residences. Toponymy. Geography.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 01 Foto da Rua do Egito antes da reforma (1908) 50
Figura 02 Foto dos Casarões cercando a Praça Benedito Leite (1908)..... 54
Figura 03 Foto do Sobrado de Graça Aranha – Avenida Dom Pedro II 61
Figura 04 Foto da Placa em homenagem ao romancista Graça Aranha..... 64
Figura 05 Foto do Palacete Gentil Braga – Rua Grande, Nº 124 78
Figura 06 Foto da placa em homenagem a Gentil Braga 81
Figura 07 Foto do Sobrado onde residiu Humberto de Campos – Rua da Paz.... 86
Figura 08 Foto do Sobrado de Ana Jansen - Rua Grande, Nº 96. 91
Figura 09 Foto do Sobrado de Celso Magalhães - Rua das Hortas, Nº 23. 98
Figura 10 Foto dos Casarões do Largo dos Remédios 110
Figura 11 Foto do Casarão do Beco do Couto (Rua Zaque Pedro), Nº 90..... 112
Figura 12 Cartaz com os principais azulejos encontrados em São Luís-MA..... 122
Figura 13 Foto do antigo Palácio das Lágrimas - Rua de São João, Nº 546..... 126
Figura 14 Foto do atual Palácio das Lágrimas – Rua de São João, Nº 546..... 127
Figura 15 Foto do sobrado de Pontes Visgueiro - Rua de São João, Nº124..... 129
Figura 16 Fotos da residência de Ana Jansen 144
Figura 17 Fotos do Casarão da Família Azevedo / Aluísio Azevedo..... 146
Figura 18 Montagem para a campanha do IHGM (2014). 146
Figura 19 Fotos do Casarão do Barão de Itapari / Itapary..... 148
Figura 20 Fotos do Palacete Gentil Braga 150
Figura 21 Fotos do Palácio das Lágrimas. 151
Figura 22 Fotos do Sobrado de Ana Amélia..... 152
Figura 23 Fotos do Sobrado da Família Paixão Cearense..... 154
Figura 24 Foto do Sobrado / Pensão da Madame Faustina. 155
Figura 25 Fotos do cômodo e vista do mirante do Sobrado Maciel Aranha. 160
Figura 26 Foto do Sobrado de João Lisboa e a placa em sua homenagem. 161
Figura 27 Fotos do Solar da Baronesa de Anajatuba..... 165
Figura 28 Fotos do Solar do Barão de Grajaú. 167
Figura 29 Foto do Solar dos Belfort..... 168
Figura 30 Foto do Solar dos Vasconcelos..... 169
Figura 31 Fotos do Solar Gomes de Souza. 171

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

GHC	Geografia Humanista Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Iphan-MA	Superintendência do Instituto Histórico e Artístico Nacional no Maranhão
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

2 POR QUE INTERDISCIPLINAR: movimentos dialógicos no processo de construção de novos conhecimentos 19

2.1 A Toponímia..... 21

2.2 A Geografia Humanista Cultural 25

2.2.1 A Fenomenologia 29

2.3 A Literatura e as Ciências Humanas: lugares revelados 32

3 SÃO LUÍS DO MARANHÃO: memórias edificadas..... 36

3.1 Portas que se abrem para o olhar do forasteiro..... 52

4 AS NARRATIVAS DE MEMÓRIA NAS JANELAS ENVIDRAÇADAS ... 58

4.1 O mirante e o sótão como texto e contexto 76

5 SOBRADO DE LARGO, MORADA DE PORTA-E-JANELA..... 89

5.1 Salas espaçosas, luxuosas, tristes e outras impressões..... 107

6 AZULEJOS MANCHADOS DE LÁGRIMAS E SANGUE 116

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 132

REFERÊNCIAS 136

APÊNDICE 143

1 INTRODUÇÃO

A investigação sobre a “identidade cultural” de um povo corresponde às suas raízes de formação e aos seus desdobramentos sócio-históricos e ético-políticos. Assim, nos encaminha às suas particularidades linguísticas, crenças religiosas, manifestações artísticas, sua história, às reinvenções desta história, à culinária, lendas, praças, igrejas... e também às “Ilustres” residências particulares que compõem a cidade. Nestas moradas encontraremos heranças materiais e imateriais: pessoas, objetos e impressões que estimulam o pensamento à necessidade do seu registro, à preservação de seus contornos arquitetônicos e espaciais, à construção de narrativas e distintas leituras através da história, geografia, sociologia, antropologia e, também, por meio de textos literários.

A Literatura[1] enquanto forma de representação simbólica desses lugares ditos “particulares”, pode nos auxiliar a perceber determinadas realidades espaciais ainda pouco exploradas por outras áreas do conhecimento. Sendo assim, este estudo intitulado “Moradas da Memória: o valor patrimonial dos lugares privados da antiga São Luís sob o olhar da Literatura, da Toponímia e da Geografia Humanista Cultural” tem por objetivo Identificar e analisar obras literárias que representam as relações espaciais de pertencimento, agregação ou repúdio, propostas nos enredos ficcionais de produção maranhense. Porém, prevendo um diálogo entre saberes e na tentativa de contemplar a complexidade das fontes e dos resultados, esse estudo prioriza o caráter interdisciplinar ao estabelecer um diálogo, a partir da literatura, com a toponímia e a geografia (mais especificamente a Geografia Humanista Cultural). Saberes este que, por sua vez, apresentam em suas próprias metodologias (ou fontes primárias) a interdisciplinaridade: a toponímia dialoga com a história, a geografia e a arquitetura; e a GHC possui laços indissociáveis com a história e a fenomenologia.

Em análise, esta pesquisa trás, em um primeiro momento, as seguintes questões: qual a importância do espaço mítico e arquitetônico das moradas (palacetes, solares, casarões, sobrados e residências simples) enquanto lugares

[1] Considerar-se-á Literatura a arte que se vale da linguagem escrita para representar o real ou, a partir dele, criar novas experiências. Portanto, e segundo o crítico, sociólogo e professor Antônio Candido, temos uma arte que se vale da “[...] transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social [...].” (CANDIDO, 2006, p.61).

particulares e históricos? E como as experiências íntimas nas residências e as reminiscências baseadas em histórias reais ou criadas para encobrir ou divulgar delitos e lendas são apresentadas pela literatura? Reflexões iniciais que nos conduz para as duas principais problematizações que serão levantadas:

- Como pensar tais obras narrativas (de memória e de ficção) como propostas de diálogo entre a literatura sobre São Luís com a toponímia e a GHC, quando se integram novos elementos na memória coletiva e reavaliações sobre a noção de pertencimento e o lugar do sujeito?

- Em que medida as obras literárias a serem analisadas ajudarão no processo de atualização do valor patrimonial da cidade de São Luís?

Pretendemos também estender esta análise toponímica no sentido de se repensar essas moradas de épocas coloniais não somente enquanto lugares que convergem o indivíduo para um suposto passado e uma memória individual (que se dariam através das lembranças, da materialidade de azulejos, varandas, pavimentos e mirantes e por meio de suas representações e revalorização na literatura), mas repensar o que significa uma memória coletiva e como esta pode ser "reinventada" ou "ampliada" através da reintegração de elementos e informações oriundas de diversas fontes e apresentadas através de distintas áreas do conhecimento.

Assim, esse estudo possui um caráter inédito ao propor localizar no Centro Histórico da Cidade de São Luís algumas residências que são conhecidas pelos nomes de seus proprietários, ou possuem nomes próprios, ou placas alusivas (de homenagem) e que foram representadas por meio de uma literatura que descreve a relação de pertencimento do morador com o lugar íntimo do lar; casarões estes que, em documentos históricos ou obras descritivas de projetos de restaurações arquitetônicas ou de revitalização do espaço urbano, não são nomeados com seus devidos títulos, sempre adjetivados como "suntuosos", "amplos", "antigos", ou somente, "em estado precário", perdendo suas identidades preservadas por décadas, séculos.

No exercício de investigação, releitura, inclusão e divulgação destas novas impressões sobre as "moradas particulares", e que culmina na produção desta dissertação de Mestrado, nos inspiramos, inicialmente, no projeto "Guarnecer para não se perder: resgate da identidade histórica e literária maranhense através das edificações antigas da capital São Luís", idealizado e desenvolvido juntamente com a Prof.ª Rosângela de Jesus Vieira Silva (hoje, professora da Rede Pública de

Ensino do Maranhão) e iniciado no ano de 2007 quando apresentamos o projeto em escolas da Rede Pública de Ensino da cidade São Luís, além de palestras para professores através de uma parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e com a Casa do Professor.

O projeto tinha por objetivo despertar nos jovens e adultos o interesse de preservação cultural e física do Centro Histórico de São Luís a partir da apresentação de slides com fotos e histórias de ruas e casarões onde residiram alguns dos romancistas mais célebres do Maranhão (dentre estes: Artur Azevedo, Aluísio Azevedo, Bandeira Tribuzi, Humberto de Campos, Graça Aranha, Sousândrade) e algumas figuras, residências e estabelecimentos que entraram para o imaginário ludovicense (Ana Jansen, Catarina Mina, o desembargador Pontes Visgueiro, o Palácio das Lágrimas, Movelaria Guanabara – local onde se reuniram os primeiros expoentes do movimento modernista no Maranhão; a Pharmácia Sanitária – onde era produzido o xarope “Jesus”, posteriormente transformado em refrigerante, dentre outros vultos e residências), contabilizando 23 edificações (incluindo duas religiosas: Igreja do Desterro e Igreja/Seminário Santo Antônio, e o Teatro Arthur Azevedo), 11 escritores, 04 personalidades e 01 escultor.

Desta forma, através de uma narrativa visual e literária, o Projeto Guarnecer nos possibilitou conhecer melhor não somente os imponentes casarões coloniais e seus ilustres moradores, mas diversas narrativas que se encontravam escondidas nas estantes dedicadas à arte literária maranhense das nossas bibliotecas públicas e que precisavam novamente ser privilegiadas na análise das razões e práticas sociais e nas representações edificadas sobre a realidade de São Luís.

As pesquisas sobre a toponímia das ruas de São Luís realizadas pela Profa. Dra. Márcia Manir Miguel Feitosa e pela Profa. Dra. Teresinha de Jesus Baldez e Silva (docentes do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Maranhão - UFMA e coordenadoras do Grupo de Estudos em Língua, Discurso e Literatura - GELLD) também auxiliaram na escolha do suporte teórico e na definição da metodologia desenvolvida nesta pesquisa. Não por acaso, a análise aqui apresentada se realiza também por meio da toponímia e, em alguns casos, da antroponímia, que leva em consideração o caráter pluridisciplinar do signo toponímico (reconhecendo todas as características físico-geográficas da região, as

particularidades socioculturais de uma cidade e as relações estabelecidas entre o homem e o lugar).

A nossa análise, entretanto, parte de uma amostragem de domicílios representados na literatura maranhense, mas não se considerará o grau de integridade física destas residências e nem um período pré-definido a ser privilegiado. Restringimo-nos, contudo, às residências pertencentes aos limites da *urbe* político-geográfica do Centro Histórico da cidade de São Luís, localizada na Ilha do Maranhão.

Deste modo, um caminho que poderia nos conduzir de um bem-intencionado projeto a um tema bem formulado e delimitado de pesquisa acadêmica foi traçado através das seguintes fases: leitura de obras literárias que descrevem a vivência em casas situadas na cidade de São Luís (residências que possuem nomes próprios), leitura analítica completa de obras literárias e obras teóricas a serem utilizadas e definição do tema a ser pesquisado: excluindo possíveis ambiguidades na delimitação do universo temático.

No que se refere à abordagem, e levando em consideração o embasamento interdisciplinar da pesquisa, o método escolhido para o arranjo inicial de análise do objeto a ser pesquisado foi o hipotético-dedutivo que, apresentando-se como um método de investigação (de hipóteses), busca a validade dos resultados na própria verificação dos dados escolhidos. Entretanto, o “enfoque” da pesquisa nos encaminhou ao método fenomenológico-hermenêutico.

Esta articulação metodológica possibilitou a análise dos fenômenos (no caso, o recolhimento e a escolha das obras literárias que descrevem residências que existiram ou existem na cidade de São Luís), considerando, inicialmente, o método cartesiano (tendo como “verdade” apenas aquilo que se apresenta claro e evidente, através de análise, desmembramento e síntese dos dados). Neste método, o objeto prevalece sobre o sujeito, ou seja, “o objeto estudado é posicionado a montante, influenciando o pesquisador e os seus conhecimentos, mesmo que a neutralidade científica seja um pressuposto básico. O real é descrito por meio de hipóteses e deduções” (SPOSITO, 2004, p.34). Portanto, este método surge quando as explicações sobre um dado objeto/fenômeno não são considerados suficientes para elucidá-lo, necessitando-se de um rigor na investigação de dados para que se alcance novas argumentações. A partir disso, são produzidas as hipóteses que, depois de testadas, podem, ou não, serem confirmadas.

Em seguida, empregamos o método fenomenológico-hermenêutico[2], proporcionando a análise e descrição do fenômeno a partir da relação dialética entre o pesquisador e a amostragem escolhida, o que proporcionou reflexões sobre os significados particulares, a sutileza onomástica e a complexidade do objeto de estudo. Nesta fase da pesquisa, o sujeito prevalece sobre o objeto, pois estamos nos posicionando a favor de interpretações dos fenômenos através de um processo pelo qual o que é informado pelos sentidos é, conscienciosamente, compreendido.

Na identificação e análise dos nomes que dão origem a denominações próprias a algumas edificações antigas de São Luís, aplicou-se uma análise toponímica dessas residências, tendo como norteador metodológico os estudos da pesquisadora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick sobre a toponímia e antroponímia no Brasil, a qual a representatividade arquitetônica destes lugares pode resultar na compreensão, *a posteriori*, de uma "relíquia do passado", mas que também carrega consigo o sentido do lar, do habitar, dos conflitos particulares e dos ritmos de transformações sociais em curso nos cômodos de uma morada.

Com relação às "interpretações" da história do Maranhão, as descrições de Claude d`Abbeville (1975 [1613]), Yves d`Evreux (2002 [1614]), José Ribeiro do Amaral (2008 [1912]), Fran Paxeco (2008 [1913]), Eurico Teles de Macedo (2001 [1941]), João Francisco Lisboa (2002) e produções mais recentes realizadas (ou reeditadas) por Mário M. Meireles (1983, 1991, 2012), José Marcelo Espírito Santo (2006), Maria de Lourdes Lauande Lacroix (2008, 2012) e José Henrique de Paula Borralho (2011) foram os que melhor reuniram informações vinculadas com o tema da dissertação.

Desta forma, os temas que necessitaram de estudo e detalhamentos mais minuciosos sobre a arquitetura do Brasil e a topografia do corpo urbano da São Luís Antiga foram investigados à luz dos estudos de Roberto da Matta (1983), Olavo Pereira da Silva Filho (1988), Gilberto Freire (1996), Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès (1998,1996, 2012) e Francisco Fuzzetti de Viveiros Filho (2012).

---

[2]Com relação ao termo "hermenêutico", este está relacionado com o deus mediador Hermes (deus grego da mensagem) e advém da palavra grega *hermeneia*, que inicialmente significava apenas expressão ou interpretação. É *hermeneuein*, uma declaração que, ao ouvir uma mensagem, a comunica ao outro. Em sua versão filosófico-contemporânea, "[...] possui, realmente, uma tarefa crítica e não se restringe, como ocorreu em outras épocas, a uma teoria ou metodologia de compreensão e interpretação da fala e do texto [...]" (GRODIN, 1999, p. 15), mas que se estende à crítica a subjetividade moderna, a representação do mundo através da arte, ao problema da consciência histórica em sua relação com a tradição e por fim ao problema da linguagem.

Dentre as inúmeras obras literárias e narrativas de memória produzidas na capital do Maranhão, selecionamos as dos seguintes escritores: Aluísio Azevedo (*O mulato*, 2005 [1881]), Clodoaldo Freitas (*O Palácio das Lágrimas*, 2008 [1910]), Graça Aranha (*Meu próprio romance,* 1996 [1931]), Humberto de Campos (*Memórias* [1933] e *Memórias inacabadas* [1935], publicadas juntas em 2009), João Mohana (*Maria da Tempestade*, 1997 [1968]), Josué Montello (*Labirinto de espelhos*, 1983 [1973]; *Os degraus do paraíso*, 1986; *Os tambores de São Luís*, 2005 [1975]; o *Diário da manhã*, 1984 e o *Diário da noite iluminada*, 1994), Conceição Aboud (*Teias do tempo*, 1993) e Waldemiro Viana (*A tara de a toga*, 2011), literatos maranhenses (ou que viveram em São Luís) que tratam de diversos aspectos ou temas nas muitas incursões sobre o lugar privado da residência.

O sentido de paisagem e de lugar, as noções de pertencimento e "não-lugar" (ou do lugar-sem-lugaridade); memória individual, coletiva e histórica; e a relação "construir" e "habitar", serão temas privilegiados a partir dos estados do geógrafo chinês Yi-Fun Tuan (*Espaço e Lugar*: a perspectiva da experiência, 2013; *Topofilia*: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente, 2012; e *Paisagens do medo*, 2005), do geógrafo canadense Edward Relph (*Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de Lugar*, 2012) do geógrafo francês Eric Dardel (*O Homem e a Terra:* natureza da realidade geográfica, 2001), do sociólogo francês Maurice Halbwachs (A memória coletiva, 2003) e nos questionamentos do filósofo alemão Martin Heidegger (*Construir, Habitar e Pensar*, 2001, *Ontologia - Hermenêutica da facticidade,* 2013).

As considerações sobre conceituação, função e os aspectos sociais envolvidos no processo literário apoiaram-se nas reflexões dos críticos literários Antônio Candido (*Literatura e sociedade*, 2006) e Alfredo Bosi (*Entre a literatura e a história*, 2013).

O trabalho de investigação e de interpretação, entretanto, teve que exercer um efeito de síntese de todas as informações recolhidas. Pela grande quantidade de fatos históricos e obras literárias que descrevem o lugar das moradas, houve a preocupação de escolhermos obras que não representavam somente uma época, impressão ou ideologia, mas que gerassem reações reflexivas e contribuíssem para uma nova dinâmica de tomada de consciência sobre a identidade não só literária, mas histórico-geográfica e toponímica da cidade de São Luís. Ressaltemos também que esta pesquisa não tem como objetivo somente

estudar as narrativas de memória, os romances e seus autores em seus méritos literários, mas, e principalmente, apresentar estas obras como propostas narrativas que descrevem a relação afetiva que pode surgir entre o homem e a paisagem, contribuindo com a preservação toponímica e cultural das moradas do Centro Histórico de São Luís.

Fundamentados nos dados recolhidos, pela justaposição de impressões e temas encontrados nas obras literárias e nos textos teóricos de fonte primária (e secundária), dividimos a pesquisa em cinco capítulos, dos quais, os três últimos colocam à prova a pertinência da reflexão na literatura sob o prisma do espaço e do pertencimento do/no lugar.

O primeiro capítulo ("**Por que interdisciplinar:** movimentos dialógicos no processo de construção de novos conhecimentos"), de caráter teórico, possui o intento de apresentar os conhecimentos científicos que nortearão os resultados desta investigação. Ao demarcarmos o que historicamente tem significado produzir pesquisas interdisciplinares ou multidisciplinares nas ciências humanas e sociais e como ocorre, na contemporaneidade, o diálogo entre os saberes, é possível depreendermos que os nossos objetos de pesquisa e o referencial teórico que adotamos favorece o fazer interdisciplinar.

O segundo capítulo ("**São Luís do Maranhão:** memórias edificadas") apresenta os principais aspectos da formação histórica da cidade de São Luís a partir de sua conformação física. Este capítulo, entendamos, tem por finalidade apresentar a evolução urbana da cidade de São Luís, com uma exposição histórica, envolvendo, predominantemente, os acontecimentos que incluem a origem, ampliação e alterações na arquitetura das edificações particulares ludovicenses.

"**As narrativas de memórias nas janelas envidraçadas"** – capítulo que tratará de narrativas de memória, ou obras com descrições autobiográficas, que nos proporcionam lembranças de infância e de mocidade vivenciadas por literatos em moradas antigas do Centro Histórico de São Luís, representadas enquanto espaço de rito de amadurecimento e inclusão social.

"**Sobrado de Largo, morada de porta-e-janela"** – a realidade urbana e as diferenças sociais através das descrições de moradas de personagens que pertencem a classes sociais distintas. Cabe observar que a atmosfera que nos oferece as obras literárias aqui analisadas, ao descrever os ambientes, os extensos conjuntos de móveis e objetos de época, ou a escassez desses objetos, já são em si

um invejável cabedal de informações sobre as divisões socioeconômicas de São Luís.

"**Azulejos manchados de lágrimas e sangue"** – sobre crimes famosos, transformados em obras literárias, ocorridos em "moradas nobres" e que podem nos encaminhar à análise do sentimento de Topofobia, ou de um lugar-sem-lugaridade, quando a experiência do lar (ou do lugar considerado como "abrigo") não sugere o sentimento de pertencimento**.** Buscaremos compreender as experiências de não-pertencimento nas residências e a possibilidade do símbolo territorial da rua como elemento identitário.

Nas "**Considerações Finais**", tratamos de, retrospectivamente, indicar a importância da relação entre a arte literária e as ciências humanas que possibilitam novos saberes e reflexões, podendo estes, serem integrados aos elementos da memória coletiva e servirem como indicativos nas reavaliações sobre a noção de espaço, lugar, lar e pertencimento do sujeito.

Frisamos também que, no decorrer desta dissertação procuramos conservar a escrita original dos textos utilizados com o objetivo de evitar problemas de atualização com expressões já abolidas ou substituídas pelas novas normas da língua portuguesa. Portanto, tanto os textos de cunho histórico, quanto os literários estão transcritos do mesmo modo que foram escritos na época da publicação.

Por fim, produziu-se um Apêndice com o intuito de apresentar um breve levantamento toponímico (e antroponímico) de algumas residências que possuem nomes próprios ou placas alusivas, destacando: a localização, breve descrição arquitetônica, abreviada biografia dos proprietários homenageados (no caso das placas toponímicas), obras literárias nas quais são citadas e situação atual destas moradas. Produção esta que, espera-se, contribua para o aumento do corpo de conhecimentos sobre os casarões ludovicenses, quando o contato dialógico da Literatura com a Toponímia e a GHC possibilita diversas interpretações, reais e simbólicas, sobre a memória da cidade de São Luís.

2 POR QUE INTERDISCIPLINAR: movimentos dialógicos no processo de construção de novos conhecimentos

Em um mundo no qual vivenciamos a difusão fragmentada de saberes, o imbricamento entre diversas áreas do conhecimento tem aberto, principalmente dentro das ciências humanas, sendas teórico-metodológicas e novas compreensões sobre a importância do diálogo epistêmico.

Mais do que se preocupar qual o "lugar" que se fala, hoje se busca estabelecer vínculos temáticos existentes entre diferentes saberes que, de forma comparativa e sistemática, podem ajudar a conferir melhor resultado para as pesquisas que são realizadas. Desta forma, temos uma atitude epistêmica interdisciplinar quando conseguimos ultrapassar o próprio regime da especialização vivenciado nas pesquisas acadêmicas e ousamos buscar em outras áreas, teorias e metodologias possibilidades de se criar uma investigação dialógica que culminará em uma compreensão mais ampla sobre o problema investigado.

Quando afirmamos que precisamos ou dependemos de um conhecimento para construir uma teoria, conceito ou hipótese, normalmente buscamos abrigo nas disciplinas que nos ampararam até aquele momento. E isto significa integração de nomenclaturas e perspectivas gnosiológicas próximas. Busca-se um contorno instrumental para se organizar e se delimitar um território a ser analisado, concentrando a pesquisa em um único ângulo de visão, que, certamente, dominamos, e isto é mais do que presumível e aceitável.

De certo modo, encontramos nesses saberes uma interdisciplinaridade já cristalizada dentro da exploração científica especializada da disciplinaridade, na qual a lógica das perspectivas os aproximou de tal modo que a "unidade do saber" não necessita mais dos jogos de adequação e corroboração simultânea[3]. Por isso, possivelmente, um termo que não cabe nesta maneira de organizar, de delimitar e de representar a seleção de conhecimentos será "negociação".

Em uma nova configuração epistemológica, a qualidade de se concentrar em uma "unidade de saber" que favorecia uma fonte segura e uma visão particular

[3] Mesmo assim, deve-se usar o termo "interdisciplinaridade", a partir da noção de disciplina ou de "organização disciplinar", esta que "[...] foi instituída no século XIX, notadamente com a formação das universidades modernas; desenvolveu-se, depois, no século XX, com o impulso dado à pesquisa científica; isto significa que as disciplinas têm uma história: nascimento, institucionalização, evolução, esgotamento, etc; essa história está inscrita na da Universidade, que, por sua vez, está inscrita na história da sociedade, [...]." (MORIN, 2002, p. 105).

(e confortável) sobre as práticas instrumentais, excluindo eventuais choques de resultados, perde a sua força nos dias atuais, quando observamos que esta linguagem disciplinar alça barreiras que podem impossibilitar e inviabilizar diálogos com outros saberes das diversas áreas do conhecimento e que uma abordagem relacional, ampliada e radical proporciona resultados mais completos e complexos. Posto isto, gostaríamos de apresentar alguns breves conceitos sobre interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdiciplinaridade, e o mais importante aqui: o que realmente determina uma pesquisa vir a ser *inter* ou multidisplinaridade.

Mais do que um conceito-chave para quem procura esclarecer a proposta de uma atitude metodológica que ultrapassa a utilização de teorias específicas e abre espaço para colaborações de conhecimentos no intuito de se construir novos saberes, a interdisciplinaridade tornou-se uma gradação de conceitos (inter, multi, pluri e transdisciplinar) que se estabelecem sempre na esfera de coordenação e de cooperação entre as disciplinas escolhidas.

Segundo o pesquisador brasileiro Hilton Japiassu[4] (que reconhece sua influência nas pesquisas sobre o tema no filósofo e epistemólogo francês Georges Gusdor), a **Interdisciplinaridade** seria um "axioma comum a um grupo de disciplinas conexas e definida no nível hierárquico imediatamente superior, o que introduz a noção de finalidade". Por sua vez, a **Multidisciplinaridade** consistiria em uma "gama de disciplinas que propomos simultaneamente, mas sem fazer aparecer as relações que podem existir entre elas". Desta forma, a **Pluridisciplinaridade** se apresentaria como uma "justaposição de diversas disciplinas situadas geralmente no mesmo nível hierárquico e agrupadas de modo a fazer aparecer as relações existentes entre elas". E, por fim, a **Transdisciplinaridade**, a "coordenação de todas as disciplinas e interdisciplinas do sistema de ensino inovado, sobre a base de uma axiomática geral". (JAPIASSU, 1977, p. 73 e74).

O que podemos garantir destas delimitações frágeis dos campos conceituais de interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdiciplinaridade é que todas serão sempre reações positivas e alternativas às abordagens conhecidas como "disciplinares normalizadoras" dos múltiplos objetos de estudo. Independente

[4]Primordialmente, o autor volta seus estudos para o conhecimento interdisciplinar na prática pedagógica, o que não prejudica a conceituação e suas implicações em outros momentos e práticas. *Interdisciplinaridade e patologia do saber* (com uma primeira edição de 1976) é considerada, até hoje, uma das produções mais expressivas sobre a natureza da interdisciplinaridade em nosso país, sempre surgindo como referência obrigatória em obras mais atuais.

das definições que, ao longo dos anos, foram reestruturadas e assumidas, estes diálogos epistêmicos sempre estarão, *a priori*, surgindo no campo da possibilidade e dos saberes considerados fragmentados, o que nos leva à qualidade de negociação de dados, de integração de saberes que podemos encontrar nas justaposições definidas acima, pois, "do ponto de vista integrador, a interdisciplinaridade requer equilíbrio entre amplitude, profundidade e síntese. A amplitude assegura uma larga base de conhecimento e informação" (JAPIASSU, 1977, p. 65 e 66).

Discorremos sobre negociação, integração, equilíbrio e resultados dialógicos, porém uma pequena diferença parece envolver a interdisciplinaridade com relação às outras propostas: aquela ainda nos propõe uma "hierarquização", mas enquanto um ponto de partida, enquanto as outras nos falam de concomitância. Na interdisciplinaridade todos os conhecimentos que serão incorporados estarão a serviço da disciplina primeira relacionada ao objeto, que no nosso caso é a Literatura, o que de forma alguma impede que se transportem métodos e informações de uma especialidade para outra, ao contrário, a meta aqui, tal qual a transdiciplinaridade, é a de "compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento." (NICOLESCU, 1999, p. 23). Portanto, em um projeto de pesquisa que se considere interdisciplinar é imprescindível determinar o valor de cada disciplina, equiparando-as e discutindo (em um nível teórico-prático) suas estruturas e principais intencionalidades.

2.1 A Toponímia

> [...] A Toponímia[5] é uma herança preciosa das culturas passadas. Batizar as costas e as baías das regiões litorâneas foi a primeira tarefa dos descobridores [...]. O batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns aos outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço. (CLAVAL, 2001, p.189).

No Brasil, tendo em vista a ação de "nomear" alguns lugares com denominações próprias, houve a necessidade de elevar também a importância do estudo e do (re)conhecimento da história nacional por meio do inventário desses nomes através de uma nova ciência, denominada Toponímia.

[5]Termo de origem grega. Decompomo-lo em *topos* (lugar) + *onyma/onoma* (nome, designação).

Segundo a pesquisadora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick[6] (1990), a Toponímia seria o estudo dos "nomes próprios de lugares[7]" e, por isso, faz parte do ramo da Onomástica, que estuda os nomes próprios "genericamente considerados". Nomes estes que se transformam em enunciados linguísticos e são compostos por aspectos culturais que existiram ou existem. Por isso, segundo a autora, a toponímia traz consigo "um imenso complexo línguocultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente." (DICK, 1990, p.19).

Como disciplina acadêmica, a Toponímia surge na década de setenta (século XX) nos cursos das ciências humanas, mais especificamente, nos de Letras, voltando-se, inicialmente, para os estudos mais regionais e fundamentados nas realidades étnico-sociais e discussões sobre linguagens e termos regionais.

> A Toponímia do Brasil, de modo geral, tinha seu interesse centrado mais nas línguas da terra, especialmente no tupi antigo, do que no próprio elenco denominativo do português. Paralelamente ao estudo das etimologias indígenas, e seu significado admitido ou aparente, buscava-se, pelo contato dos primeiros viajantes europeus aqui aportados desde os primeiros tempos, até o século XIX, inclusive, conhecer as influências que o meio local produzira no falante e a forma pela qual rios, morros, serras, animais, vegetais, participaram desse processo denominativo. Buscava-se ainda, saber como tais interferências ocorreriam no grupo, se de modo desagregador ou animador, relativamente ao fato em si e às circunstâncias da própria incorporação. [...]. (DICK, 2006, p. 94).

Desta forma, a toponímia no Brasil terá, neste primeiro momento, poucos objetos de pesquisa e escassos ângulos de entendimento. Entretanto, o interesse por nomes próprios de objetos e seres, que até então eram vistos como meros marcadores espaciais serão, mais tarde, analisados por esta área do conhecimento que, por sua vez, articulará dois referentes: o temporal (que cunha uma memória toponímica) e o espacial geográfico (função toponímica). Segundo Dick (1990, p. 24):

---

[6]Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo, a pesquisadora tem, nessas últimas décadas, se dedicado à pesquisa e elaboração do *Atlas Toponímico do Brasil* (que teve início com o *Atlas Toponímico do Estado de São Paulo*), trabalho este que se tornou um norteador de diversas pesquisas toponímicas regionais.

[7] A autora ainda esclarece que, neste caso, englobam-se nomes de "lugares habitados ou não", quando existem diversos lugares (países, avenidas, ruas, caminhos e residências) desabitados ou que restaram somente os nomes como memória.

> [...] a aproximação do topônimo aos conceitos de ícone ou de símbolo, sugerido pela própria natureza do acidente nomeado, [...], vai pôr em relevo outras características do onomástico toponímico, qual seja não apenas a identificação dos lugares, mas a indicação precisa de seus aspectos físicos ou antropoculturais, contido na denominação.

Portanto, a própria estrutura da pesquisa toponímica possui um caráter que pode ultrapassar a interdisciplinaridade e se revelar pluridisciplinar, quando a análise de um signo toponímico exige acordos e emprego equiparado dos saberes na busca do reconhecimento de significantes. Neste caso, e segundo Dick (1990), nos primeiros estudos toponímicos, levava-se em consideração a história da sociedade a que o objeto a qual pertencia, as propriedades físico-geográficas e as particularidades socioculturais da região; a diversidade linguística presente; e a relação comparativa do termo utilizado em outros meios e sociedades**.** Mas, *a priori*, esclarece ainda a pesquisadora:

> A Toponímia desenvolveu-se acompanhando um vocabulário geográfico de ocorrências, pois geográfico era o seu objeto de estudo (t*opos*=lugar), na distribuição entre elementos físicos e antrópicos da paisagem, mas também em relação intersemiótica. (DICK, 2006, p. 96).

Ao contrário do que se possa pensar, a Toponímia não se limita a dar "sentido" a uma rua ou a um logradouro, oficializando-os com um nome próprio através de uma placa toponímica (ou alusiva). No caso das cidades, ruas, avenidas, praças, casas ou qualquer estrutura física pública ou particular que possui denominações particulares, este sentido de oficialidade já está presente na memória local. Mesmo que a denominação também nos leve a questão de um registro de poder imposto, a Toponímia auxiliará no reconhecimento ou preservação destas denominações através do recolhimento de informações em diversas áreas do conhecimento relacionadas àquele objeto.

Com relação a uma metodologia, por ser ainda um campo novo de investigação, observamos, em pesquisas já desenvolvidas na área da Toponímia[8], que, atualmente, não se pode assegurar um procedimento fixo ou um modelo sistêmico na seleção, coleta, análise e compreensão das pesquisas escolhidas.

[8]Buscamos nos estudos de caso do Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais - variante regional do Atlas Toponímico do Brasil. In: *O léxico em estudo* (2006), algumas observações indicativas sobre as propostas metodológicas de pesquisas na áreas da toponímia.

Muito dependerá da formação dos pesquisadores envolvidos e do objeto a ser analisado. Porém, algumas observações e dados parecem ser imprescindíveis:

▪ Nomenclatura primária (genérica motivadora) e nomenclatura específica do termo do qual surgirá a expressão toponímica ou antroponímica;

▪ Origem etimológica dos nomes e cuidado com os estrangeirismos ou empréstimos linguísticos, quando se percebe que algumas dessas denominações são comuns a diversas localidades, mas possuem sentidos particulares;

▪ Procedência histórica e emprego cronológico (perpetuamento ou desaparecimento) da "denominação" do objeto pela sociedade;

▪ Se necessário: situação geográfica, socioeconômica e linguística (renominação de título) atual do objeto; e os motivos e agentes político-culturais que indicaram possíveis mudanças ocorridas.[9]

Portanto, a pesquisa toponímica não se apresenta somente como um conjunto de coleta, classificação e interpretação de nomes próprios de objetos e lugares, para posterior comprovação de acordos socioculturais, mas também informações que proporcionam uma compreensão mais ampla sobre como estas denominações foram aplicadas e conservadas pelos membros de uma determinada sociedade e contribuíssem para que os imóveis nomeados se tornassem monumento/documento histórico.

No conjunto de topônimos a serem analisados nesta pesquisa, encontram-se, em sua grande maioria, o que a pesquisada Dick (1992) denomina também "antropotopônimos"[10], o qual, no contíguo de tópicos a serem privilegiados em uma análise toponímica (dialetologia, etimologia, semântica dos nomes, registros e frequência do emprego, padrões motivadores, categorias taxionômicas), entende-se desnecessário ressaltar uma explicação minuciosa e comparativa do estatuto linguístico individual de cada termo. Neste caso, a associação entre o estudo da origem dos nomes próprios dos lugares, o surgimento de uma identidade cultural e a compreensão de tais lugares em suas dimensões ontológicas nos encaminha a um diálogo profícuo com a Geografia Humanista Cultural.

---

[9] Dados recolhidos e resumidos dos textos *Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II* (2003) e *Fundamentos teóricos da Toponímia* (2006).

[10] Para nomes de pessoas temos a dimensão "fato social", genérico; "[...] para antropônimo, "fato linguístico", específico onomástico e, para antropotopônimo, fato toponímico terminológico e especializado ou nomes de lugares com motivação antroponímica." (DICK, 2007 p. 146), qual seja: nomes de lugares motivados por nomes de pessoas. Entretanto, continuaremos apenas com a denominação "antroponímia".

2.2 A Geografia Humanista Cultural

A Geografia Humanista surge quando uma nova realidade (a partir do século XX) exige que as ciências humanas reavaliem seus modos de lidar com limites territoriais, organizações econômicas, hibridismos culturais e relações interpessoais. Segundo o geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes (2003), estas ciências deveriam superar um tipo de fundamento positivista clássico que se dedicava a descrever e a quantificar os fenômenos sociais, não dando conta de explicar a complexa realidade atual. Na geografia atual (mais especificamente, a partir da década de 1960), esse movimento de renovação irá buscar novas técnicas de análise e, no diálogo com a fenomenologia, a compreensão de que a ação humana é, em sua essência, ontológica.

Enquanto que na Geografia Tradicional (ou Clássica) tudo era empiricamente reduzido ao domínio da aparência dos fenômenos e a própria realidade ao mundo dos sentidos, obrigando ao pesquisador ser somente um mero observante; na Geografia Humanista, os pesquisadores serão vistos como "observadores ativos" e, segundo Moraes (2003), capazes de se posicionar e interpretar os antigos e os novos grupos sociais humanos que se distribuem em antigos e recentes territórios.

É importante salientarmos que, por muito tempo, a Geografia foi vista somente como o "estudo da superfície terrestre", posteriormente incluindo-se os "estudos de paisagem" e os de diferenciação de áreas. Em seguida, serão concebidos estudos sobre a espacialidade dos lugares e, por fim, os estudos sobre a relação do homem com o ambiente em que vive ou trabalha. Desta forma, tem-se início uma série de estudos que terá como enfoque a relação homem-lugar e não somente o ambiente habitado, inaugurando-se a chamada Geografia Humanista[11], considerada, até pouco tempo, uma área menor da Geografia Tradicional.

O geógrafo francês Paul Claval (1978) pontua que, antes das mudanças indicadas acima, já existiam os geógrafos reconhecidos como "humanistas", interessados pelos estudos da relação e adaptação entre o homem e seu meio; mas

[11]Segundo Holzer (1999), a História da Geografia Humanista possui dois núcleos de desenvolvimento e recebeu influências de duas matrizes: a Geografia Anglo-saxã, influenciada pela geografia cultural, histórica e comportamental (com referências à fenomenologia, ao behaviorismo e à psicologia) que se desenvolve nos Estados Unidos; e paralelamente a Geografia de origem francesa, que recebe influência da geografia comportamental (semiótica e psicologia).

também os geógrafos denominados “culturais”, que tinham interesse nos “estudos dos elementos culturais”. Deste último, destaca-se a aproximação com as áreas da história, da literatura, da psicologia e da filosofia quando se objetiva corroborar um retrato “pessoal” entre os povos e suas localidades. Em ambas as correntes, que posteriormente se integrarão, o conceito de “paisagem cultural”, na qual a cultura é o meio/agente e a paisagem o resultante, será integralmente incorporado. Assim,

> A Geografia não pôde ignorar o sentido do já vivido. Os geógrafos hoje tentam, pois, descobrir como é que as pessoas sentem o ambiente em que vivem e se deslocam: para lá da percepção**, é na profundidade dos laços íntimos que ligam o homem ao meio que eles procuram penetrar**. (CLAVAL, 1978, p.150, grifos nossos).

Os geógrafos humanistas culturais[12] consideram o homem como produtor (e não “produto”) de cultura e atribuem valores e significados específicos para os objetos que os mesmos constroem. Sendo assim, associando as contribuições dos grupos sociais à representatividade individual, surgem questões específicas, como: o mundo experienciado, a intencionalidade das ações e o próprio autoconhecimento, quanto, tudo aquilo que se sabe sobre o mundo, compreende-se a partir da própria experiência individual de mundo.

Novamente a interdisciplinaridade estará presente, desta vez na valorização das análises do pluralismo simbólico e comportamental que fará com que a GHC crie diálogos com as outras ciências, as artes e a filosofia. Uma nova aproximação que, mais do que identificar e reconhecer elementos autênticos ou “reais” na própria descrição das paisagens, lugares ou objetos, estabelece um entrelaçamento de saberes.

A forma como os indivíduos identificam-se com uma “paisagem” e se territorializam (ou não) em um “lugar”, é tema de estudos de geógrafos e pesquisadores contemporâneos, mais particularmente, o chinês Yi-Fu Tuan (1930-), o canadense Edward Relph (1944-), os franceses Gaston Bachelard (1884-1962), Eric Dardel (1899-1967), Paul Claval (1932-) e a irlandesa Anne Buttimer (1938-). Em

[12]Enquanto campo disciplinar dentro dos estudos geográficos, a Geografia Humanista surge na década de 1970 (na época, denominada “humanística”), centrando seus estudos na ação humana, na relação representativa do homem com o ambiente e na análise objetiva e subjetiva de seus produtos. Dentre estes estudos se destacaram os da relação entre o homem e o produto por ele formulado ou transformado em *habitat*, isto é, a paisagem cultural. Surgem, assim, na década de 1980 alguns cursos sobre “geografia cultural”, principalmente nos E.U.A.

todos estes autores[13], o espaço e o lugar vividos e representados pelo homem, também definem a natureza da geografia da paisagem.

Neste contexto, esta corrente da geografia contemporânea se posiciona de forma contrária e crítica ao exagero da sistematização do entendimento sobre as coisas e tende a não reduzir suas contribuições a conclusões generalizantes sobre a vida social e suas complexidades. Desta forma a GHC procura enfatizar os conhecimentos socioculturais, mas a partir da existência de cada indivíduo ou, pelo menos, respeitando a relação subjetiva que cada um possui com o mundo, mas não se valendo disto para conclusões abstratas e tendenciosas.

A atitude autônoma da geografia humanista (e, por conseguinte, da GHC) com relação à geografia tradicional evidencia-se nas novas dimensões conceituais sugeridas para: paisagem, lugar, habitar e sentido de *estar-no-mundo.* Todos estes conceitos estão presentes nas obras do geógrafo chinês Yi-Fun Tuan[14], um dos mais importantes geógrafos da contemporaneidade e que, desde os primeiros estudos (na década de 1970) advertia que nas reflexões e pesquisas geográficas não havia uma preocupação em se discutir o espaço enquanto uma realidade social, ou mesmo de se lidar de maneira "intersubjetiva" com todas as localizações que se distribuem mundo afora.

Em uma de suas obras mais importantes - *Topofilia:* um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente (1974), Tuan relaciona lugar com a questão da afetividade, evocando percepções (e sentimentos) para transformar um espaço em lugar. Na obra *Espaço e Lugar:* a perspectiva da experiência (de 1977) procura pensar o espaço enquanto perspectiva da experiência humana, enfatizando questões como o antropocentrismo na relação homem-lugar que, por sua vez,

[13]Ver TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente* - Tradução de Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012 e *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência* - Tradução de Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012); RELPH, Edward. *Place and Placelessness.* London: Pion, 1976; BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2008; DARDEL, Eric. *O homem e a Terra:* natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011; CLAVAL, Paul*. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana.* In: Matrizes da Geografia Cultural. Rozendahl, Z & Corrêa,L. org. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, *A nova Geografia.* Livraria Almedina, Coimbra. 1978 e *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011; e BUTTIMER, Anne. *Geography and the Human Spirit*. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1993.

[14]Nasceu na cidade de Tientsin, na China, em 1930, onde viveu até os dez anos idade, quando se mudou com a família para viver em outros países (Filipinas, Austrália, Reino Unido e E.U.A). Por conta destas "imigrações", também é naturalizado como sino-americano. Formou-se em Oxford, graduando-se em 1951, concluindo seu mestrado em 1955 e o doutorado em Berkeley (Califórnia) no ano de 1957 com a tese "A origem dos frontões do sudeste do Arizona". Lecionou nas Universidades de Indiana, Novo México e Toronto, produzindo, paralelamente, inúmeras obras que, de forma inovadora, aproximaram a Geografia da Filosofia, da Psicologia, da História e das Artes.

enseja reflexões sobre experiências ambientais, culturais e históricas. Com *Paisagens do Medo* (1979) Tuan evidência as bases biológicas dos indivíduos para ratificar a onipresença do medo em suas vidas, e como este sentimento se torna complexo no homem e ganha novas dimensões na vida urbana. Assim sendo:

> [...] Duas pessoas não veem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente. A própria visão científica está ligada à cultura – uma possível perspectiva entre muitas. À medida que prosseguimos neste estudo, a abundância desnorteadora de perspectivas, nos níveis tanto individual quanto de grupo, torna-se cada vez mais evidente; e corremos o risco de não notar o fato de que, por mais diversas que sejam as nossas percepções do meio ambiente, como membros da mesma espécie, estamos limitados a ver as coisas de uma certa maneira. Todos os seres humanos compartilham percepções comuns, um mundo comum, em virtude de possuírem órgãos similares. (TUAN, 2012, p. 21).

Outro conceito que terá, dentro da Geografia, um caráter polissêmico é de "paisagem", que, junto com "espaço" e "lugar", completa os três pilares da realidade geográfica humanista. Se na Geografia Tradicional este conceito, juntamente com o de "região", é privilegiado apenas no sentido de se discutir sobre o "objeto" geográfico de forma empírica, nas demais correntes o conceito de "paisagem" combinará questões que envolvem formas e cultura (Geografia Crítica), significados e valores (Geografia Humanista), resignificando seus predicados. Porém, tal qual "lugar", "paisagem" também será, segundo Tuan (2013), algo apreendido e construído na medida em que lhe for dada significâncias.

Como qualquer outra realidade, a "paisagem" não pode ser considerada somente uma entidade objetiva, tendo em vista que a própria objetividade pode ser compreendida de forma intersubjetiva por quem a observa ou vivencia. Nesta perspectiva, a GHC dialoga com a Fenomenologia[15], que propõe um modo intersubjetivo ou modo fenomenológico de transpor o dualismo entre os modos subjetivos e objetivos de apreensão consciente da experiência.

[15]Segundo Relph (apud GOMES, 2008, p. 327); "[...] a fenomenologia é fundamentalmente um método. Este método já teria provado sua riqueza em outros domínios disciplinares e poderia, portanto, revelar-se frutífero para o projeto humanista que revaloriza aspectos esquecidos na geografia tradicional. Relph sublinha dois pontos que, segundo ele, já dariam uma nova dimensão aos estudos geográficos na perspectiva fenomenológica. O primeiro é o caráter de utilidade de todo fato cultural, sempre inscrito dentro de uma perspectiva prática, ativa ou potencial. O segundo ponto é o incontornável caráter antropocêntrico de todo conhecimento, do que se deriva que uma explicação só é satisfatória na medida em que é fundada sobre a compreensão das intenções e das atitudes humanas. [...]."

2.2.1 A Fenomenologia

A Epistemologia, ou teoria do conhecimento, é uma investigação, uma explicação filosófica sobre o conhecimento humano, que se realiza a partir da relação: Sujeito (quem conhece) e Objeto (o que é conhecível). Com relação à possibilidade de conhecimento (qual seja, a tentativa de responder a questão: É realmente possível apreender o objeto?), encontramos as seguintes correntes[16]: o Dogmatismo, que acredita não existir um "problema do conhecimento", quando a apreensão por parte do sujeito acerca do objeto é algo lógico e sempre válido; o Ceticismo, que se apresenta como antítese do dogmatismo e acredita na impossibilidade de apreensão do objeto (logo, não podemos formar nenhum juízo sobre eles); o Subjetivismo, que postula a existência de verdades suscetíveis de apreensão, mas que não acredita na existência de uma verdade universalmente válida (apesar de existir inclusa, a corrente do subjetivo genérico, quando a verdade sobre o objeto não é limitada apenas ao sujeito individual, mas a um conjunto de seres); o Relativismo, que também afirma que não há verdades válidas, mas limitadas pelo tempo e pelo meio onde elas ocorrem.

Ainda segundo a corrente do Subjetivismo, é importante esclarecer a ideia da não-existência de verdades universalmente válidas e do subjetivismo genérico. Segundo Triviños (2009), o sujeito que conhece, segundo o subjetivismo, pode ser tanto um sujeito indivíduo (um sujeito humano que tem impressões competentes sobre o mundo), quanto um sujeito genérico (ou gênero humano).

Por possuir um parentesco com o Subjetivismo, o Relativismo também não acredita em uma verdade universal ou unânime; para esta corrente, toda verdade tem validade restrita. Porém, enquanto o Subjetivismo faz o conhecimento humano depender de fatores que residem no próprio indivíduo, o relativismo enfatiza mais a dependência que o conhecimento humano tem de fatores externos. Como fatores externos, o Relativismo considera, sobretudo, a influência do meio ambiente e do "espírito da época" e, igualmente, o pertencimento a um determinado círculo social ou cultural e os fatores, crenças e normas contidos nele.

[16]Baseamo-nos nas obras de Augusto Triviño (*Introdução à pesquisa em ciências sociais*, 2009) e Bertrand Russell (*História da Filosofia Ocidental, 1999*), e de forma compacta, tentaremos identificar as principais caraterísticas das correntes apresentadas.

No que se refere à essencialidade do conhecimento (e que está intimamente ligada à questão: Será que o sujeito determina o objeto ou ocorre o seu contrário?), as duas principais formas que se contrapõem são: o Realismo e o Idealismo. Para o Realismo, existem "objetos reais" que independem da consciência humana, tanto a existência quanto a natureza do mundo exterior serão concebidos independentemente das mentes que os apreendem; enquanto que, para o Idealismo, este objeto, ou a sua existência, depende da consciência.

Em parte, estas duas formas respondem à questão do fato determinante do conhecimento levando em consideração o caráter "ontológico" do sujeito e do objeto. Entretanto, diante de uma solução pré-metafísica do problema, teríamos um Subjetivismo (que aqui possui um significado diferente daquele já utilizado neste esclarecimento sobre a epistemologia) que se contrapõe a um Objetivismo (quando o sujeito deve se ajustar ao objeto). Desta forma, dependentes da consciência, os objetos são classificados, segundo o Subjetivismo, em dois modelos: os que existem na consciência (sentimentos, representações) e os ideais (objetos da matemática e da lógica como um todo).

A Fenomenologia que, em um quadro geral de referências, pode ser apresentada como um "modo de pesquisa" dentro do Idealismo (mais especificamente, inclusa no Idealismo Subjetivo), apresenta-se como uma corrente que tenta conciliar o realismo e o idealismo, mas delas se diferenciando na maneira de interpretar o ser, o qual, e segundo o filósofo alemão Martin Heidegger (2013), somente pode ser "mostrado" e nunca demonstrado enquanto fenômeno primordial que se revela no aparecer dos entes. Obviamente, tem como conceito básico "o estudo dos fenômenos", enquanto "aquilo que se mostra como tal, em seu mostrar-se" (HEIDEGGER, 2013, p. 75), todavia, como princípios investigativos sobre a possibilidade de apreensão da "essência dos fenômenos", possui dois posicionamentos: um de feição transcendental (como se observa na filosofia do alemão Edmund Husserl) e outro ontológico, que vai à análise do *Dasein*[17], na investigação heideggeriana[18]. Desta forma:

[17]Descrever, fenomenologicamente, o único "ente" que pode compreender os fenômenos e que pode compreender o que significa "*ser-no-mundo*". Este ser seria o homem, o *ser-aí* (Dasein).

[18] Na obra *Ensaios filosóficos* (2010, p. 63), o filósofo brasileiro Benedito Nunes, constata que "a compreensão heideggeriana da fenomenologia, como ontologia, começa por uma análise da existência, que exigiu a completa inversão do projeto husserliano [que se vinculava à traição metafísica]. Dado que o homem, como *Dasein*, é o ente privilegiado, que compreende o ser de um modo que se torna manifesto nas formas de sua própria existência, [...]".

> [...] correntes do pensamento que foram extraordinariamente populares nos tempos do pós-Segunda Guerra Mundial, como o existencialismo, se alimentaram na fonte fenomenológica. Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty, por um lado, representam o existencialismo ateísta, e, por outro, Van Breda, Marcel e Jaspers, entre outros, cultivavam uma linha de crença em Deus, cujas raízes principais estão em Soeren Kierkegaard (1813-1855), filósofo dinamarquês, para o qual o pensar deve ser "existencial". O que importa é o homem como "existência", como um ser intimamente pessoal. Kierkegaard introduziu na linguagem filosófica alguns termos, segundo ele, próprios do mundo íntimo do ser humano, como *angústia*, *temor*, *desesperação,* etc., **que tiveram notável desenvolvimento entre os existencialistas que cultivaram a literatura, como Sartre, Marcel, Camus, etc**. (TRIVIÑOS, 2009, p. 41 e 42, grifos nossos).

Percebemos, portanto, que a Fenomenologia é, *a priori*, tanto para alguns novos ramos das ciências humanas quanto para determinados artistas, uma "inspiração" no procedimento analítico sobre o ser e os entes. Com efeito, a Fenomenologia será um modo de investigar alguma "coisa" que deve ser estudada tal qual ela realmente é, "não representada como quer que seja, nem considerada de modo indireto", pois, enquanto fenômeno, este objeto "é o modo de ser objetual de algo, um modo certamente privilegiado: o estar presente de uma objetualidade por si mesma." (HEIDEGGER, 2013, p. 75). Todavia, pela circunstância da intencionalidade, pelos modelos comparativos ou associativos e a distância perceptiva variada, poucas são as áreas humanas que enquadram tal consideração perceptiva sobre o ser e sobre os objetos em suas pesquisas.

Enquanto identificada à própria Ontologia, a investigação fenomenológica será o "modo" de trazer à luz o ser como sentido velado nos entes, o ser que atualiza intuitivamente as coisas que o envolve e que estão diretamente ligados a sua consciência.

O que se sobressai, portanto, é o método fenomenológico, que se vale da observação intuitiva e da narrativa existencial para descrever o percurso que a consciência faz em direção aos entes, quando toda a consciência é "consciência de algo", como afirma Edmund Husserl e, paralelamente, todo fenômeno sempre é fenômeno correlatado a alguma consciência. Portanto, embora se apresente como um tipo de projeto filosófico que "se volta às coisas mesmas", isto é, aos fenômenos, é na experiência absoluta do vivido que a Fenomenologia propicia não somente as disciplinas humanas, mas também a Literatura, uma definição/sentido do objeto, e

no nosso caso, de lugar enquanto experiência, enquanto algo vivenciado pelos seres humanos para, somente então, ser considerado significante geográfico.

Neste caso, a Literatura, como uma das expressões da Arte em geral, ao adotar uma visão fenomenológica em algumas de suas produções, possibilita a compreensão de que, não somente a Fenomenologia, mas ela própria, pode ser uma fértil contribuição às Ciências Humanas, visando uma autorreflexão crítica do que é efetivamente vivido.

2.3 A Literatura e as Ciências Humanas: lugares revelados

Não é de hoje que as Ciências Humanas veem na Literatura um valoroso objeto de estudo, análise e interpretação sobre o perfil de um território ou da vida social e cultural de um povo. Mesmo não sendo somente uma proposta de procurar instituir e legitimar, no próprio âmbito da referencialidade, o mundo "real", quando a Literatura hoje é definida também como um discurso "não-pragmático"[19], o fato é que algumas obras literárias trazem inclusas também a verossimilhança, a realidade recontada e expandida pela ficção.

Desta forma, as Ciências Humanas encontram nas *belas-letras* outra forma (metafórica, mas conceitual) de se considerará as transformações percebidas no mundo. Sendo assim, são inquestionáveis as contribuições de literatos como o poeta grego Homero para a História e a Geografia Ocidental, do poeta português Luís da Camões para a Geografia das Américas, do francês Emile Zola para a Sociologia e a Psicologia, dos brasileiros Euclides da Cunha, Graça Aranha e Guimarães Rosa para a Antropogeografia brasileira, dentre outros. Através da Literatura as culturas saem do seu território e rompem as fronteiras em direção a uma convivência dialógica entre nações. Mas, o que aqui se compreende ou se delimita como Literatura?

[19]Segundo Terry Eagleton em *Teoria da Literatura*: uma introdução (2006), a Literatura é um discurso "não-pragmático" porque, ao contrário dos manuais que acompanham as máquinas, as bulas de remédios e os recados encontrados na escrivaninha, ela (a Literatura) não tem nenhuma finalidade prática imediata e nem sempre se refere ao real, refere-se, em uma primeira instância, a um estado geral de coisas. Entretanto, "[...] mesmo em se considerando que o discurso "não-pragmático" é parte do que se entende por "literatura", segue-se dessa "definição" o fato de a literatura não poder ser, de fato, definida "objetivamente". A definição de literatura fica dependendo da maneira pela qual alguém resolve *ler*, e não da natureza daquilo que é lido. [...]." (EAGLETON, 2006, p. 12)

Levando em consideração os processos históricos e as bases nas quais a noção de Literatura foi construída ao longo dos séculos, o pesquisador, crítico e novelista galês Raymond Williams adverte que, enquanto conceito e prática social, deve-se observar que:

> [...] o conceito de "Literatura" não surgiu antes do século XVIII e não se desenvolveu plenamente até o século XIX. Mas as condições para o seu aparecimento se vinham desenvolvendo desde o Renascimento. A própria palavra começou a ser usada em inglês no século XIV, seguindo precedentes franceses e latinos: sua raiz foi *littera*, do latim, uma letra do alfabeto. A literatura era então uma situação de leitura: ser capaz de ler e de ter lido. Estava, com frequência, próxima do sentido moderno da palavra inglesa *literacy* [alfabetização, estado de alfabetizado], que só surgiu na linguagem do século XIX, tendo sua introdução feita necessária, em parte, por ter a palavra *literature* adquirida um significado diferente. O adjetivo normalmente associado à *literature* era *literate* [em inglês moderno, alfabetizado]. *Literary* apareceu no sentido de capacidade e experiência de leitura, no século XVII, e não adquiriu seu significado especializado senão no século XVIII. *Literature*, como uma nova categoria, foi, portanto, uma especialização da área antes categorizada como retórica e gramática: uma especialização de leitura e, no contexto material do desenvolvimento da imprensa, da palavra impressa e em especial do livro. (WILLIAMS, 1979, p. 51 e 52).

E é desta Literatura registrada e divulgada, e mais especificamente, de uma Literatura romanesca, que a História, a Antropologia, a Sociologia, dentre tantas outras áreas das Ciências Humanas, se alimentam para discorrerem sobre bens simbólicos; criação de ritos das sociedades antigas; configuração da produção e experiência humana; e questões diversas que movimentam e circulam cada sociedade nos dias atuais. Logo, podemos perceber que;

> [...] a Literatura sempre defendeu – o que me parece evidente – uma concepção do mundo. [...]. Mas é apenas nos dias de hoje, graças à totalidade-mundo concreta e geograficamente realizada, que essa visão de mundo, que antes na Literatura era "profética", pode manifestar-se ou exercer-se, tomando como objeto verdadeiramente aquilo que antes era apenas a sua pretensão. [...] Praticar uma poética da totalidade-mundo, é unir de maneira remissível o lugar, de onde uma poética ou uma literatura é emitida, à totalidade-mundo. [...]. (GLISSANT, 1996, p. 42).

Segundo Antonio Candido (2006)[20], a arte literária seria uma "transposição" do real para o ilusório, pelo que reconhece ser uma "estilização

[20]Compreendemos que "representar o real" poderá ser uma das muitas funções ou propostas da Literatura. E mesmo que a definição acima proposta por Cândido nos pareça tradicional, o que nos interessa aqui é a função psicológica de criar tipos arbitrários a partir da realidade.

formal” do que existe, criando tipos arbitrários para os seres e as coisas que os cercam, por isso, alguns textos nascem literários, outros atingem tal condição e a outros, esta condição é imposta. Todavia, para que esse esforço se concretize em “obra literária” (enquanto expressão pessoal e única) e, posteriormente, se torne coletiva, deverá existir certa “comunhão” para se chegar a um “entendimento” pleno entre os membros de uma sociedade. Ciente desta congregação deve-se compreender que:

> [...] não há literatura enquanto não houver essa congregação espiritual e formal, manifestando-se por meio de homens pertencentes a um grupo (embora, ideal), segundo um estilo (embora nem sempre tenham consciência dele); enquanto não houver um sistema de valores que enferme a sua produção e dê sentido à sua atividade; enquanto não houver outros homens (um público) aptos a criar ressonância a uma e outra; enquanto, finalmente, não se estabelecer a continuidade (uma transmissão e uma herança), que signifique a integridade do espírito criador na dimensão do tempo. (CÂNDIDO, 2006, p. 146).

São as ciências modernas, em tempo de difusões, hibridismos, regionalismos, consciência histórica, patrimonialização e geograficidades, que encontram na Literatura uma forma de idealizar realidades para, se possível, dar novas respostas a velhos questionamentos, quando a própria experiência humana foge, quando possível, da realidade que esmaga a imaginação.

O pesquisador Pierre Monbeig (1957) já indicava em 1940 que era impossível estudar uma cidade ou uma região sem ler, inicialmente, seus grandes romancistas, pois deles era possível retirar ricas e detalhadas descrições sobre a geografia, a paisagem, as cidades e as pessoas que nelas habitavam. De forma semelhante, Tuan, provocando novas abordagens sobre tal metodologia interdisciplinar, também destaca tal relação que estimula outros modos de se observar a relação entre personagens, lugares e a percepção das paisagens, (re)apresentada pela Literatura. Desta forma, percebemos um maior interesse do estudo da Literatura pelos historiadores, antropólogos, filósofos e geógrafos, mesmo que a arte literária esteja comprometida com a ficção e não traga, no todo, a autoridade da facticidade empírica. Ainda segundo Tuan (2013, p. 200):

> Muitos lugares, altamente significativos para certos indivíduos ou grupos, tem pouca notoriedade visual. São reconhecidos emocionalmente, e não através do olho crítico ou da mente. Uma função da arte literária é dar visibilidade a experiências íntimas, inclusive a de lugares. [...]. A arte literária chama a atenção para áreas de experiências que de outro modo passariam despercebidas. [...].

No caso da relação Literatura e Geografia, o “espaço romanesco” propõe aos geógrafos novas considerações sobre a visão da paisagem e do lugar enquanto memórias, perspectivas e identidades. A Geografia, por sua vez, permite ao romancista criar uma nova dimensão espacial e imaginária de um lugar real. Uma aproximação que quer mais do que identificar elementos considerados “reais”, “quer estabelecer um entrelaçamento de saberes que se tecem também pelos fios de entendimento da espacialidade e da geograficidade[21]”. (MARANDOLA JÚNIOR; GRATÃO, 2010, p. 09).

Ao revelar as mudanças, dificuldades, anseios e identidade do espaço urbano apresentado, “a arte literária torna conhecida modestas áreas trabalhadas pelo homem, como uma pequena cidade do Meio-Oeste [americano], um município do Mississipi, um bairro de uma cidade grande ou um vale nos Apalaches.” (TUAN, 2013, p. 200). Portanto, as possibilidades de estudos e pesquisas parecem se tornar inúmeras, porém, há que se ressaltar que, ao explorar a recriação do mundo segundo a Literatura, esta somente terá o caráter de legitimidade quando incorporada aos saberes da Geografia, da Sociologia e principalmente da História. Retirando essa proposta de diálogo, a Literatura é exclusivamente uma inesgotável “provocação” representativa e reflexiva.

Sendo assim, iniciemos a apresentação do cenário a ser analisado, pela própria historiografia da construção do lugar, neste caso, a cidade de São Luís, buscando identificar, posteriormente, e na perspectiva de uma Literatura realista, a simetria de experiências e dos dados fornecidos.

[21]As experiências variadas na qual o espaço, a paisagem e o lugar parecem combinar suas qualidades e aspectos, influenciando o modo e a atitude do indivíduo em percebê-las são “conectadas” no que Éric Dardel define “Geograficidade”. Tal definição já surge na obra *O Homem e a Terra*: natureza da realidade geográfica (publicada em 1952) e também será utilizado por Relph na obra *As bases fenomenológicas da geografia* (de 1979).

3 SÃO LUÍS DO MARANHÃO: memórias edificadas

Pretensamente fundada por franceses[22] que tentaram "transformar" a Ilha de Upaon-Açu (Ilha Grande) dos Tupinambá[23] em uma França Equinocial[24] e construída por portugueses[25] (pelas mãos, suor e sangue dos africanos[26] que aqui chegaram na condição de escravos), a cidade São Luís, localizada na Ilha do Maranhão, se edificou entre ladeiras, avenidas, calçadões, escadarias monumentais e casarões imponentes e se expandiu através dos aterros, rebaixamentos, ruelas, becos, túneis subterrâneos e meias-moradas, criando um conjunto arquitetônico dos mais ricos e diversificados do Brasil.

Na função de novo Tenente-General na América, o francês Daniel de La Touche (com título de Senhor de La Ravardière) visita o Maranhão ainda em 1610, segundo nos informa Mário Meireles (2012, p.21), com o intuito de, posteriormente, "criar uma colônia ao sul da Equinocial, com a extensão de cinquenta léguas para cada um dos lados do forte que se construísse. [...].". Em agosto de 1612, Daniel de

[22]Em 1594, um capitão francês de nome Jacques Riffault, viajando pelas costas brasileiras, "acossado por tremenda tempestade, de que lhe resultou a perda do seu melhor navio, veio, com os dois que lhe restavam, ter ao Maranhão" (AMARAL, 2008, p. 39). Criando uma relação amigável com os nativos, consegue "fundar um pequeno estabelecimento, cuja administração confiou a *Carlos* [Charles] des Vaux, o qual, após uma permanência de cerca de dois anos, em que logrou a posse de toda a Ilha e a amizade dos *tupinambás*, seus habitantes, partiu para a França, a fim de obter de Henrique IV proteção e apoio para fundar nela um estabelecimento permanente". (Ibidem, p 39). Volta acompanhado do então comissário régio Daniel de La Touche. Em cartografias da época também está registrado a vinda (em 1535) da tropa do comandante português Ayres da Cunha na Ilha de Upaon-Açu, fundando a Vila de Nazaré. E em pesquisas mais recentes, o professor e historiador português Jorge Couto defende a tese que o também português Eduardo Duarte Pacheco Pereira, já havia navegado por esses mares em 1498.

[23]Além de Tupinambás, a Ilha possuía outras tribos, como: Tabajaras e Tarambabeses, denominados também "tapuias". O número de "silvícolas" segundo o padre capuchinho Claude D`Abbeville (2008) era de, aproximadamente, 12.000 na ilha e 10.000 nas aldeias próximas.

[24] Segundo Meirelles (2012), não se restringindo somente à Ilha de Upaon-Açu, quando La Touche também foi autorizado a viajar para a África e às Américas (Brasil, Guiana Francesa, Peru, dentre outras regiões), se tornando um projeto de colonização em torno da Linha do Equador.

[25]Segundo a pesquisadora Maria de Lourdes Lauande Lacroix, em sua obra *A fundação francesa de São Luís e seus mitos* (2008), depois da Batalha de Guaxenduba (travada em 19 de novembro de 1614) e a vitória dos portugueses sobre os franceses, não teve sucesso uma posterior tentativa de "entendimento" formal entre os comandantes das tropas, o Capitão-Mor Jerônimo de Albuquerque e os franceses. A artilharia de Alexandre de Moura [General-de-Guerra, enviado, posteriormente, para ajudar na expulsão dos franceses] chegou à barra de Upaon-Açu a 30 de outubro de 1615, aquartelou-se na Fonte das Pedras e, ajudada pela tropa de Jerônimo de Albuquerque, também na Ilha, partiu em perseguição ao inimigo, acastelado na sua fortaleza. Ocupado o Forte *Saint Louis*, assim como toda a região, deu-se a reintegração do Maranhão aos lusitanos, no dia 2 de novembro de 1615. [...]." (LACROIX, 2008, p. 35).

[26]Data de sete de junho de 1755 o alvará régio que oficializou a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão o exercício comercial e o monopólio do tráfico de africanos na condição de escravos para o referido Estado, porém, segundo Mário Meireles (1983), a cidade de São Luís já era, desde 1655, porto de visita dos navios que "vendiam" escravos.

La Touche, Senhor de La Ravardière, é autorizado pela Rainha Maria de Médici a fundar uma colônia no Norte do Brasil, escolhendo uma alta montanha na Ilha Grande para, na ponta do rochedo “mais elevado do que todos os outros e donde se descortina o terreno a perder de vista” (ABBEVILLE, 2008, p. 83) organizar, com os prestativos “filhos da terra”, a construção de um Forte. Antes, porém, enquanto se preparava o lugar escolhido para a construção bélica, os nativos trataram de edificar algumas cabanas para os visitantes,

> [...] feitas de pequenas árvores de doze, quinze e vinte pés, conforme a altura desejada. Enterrando essas árvores no chão, umas ao lado da outra prendiam-nas em seguida com outros paus atravessados, com barrotes e pindoba, em sua língua, de tal modo arranjadas que a chuva não penetrava de modo algum e que por dentro se revela muito interessante na sua disposição. (ABBEVILLE, 2008, p. 83).

Além destas construções de “um ou e dois andares” (ABBEVILLE, 2008, p. 83), os nativos também construíram um grande armazém, uma praça e uma capela. Tudo realizado de forma espontânea pelos nativos, como também observa o religioso Yves d`Evreux (2002, p.106):

> Quando os selvagens chegam, eles começam a trabalhar com um ardor incomparável. Mostrando na voz e no gesto um admirável entusiasmo. Mais, diríamos, que eles iam para as bodas do que para o trabalho, já que não cessavam de rir e se divertir, cada um correndo para pegar seu fardo no fundo dos fossos e levá-los até aos terraços. Havia entre eles uma grande emulação para ver quem faria mais viagens e carregaria maior número de cestos de terra.

Da fundação francesa, resistiu a primeira edificação importante e de função militar: o Forte de *Saint-Louis*, em homenagem ao “menino rei” Luís XIII (1601-1643), servindo de residência para os capitães generais da Colônia e para os futuros governantes do Estado, e que, posteriormente, viria a ser chamado de Castelo de São Phelippe (na conquista portuguesa de novembro de 1615), em homenagem a Felipe III, rei da Espanha e de Portugal. A população, contudo, continuou a denominar o Forte e, posteriormente, a cidade de São Luís.

Estas primeiras “residências de estrangeiros” eram, aparentemente, bastante seguras, feitas com a mesma matéria-prima das cabanas dos nativos. Ainda segundo o religioso capuchinho que acompanhou a frota de Daniel de La Touche, enquanto estes permaneceram sob as choupanas, na Ilha de Upaon-Açu,

não lhes faltaram proteção e alimentação, pois “todas as manhãs vinham grupos de bons velhos, com mulheres e crianças, carregando cestos pequenos, feitos de folhas de palmeiras, e cheios de peixes pescados durante a noite e de coisas semelhantes” (ABBEVILLE, 2008, p. 83). Sobre as “moradas indígenas”, o religioso observa:

> Suas aldeias, a que, chamam *Oc* [oca; de *og* – cobrir] ou *Taba* [de *tab* – aldeia, povoação] não passam de quatro cabanas feitas de paus grossos ou estacas e cobertas de cima a baixo com folhas de palmeiras a que denominam *Pindó* [pindoba], encontrável em grande abundância nas matas. Essas folhas, bem dispostas, resistem maravilhosamente à chuva.
> As casas têm de vinte e seis a trinta pés de largura e de duzentos a quinhentos pés de comprimento, segundo o número de pessoas que nelas habitam. São construídas em forma de claustro, ou melhor, em quadrado como a *Place Royale*, de Paris, de modo que há sempre entre elas uma praça grande e bonita. As quatro casas que assim dispostas, com a praça ao centro, formam uma aldeia; entre maiores e menores existem vinte e sete em toda a Ilha do Maranhão. (ABBEVILLE, 2008, p. 187 e 188).

Outra questão que se sobressai nesta Literatura de viagem é a preocupação dos religiosos franceses em relatar as formas de comunicação, trabalho e a organização do espaço físico nas aldeias.

> Seus móveis caseiros são as redes de algodão a que chamam *Ini.* Prendem-nas pelas extremidades, com cordas retorcidas, também de algodão, que amarram a pedaços de pau para esse fim, colocados nas choupanas. Cada um tem a sua ao lado da de seu marido, e nunca se veem dois homens deitados na mesma rede[27].
> Tem cabaças a que chamam *euá* e de que se servem para ir buscar água; e tem outras cortadas pelo meio, pintadas de vermelho e preto, que denominam *cui* (cuias), é que lhes servem de prato, de tigelas e de copos para beber; usam as menores à guisa de colheres. (ABBEVILLE, 2008, p. 303 e 304).

No mesmo ano da conquista, é erguido o *Fort Saint-Louis* onde os franceses montam “as vinte peças de artilharia trazidas com a esquadra” (LACROIX, 2008, p. 28) e, próximo a este, demarcam um terreno para a construção de uma capela e de uma residência (feita de “paus, pedras e barro”) para os religiosos, construindo também uma praça, próximo do local.

A pesquisadora Maria de Lourdes Lauande Lacroix observa que, em nenhum momento das narrativas produzidas pelos religiosos franceses Claude

[27]Já na tradução do maranhense César Marques (primeira edição em 1874), este se contrapõe, no final do referido parágrafo, à tradução de Sérgio Milliet, quando lemos; “Por móveis, tem redes de algodão, a que chamam *ini*, presas pelas extremidades com cordas a pedaços e pau, fincados e propósito como travessa nas casas. Cada um tem a sua rede, a da mulher é próxima a do marido**, e às vezes se vê dois homens deitados na mesma rede**.” (ABBEVILLE, 2002, p.186, grifos nossos)

d`Abbeville e Yves d`Evreux, estes se "reportam àquele local como a vila ou a cidade de São Luís, referindo-se constantemente a Upaon-Açu" (LACROIX, 2008, p. 37) e que, portanto, "a fundação de uma cidade não se resume à celebração de uma Missa, *Te Deum Laudamus*, sermão e benção da Cruz" (Ibidem, p. 15). Todavia, se a fundação de uma nova paisagem não se oficializa somente com novos homens e costumes que ali começam a se formar, não se pode ignorar, entretanto, os marcos materiais (e de traçado urbano) fincados pelos franceses: um forte, algumas cabanas, uma capela (de São Francisco[28]) e os caminhos já abalizados, por mais que nos pareçam marcos frágeis. Além disto, depois da conquista da Ilha pelos portugueses, estes "escolheram o mesmo sítio no entorno do principal forte francês" (Ibidem, p. 20) para iniciar os primeiros traçados urbanos da vila. E mesmo que tenham incendiado as frágeis "moradas dos franceses", a casa de pólvora servirá de modelo para as futuras "casas de barro" e marco para as futuras artérias urbanas.

O projeto urbanístico da nascente província foi prematuro e ambicioso, data do ano de 1615, com a cidade de São Luís já conquistada pelos portugueses (comandados por Jerônimo de Albuquerque[29] e Alexandre de Moura), e foi de autoria do Engenheiro-Mor do Brasil Francisco de Frias de Mesquita[30], tornando-se uma das primeiras cidades brasileiras a ter a sua planta urbana previamente traçada e, na medida do possível, respeitada. Acatou-se de tal forma as linhas urbanísticas traçadas pelo engenheiro português, que "cerca de duzentos anos depois, já durante o século XIX, nas imediações do Campo d`Ourique e da Rua das Hortas, ainda obedeciam ao mesmo padrão reticulado uniforme de ruas estreitas que variam de 7 a 10 metros de largura." (ANDRÈS, 2012, p. 43).

Em 1616, nos informa Simão Estácio da Silveira em sua *Relação sumária das cousas do Maranhão aos pobres deste Reino* (2001 [1624], p. 40), "já com

[28]Próximo onde hoje fica localizada a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

[29]O sentimento de defesa e as ações de conquistas e posse do território maranhense pelos portugueses podem ser analisados no documento administrativo *Jornada do Maranhão: por ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614*; impressões e cartas do capitão-mor Jerônimo de Albuquerque sobre a colonização do Maranhão e que foram transcritas pelo sargento-mor Diogo de Campos Moreno na obra *Jornada do maranhão: por ordem de S. Majestade feita o ano de 1614*.

[30] O *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitetos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou a serviço de Portugal*, de Sousa Viterbo (com uma primeira edição em 1899 – Lisboa, Portugal), nos informa que Frias nasceu em 1578 e, em 1598, "foi nomeado para uma vaga dos três lugares de aprender arquitetura. Era, como se diria hoje, um pensionista do Estado. [...]." (VITERBO, 1988. v. 1, p. 376). No Brasil, além de projetar as construções de fortes militares (Fortaleza do Recife - PE, em 1608; Forte de São Diogo - BA, em 1609; O Forte dos Reis Mago – RN, em 1614; Fortes de São Felipe, São Francisco e São José – MA, em 1615; Forte de São Mateus Cabo Frio – RJ, em 1617; dentre outras.) e edificações religiosas (Igreja do Mosteiro de São Bento - Rio de Janeiro – RJ, em 1617; Seminário – Salvador – BA, em 1721), desenhou logradouros (São Luís- MA, 1615).

muitas casas de telha, muito boas olarias", o centro de São Luís a cada dia crescia com a construção de prédios públicos, residências particulares (em terrenos doados pelo governo, arrendatários e, por vezes, até pela Câmara de São Luís) e igrejas, as quais, ocupando localizações estratégias na vila, sempre se impuseram como um dos principais núcleos fundacionais da cidade, desde os padres capuchinhos franceses, passando pelos franciscanos, jesuítas, carmelitas até ordens mais modernas.

Já em 1622, quando a chamada América portuguesa estava, politicamente, dividida em dois territórios: o Estado do Brasil, com sede em Salvador (no estado da Bahia) e o Estado do Maranhão e Grão-Pará (com sede em São Luís); a população de São Luís crescia com a chegada de duzentos casais açorianos[31] (em 1619) e diversos europeus à procura de novas oportunidades que, de certa forma, continuaram a desenvolver o traçado urbano das ruas, avenidas e posicionamento das casas deixado por Frias de Mesquita.

> [...] As praças (as *plazas mayores* e *plazas de armas* espanholas), as ruas ortogonais orientadas de acordo com os pontos cardeais e as fachadas dos edifícios (que deveriam ser concebidas com o máximo de regularidade, simetria e belezas visuais) marcaram o modelo implantado pelos espanhóis em suas cidades coloniais e refletiram as expectativas renascentistas de beleza, simetria e ordenação racional dos espaços públicos. São Luís apresentou seu desenvolvimento físico através de um arruamento ortogonal, também com orientação pelos pontos cardiais favorecendo a insolação e ventilação uniforme de todas as edificações, cujas fachadas apresentam regularidade na extensão da rua, ocupando toda a testada principal do lote sem recuos frontais. (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 62).

De características simétricas, a planta topográfica descrita pelo Frei Giuseppe de Santa Therese (na obra *Istori del guerra del Brasile*, de 1640), já apresentava o Largo do Palácio e o Convento do Carmo, este, já em sentido diagonal com a malha urbana que viria a se desenvolver. Ainda no século XVII, segundo o Pe. João Felipe de Bettendorf, o centro da cidade de São Luís "não era *cousa* de consideração senão mais que uma fortaleza cercada de um muro grosso para a banda do Rio Mony que encerrava o colégio [...], com umas poucas casas espalhadas por várias ruas pouco povoadas." (BETTENDORF, 1990 [1698], p. 17). Por ser considerada uma terra próspera e descoberta pelo mar, o seu traçado arquitetônico nasceu na obediência de edificar grandes muralhas e moradas de

[31]Dentre estes, o próprio Simão Estácio da Silveira que, posteriormente, escreveria a sua *Relação sumária das cousas do Maranhão aos pobres deste Reino*, em 1624, aqui já citada.

ordem militar, ou seja, avistar e bloquear, estrategicamente, os acessos inimigos à Vila. O jornalista e pesquisador João Francisco Lisboa, recorrendo a estes primeiros observadores, resume a condição socioeconômica da época:

> [...] O comércio, como na infância das sociedades, fazia-se por meio de permutas, servindo comumente de moeda e fio e pano grosso de algodão, e pagando-se o soldo à tropa em peixe, farinha e outros gêneros. As casas de taipa, mal construídas, e em grande parte cobertas de palha, agrupavam-se em torno dos conventos, fortalezas e residências dos governadores; as ruas não calçadas, e cheias de escavações designavam-se pelos nomes dos seus mais notáveis moradores; os poucos edifícios públicos, as igrejas, as fontes existiam de ordinário em estado de ruína.
> A recente cidade apresentava assim todos os sinais de decrepitude; e poder-se-á avaliar a sua extensão nos fins do século XVII sabendo-se que ainda em 1790 os seus subúrbios não se estendiam além da igreja de São João. [...]. (LISBOA, 1992, p.77).

O cônsul e pesquisador Fran Paxeco[32] (2008, p. 139 e 140) nos informa que "o Padre João Filipe Bettendorff ao escrever, em 1690, a *História da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, atribui a São Luís 600 famílias". Em 1692 (e segundo Francisco Teixeira de Moraes), "a capital possuía 500 moradias e 800 homens capazes de pegar em armas." Em 1788, São Luís conteria 16.580 habitantes e 1.482 fogos[33] e, em 1821 (segundo a *Carta geral da província*, do coronel de engenharia Antônio B. Pereira): 19.611 moradores e 2.714 casas, divididas entre as paróquias da Vitória (1.459 fogos e 11.713 habitantes) e Conceição (1.256 e 7.898). Dígitos que não coincidem com os atribuídos por José Ribeiro do Amaral (2008) que, "recorrendo a outros agentes informativos", averiguou que existiam, entre 1836-37, apenas 2.199 casas, com 25.000 habitantes.

Sobre os dados censitários elaborados, em 1874, pelo Dr. Augusto Olímpio Gomes de Castro (e que se reportam aos prescritos de 1871), havia neste período 27.817 moradores, com 4.210 fogos em 3.898 casas na cidade de São Luís. Em outro senso, examinado por Amaral (2008) e reestruturado por Fran Paxeco (2008), organizado entre 1895-96, "resultou que havia na direção Leste-Oeste, 2.546 residências, e na de norte-sul 2.752, ou 5.298" (PAXECO, 2008, p. 140).

---

[32]Português natural de Setúbal e tendo como nome de batismo Manuel Francisco Pacheco (1874-1952), Fran Paxeco chegou a São Luís na condição de cônsul em 1900, com 26 anos. Colaborou com a imprensa local e impulsionou a fundação da Oficina dos Novos e da Academia Maranhense de Letras. A primeira edição de *O Maranhão*: subsídios históricos e corográficos é de 1913.

[33] Denominação da época para, não somente, domicílio, mas "micro comunidades" (de consumo ou produção), ou uma residência mais um arranjo socioeconômico dos membros (consanguíneos ou não) de uma família.

Um dos últimos lançamentos do governo indicado por Paxeco, provavelmente o "recenciamento" de 1909, indicava 6.000 moradias[34]. Já em sua obra *Geografia do Maranhão* (1922), Fran Paxeco reproduz preciosos dados organizados pelo "Capitão" Luso Torres, então prefeito do município, no ano de 1916.

> [...] conta-se, na zona urbana, até aos Dois Leões, 5.922 prédios e 35.208 pessoas; na suburbana dos Dois Leões à ponte do Cutim do padre, 512 prédios e 2.664 pessoas; na rural (Cutim do Padre, Anil, Bacanga, Vinhais, etc.), 1.993 prédios e 10.646 pessoas. Totais 8.417 casas e 48.518 habitantes. Das moradas, eram cobertas de telha 5.410. Destas, 93 não pagavam imposto predial, por pertencerem aos governos federal, estadual e municipal, ou servirem de sede a culto e instituições de caridade, - 122, pela pobreza dos seus proprietários, 77, por serem construções ou reconstruções, isentas por lei. – Em São *Luíz* à mesma data existiam 2 parques, 4 avenidas, 14 praças, 72 ruas, 26 travessas, 2 rampas, 2 becos, 4 praias, 8 arrabaldes (Camboa, Anil, etc.). (PAXECO, 1922, p. 22).

Neste período, observa o engenheiro Eurico Teles de Macedo (em sua obra *O Maranhão e suas riquezas* - publicado originalmente em 1947), já podemos observar o traçado que ainda se desenvolvia na capital, notando que já existiam,

> [...] as ruas paralelas e transversais dispostas em xadrez e bem calçadas já naquele tempo remoto. As paralelas, seguindo ao encontro das ruas extremas dos [Largos] dos Remédios e do Cemitério, que são uma mesma quanto à direção, ultrapassam-nas para terminar nos barrancos do extremo da cidade; as transversais à direita descem em suaves declives para as margens do Bacanga e à esquerda para as do Anil, também em mínimos declives. Deste feliz traçado resultou fácil acesso, mesmo a pá, de todas as direções para o centro da *urbs*, e todas as facilidades e esgotamento por galerias de mínimas dimensões para águas servidas e, superficialmente, das águas das chuvas, após as quais ficam as ruas impecavelmente asseadas. (MACEDO, 2001, p. 22).

Com a instalação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, pelo Primeiro Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (o Marques de Pombal; e Ministro do Rei D. José I, de Portugal), quando o centro político-econômico de todo o território norte da Colônia passa a ser não mais o Maranhão, mas o Estado do Pará (em 1753), tem início, nas últimas décadas do século em questão, a construção do conjunto arquitetônico que hoje compõe o Largo do Palácio, o Bairro da Praia Grande e todos os bairros que compõem hoje o Centro

[34]O crescimento do número de moradias, segundo os dados oferecidos pelo *Almanak do Maranhão* (apud IPHAN, 2007, p. 54), do ano de 1858, evidenciam a quase duplicação de residências: 1809 (1.553 casas), 1818 (1.577), 1828 (1.846), 1838 (2.213), 1848 (2.429) e 1856 (2.764).

Histórico. Neste período também principia o lucrativo cultivo de algodão e de arroz na região; e os portos de exportação transformam São Luís em uma prospera província. As improvisadas ou precárias moradas dos ludovicenses começam a ser substituídas por "edificações de alvenaria de pedra argamassada com cal extraída de conchas marinhas, óleo de peixe e madeira de lei" (ANDRÈS, 2012, p. 38); e o governo começa a financiar a vinda de construtores e urbanistas.

> Os mestres de obras vindos de Portugal[35] para aqui transpuseram a arquitetura lisboeta. A Praia Grande é como um arremedo do casario da época pombalina. Tudo isso se inscrevia na própria lógica do colonialismo: recriar na colônia, na medida do possível, o ambiente urbano da metrópole. E os sobradões da Praia Grande refletiam a atividade econômica de seus usuários primitivos: o comércio. Edificações híbridas quanto à sua funcionalidade, eles eram também residências. (BRAGA, 1987, p. 11).

É neste mesmo quadro de mudanças que os lotes vendidos por terceiros ou doados pelo governo terão extensões mais significativas ("de cinco braças[36] de frente por 15 de fundo – deu lugar a lotes urbanos de até 50 braças ou mais, cercados por outros de 15 braças" [IPHAN, 2007, p.11]), possibilitando a construção de casas maiores, tanto residenciais quanto comerciais. Entretanto, a maioria destes casarões passará por diversas reformas e até reconstruções durante os primeiros séculos de colonização, quase sempre pelo clima chuvoso e úmido da região que desgastava rapidamente as paredes; e também devido aos materiais "improvisados" utilizados como argamassa, algo que não ocorria somente em São Luís, mas em todas as novas regiões do Império português**.**

É importante salientarmos que, neste projeto arquitetônico de construções pombalinas[37], o conceito de edifícios cede lugar ao conceito (lisbonense) de quarteirões ou blocos, por isso todas as edificações, até mesmo as de função governamental ou religiosa, somente deveriam ser erguidas após a organização prévia dos quarteirões. Contudo, apesar da regularidade de algumas quadras,

[35]No mesmo ano da criação da Companhia de Comércio, um terremoto destruiu a cidade de Lisboa. "Este fato determinou um plano de reconstrução que previu a primeira pré-industrialização dos elementos arquitetônicos na história, determinados por Pombal para garantir maior velocidade nas obras de recuperação física da capital lusitana. As novas edificações em São Luís seguiram os mesmos princípios estilísticos hoje reconhecidos como Barroco pombalino, [...]." (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 63)

[36] **Braça** - medida de duas varas ou 2,20 metros.

[37]Para compreender melhor as concepções da arquitetura pombalina que se apresentam na estrutura urbana ludovicense, é necessário relacioná-la com a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755, a criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão e o grau de parentesco de Joaquim de Melo e Povoas (governador da capitania do Maranhão) e o Marquês de Pombal.

muitos lotes ficavam irregulares (por causa dos declives e da peculiaridade do solo) e as residências mais nobres obedeceram somente o limite das ruas.

Antes, porém, todos os bairros adjacentes eram dominados por moradias de improviso ou de “vivenda” (de taipas ou cobertas de pindoba) que acabaram sendo destruídas progressivamente. Em um projeto iniciado na segunda metade do século XVIII pelo governador Joaquim de Melo e Póvoa (sobrinho do Marques de Pombal), remodelou-se todo o entorno das principais residências na atual Avenida Pedro II, onde havia muitos casebres e se encontrava o primeiro cemitério da cidade.

> O governador mandou demolir tudo, inclusive a Igreja da Misericórdia, a Sé velha e os casebres, e ajardinar o largo. Ordenou também reedificar a casa da Câmara e a Cadeia, junto com o largo em que estavam esses edifícios. Na mesma praça, mandou reconstruir a velha Igreja de Nossa Senhora da Luz e o contíguo colégio, fundados pelos jesuítas transformando-os em Sé e Paço Episcopal, respectivamente. (IPHAN, 2007, p. 42).

Sublinhamos todos esses fatos históricos para melhor compreendermos a formação e consolidação do conjunto arquitetônico da cidade de São Luís a partir do início do século XIX. Os ciclos de algodão, açúcar e arroz, e no início da República, a instalação de fábricas têxteis (especificamente nas duas últimas décadas do mesmo século) proporcionaram renda para que não somente grandes empresários, fazendeiros ou autoridades do governo construíssem seus palacetes de luxo, mas também comerciantes, funcionários públicos e profissionais autônomos reformassem suas moradas e acrescentassem escadarias, balcões, beiras, mirantes e, principalmente, os azulejos vindo de Portugal[38].

> Surgiram por esta época os detalhes construtivos mais sofisticados e adequados ao clima tropical e úmido, como as varandas posteriores em madeira, guarnecidas por rótulas móveis, o forro em espinha de peixe e o pé direito elevado, deixando passar a ventilação. Já no século XIX, intensificou-se a aplicação de azulejos nas fachadas, que passou a se construir num dos aspectos mais característicos da arquitetura civil de São Luís. [...]. (ANDRÈS, 2012, p. 39).

[38]Olavo Pereira da Silva Filho esclarece que; “consta ser a [Igreja da] Sé de São Luís o local onde primeiro se fez uso interior de azulejo no Maranhão, no terceiro quartel do século XVIII. A partir de 1778, [...], foram aplicados no interior da Sé, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São Luís e na Igreja do Carmo de Alcântara. [...]. Nos interiores das residências, em forma de barrados ou de painéis policrônicos, foram apostos em vestíbulos e circulações, revestindo paredes de cozinhas ou ainda compondo espelhos de escadas. (SILVA FILHO, 1998, p. 194-196). Somente a partir do século XIX os azulejos foram dispostos na parte exterior dos casarões.

Encontramos, entre o final do século XIII e o que o sucede, uma cidade que principia prosperidade; inicialmente pela migração de famílias de Portugal e do arquipélago de Açores, a utilização da mão-de-obra escrava do povo africano e o desenvolvimento comercial local, o que proporcionou o aparecimento de uma rede urbana das mais diversificadas do Brasil, isto porque o Maranhão apresentou duas grandes fases de desenvolvimento econômico, aqui já referidos: a monocultura algodoeira, de 1780 a 1820; e a açucareira, entre os anos de 1850 e 1870, com a implantação de diversos engenhos. Desta forma, se na Cidade Alta (de São Luís) encontraremos os prédios administrativos (como o Palácio dos Leões) e religiosos, na Cidade Baixa, localizaremos o centro comercial e portuário da cidade.

A formação desse centro comercial se desenvolveu devido a diversos fatores, mas, em especial, à Guerra da Secessão, quando os Estados Unidos da América interrompem a sua produção de algodão e abrem um espaço oportuno de exportação da capital maranhense com a Inglaterra. O Bairro da Praia Grande passa a ser o centro comercial mais importante do Estado, principalmente com a construção do cais (1855) e da Casa das Tulhas, surgindo comércios não somente voltados para os produtos de exportação.

> [...] Entre 1850 e 1880, instalaram-se as lojas de moda, farmácias, agências de leilões, fábricas de chocolate, de licores, de fogos e foguetes. A implantação do transporte de bondes puxados a burro (1871) e dos serviços de água canalizada – os chafarizes da Companhia do Rio Anil, em 1874 – são reflexos do desenvolvimento da cidade, com a diversificação do capital acumulado na exportação de algodão, e, depois, do açúcar. Assim, em meados de século XIX, a cidade possuía um teatro, várias igrejas, um hospital militar, tipografias, grandes sobrados com até 4 pavimentos e riquíssimos solares, atestando a sua importância no contexto econômico nacional. (LOPES, 2008, p. 21 e 22).

Em *O mulato* (escrito em 1881), o romancista e fundador da estética naturalista no Brasil, Aluísio Azevedo, descreve essas características na morada do comerciante Manuel Pedro da Silva, o notório Manuel Pescada (tio da personagem Raimundo, protagonista do romance), que reside na Rua da Estrela:

> A varanda do sobrado de Manuel Pescada, uma varanda larga e sem forro no teto, deixando ver as ripas e os caibros que sustentavam as telhas, tinha um aspecto mais ou menos pitoresco com a sua bela vista sobre o rio Bacanga e as suas rótulas pintadas de verde-paris. Toda ela abria para o quintal, estreito e longo, onde, à mingua de sol, se minavam duas tristes pitangueiras e passeava solenemente um pavão da terra.

> As paredes, barradas de azulejos portugueses e, para o alto, cobertas de papel pintado, mostravam, nos seus desenhos repetidos de assuntos de caça, alguns lugares sem tinta, cujas manchas brancacentas traziam à ideia joelheiras de calças surradas. Ao lado, dominando a mesa de jantar, aprumava-se um velho armário de jacarandá polido, muito bem tratado, com as vidraças bem limpas, expondo as pratas e as porcelanas de gosto moderno; a um canto dormia, esquecida na sua caixa de pinho envernizado, uma máquina de costura de Wilson, das primeiras que chegaram ao Maranhão; nos intervalos das portas simetrizavam-se quatro estudos de Julien, representando em litografia as estações do ano; defronte do guarda-louça um relógio de corrente embalava melancolicamente a sua pêndula do tamanho de um prato e apontava para as duas horas. Duas horas da tarde. (AZEVEDO, 2005, p. 21).

Percebemos que, neste período, algumas edificações do espaço urbano antigo de São Luís possuíam uma dupla função: a de residência e a de comércio, quando alguns comerciantes portugueses (e também os seus caixeiros) residem no segundo (ou terceiro) andar destes sobrados. Se definirmos “morada” enquanto lugar onde alguém habita por um (in)determinado período, de lar habitual, extensão da casa ou, simplesmente, de abrigo, devemos incluir, além desses casarões situados no Centro Comercial da cidade, as de função religiosa (seminários e conventos) e de cativeiro (cafuas), independente dos modelos de comportamento (direitos, deveres ou submissões), símbolos étnico-religiosos ou sociais ali experimentados. Desta forma, justificamos a escolha do termo “morada” e não somente casarão ou sobrado (habitação que, segundo Paulo Freyre [2004], representaria a extensão da casa-grande nas cidades) para o título deste trabalho. No Maranhão a própria demarcação de “morada” ultrapassa a de casa/lar: morava-se no Forte, nas igrejas e em choupanas; e mora-se nos seminários, nos hospícios, no comércio, nas escolas, nas Zonas, nas ruas.

Em São Luís, “morar bem” não era, como na maioria das capitais brasileiras, meramente “intervir”. Residir-se a partir do que já era, predominantemente, tradicional. O arquiteto e urbanista Olavo Pereira da Silva Filho (1998) informa que, por se localizar em “lotes” mais profundos do que largos, as construções obedeciam a padrões urbanos e se desenvolveram em uma das cinco formas de projetos arquitetônicos observada na cidade: retangular em L, C, U e em O, com predomínio das formas U e L, principalmente nas moradas consideradas nobres. Porém, dependendo da própria configuração do lote, apareceram soluções arquitetônicas como o de partido em T.

Entretanto, é pertinente sabermos que, mesmo com este incremento econômico e arquitetônico (com a importação de engenheiros, de mão-de-obra especializada e africana, de azulejos, pedras de cantaria, etc), os casarões de São Luís quase que desapareciam na penumbra da noite, pois não havia iluminação pública na maioria das ruas. Somente no ano de 1825 teve início uma "tímida" iluminação com a utilização de lâmpadas a óleo que, posteriormente, foram substituídas por álcool terebintinado e, em 1863, pelo hidrogênio. Em seu romance *Os degraus do paraíso* (1965), Josué Montello, para melhor situar o leitor diante da São Luís que será cenário dos conflitos existenciais da melancólica Mariana, assim apresenta essa evolução:

> A cidade de São Luís do Maranhão, famosa por seus imponentes sobrados de azulejos e por suas estreitas ruas em ladeira, foi iluminada, até o fim de setembro de 1918, nas horas da noite, pelos lampiões de gás que vinham do tempo do desembargador Leitão da Cunha.
> Esse tipo de iluminação pública, inaugurado em fevereiro de 1863, mediante contrato com dois americanos por vinte contos anuais, substituiu a obsoleta iluminação a álcool, fonte infindável de queixas e reclamações na imprensa local.
> Habitualmente recolhida e triste nas noites sem lua, a cidade ganhou logo outra beleza, com a claridade das dezenas de bicos chiantes que se espalharam em todas as direções de São Luís. (MONTELLO, 1986, p.17).

Somente no início do século XX surgem as centrais elétricas movidas a bateria, que alimentarão as lâmpadas incandescentes. E assim, no mês de setembro de 1918, "[...] contrariando o derrotismo de meia dúzia de ociosos que cultivavam a maledicência à sombra das árvores do Largo do Carmo, o dia entrou pela noite, com a nova iluminação pública da cidade. [...]" (MONTELLO, 1986, p. 20), primeiro na avenida principal do Largo do Palácio, depois nas da Cidade Baixa.

Na identificação das áreas de proteção legal do acervo arquitetônico e urbanístico do Centro Histórico de São Luís que, por sua vez, está dividida em áreas e monumentos sob o amparo jurídico federal, estadual e municipal (e as áreas reconhecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO), podemos apontar, atualmente, quais territórios estão localizados no Centro Histórico da capital maranhense. Desta forma, o mapa do Centro Antigo da cidade de São Luís hoje inclui o Centro Histórico (Bairro da Praia Grande, Av. Dom Pedro II e ruas laterais), o Bairro da Camboa, o Bairro do Desterro (antigo Bairro [das] Mercês), Bairro do Diamante, Apicum, Fabril, Vila Passos,

Coreia, Lira, Goiabal e Madre de Deus[39]. Estes últimos, por possuírem imóveis e monumentos antigos ou por terem sido incluídos em projetos de reabilitação.

Os imóveis erguidos durante esses séculos de povoamento e edificações seguiram alguns padrões que se desassemelhavam mais nas quantidades de cômodos e janelas do que na ornamentação e riqueza dos seus interiores. Temos assim: as porta-e-janela, meia-morada, ¾ de morada, morada-inteira, morada-e-meia, com 2 pavimentos (nos quais, por muitas vezes, a parte inferior era redirecionada ao comércio), casa térrea de porão (a porta se localizava no início ou no final do declive), térrea de comércio (sem janelas) e com 3 ou 4 pavimentos (de porão alto e/ou com espaços para varandas e "depósitos" de escravos)[40].

Viveiros Filho (2012) considera que os "trapiches"[41] da Cidade Baixa, por possuírem características e sentido modular à da tipologia hierárquica da cidade, deveriam ser apresentados da seguinte forma: trapiche com duas portas, trapiches com três portas e trapiches com sobrados, onde até hoje podemos encontrar moradores. A população ludovicense, segundo Andrès (2012), classificaria todos esses imóveis de forma mais abreviada: palacetes, solares, sobrados, casarões e moradas simples.

O crescimento acelerado da população de São Luís e das residências não ocorreria somente no Bairro da Praia Grande. As ruas que circundavam o Largo do Palácio também se alargaram, dando origem a outros bairros. Mesmo assim, alguns cidadãos, não desejando se distanciar do "centro" da cidade, criaram habitações e quartos improvisadas (cortiços, ou em mirantes, ou porões) e novos problemas

[39]De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artísitico Nacional - IPHAN (2007) e o pesquisador Luiz Phelipe de C. C. Andrès (2012), a área tombada pelo Governo Federal (em 1974) incluía o Bairro da Praia Grande, o Bairro do Desterro e parte das ruas e monumentos circunvizinhos (o que inclui o Ribeirão e as praças Benedito Leite, João Francisco Lisboa e Gonçalves Dias), totalizando cerca de 980 edificações (978 – para LOPES – IPHAN, cerca de 1.000 – segundo Àndres). A área tombada pelo Estado (no ano de 1986) inclui o Bairro da Praia Grande (e ruas circunvizinhas), o Desterro e parte do Bairro da Madre de Deus, totalizando cerca de 4.500 imóveis. E a área sob proteção jurídica municipal abrange as duas Zonas de Preservação Históricas já citadas (federal e estadual) e inclui "[...] as áreas de entorno e preservação ambiental do Aterro do Bacanga e do parque do Bom Menino, [...]" (ANDRÈS, 2012, p. 52) conforme a Lei Municipal Nº 2.352, de 1992. Por fim, a área inscrita como patrimônio pela UNESCO, em 1997, privilegiou o Bairro da Praia Grande, o Centro Comercial (atual), parte do Desterro e todas as ruas que já existiam na planta original de 1640 (como a Avenida Maranhense, hoje Dom Pedro II).

[40]Dados mais detalhados sobre a implantação, tipologia dos casarões e das fachadas podem ser conferidos no capítulo Casas e sobrados urbanos In: SILVA FILHO, Olavo Pereira da*. Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*. 2ª ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.

[41]Armazéns marítimos ou depósitos de mercadorias. Em São Luís, a Rua do Trapiche (situado próximo à rampa do Palácio) recebia as mercadorias através da rampa do Comércio (conhecida também como rampa Campos Melo) que, por sua vez, foi substituída por um cais de desembarque.

urbanísticos e higienistas surgiram. Algumas soluções tiveram que ser tomadas para que os casarões não perdessem suas características arquitetônicas e os moradores, seus privilégios socioespaciais.

No ano de 1902, é apresentado o relatório de Saneamento das cidades e sua aplicação à Capital do Maranhão, voltando-se aos “novos” problemas urbanos da cidade, quando não mais estavam sendo respeitadas as normas de edificação e delimitação das novas residências. O relatório será considerado o “primeiro plano diretor” da cidade. Entretanto, a modernização dos serviços públicos com relação às antigas e novas edificações só terá início no governo de Godofredo Viana (a partir de 1924), seguindo algumas normas presentes nos Códigos de Posturas Municipais, publicados no *Diário Oficial do Estado do Maranhão* (05 de junho de 1917). Dentre as normas, relacionadas a esses problemas de ordem urbana, destacam-se:

> Art.48 – não é permitida a habitação em porões e sótãos que não sejam naturalmente bem iluminados e arejados e não possuam aparelhos higiênicos de uso doméstico.
> §único – Fica desde já *prohibido* a reocupação de sobrados que já forem desocupados.
> Art.49 – Após dois anos a contar da data da publicação desta lei, não será permitida a moradia embaixo de sobrados que não possuam boas condições higiênicas e todas as instalações necessárias ao uso de seus habitantes.
> §único - o proprietário ou arrendatário de sobrados e dependências higienicamente inabitáveis de outras moradias, decorrido o prazo tolerado por estes 47 artigos, pagarão (sic.) 20$000, de multa diariamente, pelo tempo excedido ao mesmo prazo. (MARANHÃO apud SILVA, 2008, p. 46).

Também neste período, o Núcleo Antigo de São Luís começa a perder sua centralidade. Dentre as causas da nova dinâmica urbana podemos destacar: os de motivação socioeconômica (em virtude do aparecimento de novos bairros próximos da Fábrica da Camboa - Fabril), urbano-territorial (a criação da Ponte São Francisco, em 1960) e, principalmente, a degradação de muitos prédios, no qual, em alguns casos foram abandonados e ocupados por mendicantes.

A partir de 1920, surgiram propostas de manutenção ou reconstrução de alguns prédios antigos (e, quando impossível, de sua total destruição); de alargamento de vias (o que realmente houve, nas ruas nas quais as residências não se situavam “rente” ao logradouro); e construção de “platibandas” nos sobrados (que impediam a penetração de água pelo topo das paredes, mas que descaracterizaram alguns aspectos coloniais dos beirais).

Em 1940, na administração do prefeito Pedro Neiva de Santana, houve "a abertura de uma via no sentido norte-sul, a Avenida Magalhães de Almeida, que cortou a cidade pelo Largo do Carmo, destruindo vários quarteirões antigos" (IPHAN, 2007, p. 60) e arruinou dezenas de casarões de modelos arquitetônicos tradicionais luso-brasileiros[42], na Rua do Egito. Tal imposição administrativa foi apenas o primeiro passo para que surgisse, ainda naquela década, a proposta de demolição dos prédios residenciais situados no Centro Antigo. O jornalista e professor Antonio Lopes (1889-1950), critica as "mutilações" ocorridas, quando as [...] casas de azulejos ou de mirante e sobrados antigos foram demolidos para no seu lugar construírem prédios de estilo bastardo, rascunhados ao sabor do mais extravagante ou ingênuo espírito de aldeia (LOPES, 1975 apud LOPES, 2013, p. 135). Ao todo, quase 600 residências e comércios foram demolidos nesse período.

Figura 01: Foto da Rua do Egito antes da reforma empreendida por Pedro Neiva.

Fonte: *Maranhão 1908*: álbum fotográfico de Gaudêncio Cunha (2008).

[42] A proposta de renovação urbana e arquitetônica foi inspirada nas obras da Avenida Central do Rio de Janeiro, realizadas neste mesmo período. O idealizador da proposta no Maranhão, Paulo Ramos (que também fora governador do Estado), trabalhou como funcionário do Ministério da Fazenda e teve acesso ao Plano de Remodelação e Embelezamento da Cidade do Rio de Janeiro (1927-1930).

Em 1955, são oficializados os primeiros registros de “tombamento de conjunto urbano” de São Luís pelo Governo Federal, que incluía: “o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Benedito Leite e da Praça João Lisboa, o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Largo do Desterro e o Acervo Arquitetônico e Paisagístico da Praça Gonçalves Dias.” (LOPES, 2008, p. 41). Como já citado, em 06 de dezembro de 1997, parte do Centro Histórico da cidade de São Luís é incluída, pela Convenção do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, na lista dos Patrimônios Mundiais.

> [...] Dois elementos justificaram a inclusão de São Luís na categoria de Patrimônio Mundial: seu desenho urbano ainda original (no Centro Histórico) e seu **conjunto de arquitetura civil** influenciado pelo projeto pombalino da reconstrução de Lisboa, adequados a três dos pontos básicos definidos pela UNESCO.
> Entre os conjuntos urbanos brasileiros reconhecidos pela UNESCO, São Luís é o único cuja inscrição na Lista do Patrimônio Mundial está baseada em três critérios diferentes. Os critérios citados incluem-se na *Convenção do Patrimônio Mundial*, e são: “ii **– Testemunho excepcional de tradição cultural”**; “iv – Exemplo destacado de conjunto arquitetônico e paisagem urbana que ilustra um momento significativo da história da humanidade”; e “v - Exemplo importante de um assentamento humano tradicional que é também representativo de uma cultura e de uma época”, [...]. (LOPES, 2008, p. 47, grifos nossos)

É importante compreendermos que não foram somente os prédios administrativos, religiosos ou comerciais e os monumentos que entusiasmaram a comissão da UNESCO na tentativa de incluir São Luís dentre as cidades-patrimônio. Todo o “conjunto de arquitetura civil” que configura essa tradicional disposição urbana luso-brasileira influenciou, terminantemente, na escolha; da mesma forma, a “excepcional” tradição cultural que, evidente, inclui a literatura local.

Dentre as visitas a São Luís, na análise dos prédios, das fachadas e das ruas, podemos questionar se a Comissão também teve acesso a uma literatura de viagem produzida por visitantes, que proporcionaria um conhecimento mais vasto (ou íntimo) sobre o surgimento e vivência nestes casarões. Pois, as tarefas desempenhadas por estes estrangeiros, que visitaram a cidade de São Luís, em registrar as demandas políticas e a condição social e arquitetônica constituem também um depoimento importante sobre a relação habitante e ambiente. Entretanto, diante da diversidade de impressões de alguns visitantes sobre a cidade e que se apresentam através de particularidades perceptivas na experiência geográfica destes pesquisadores, muitas contradições também seriam reveladas.

3.1 Portas que se abrem para o olhar do forasteiro

Nos dois primeiros séculos de colonização da Ilha do Maranhão, o plano urbano da cidade de São Luís[43] foi progressivamente alterado através de constantes intervenções arquitetônicas, ainda que, aparentemente, o nível divisório das ruas do engenheiro Francisco Frias de Mesquita tenha sido respeitado, com as novas edificações implantadas de forma contínua e as quadras no formato de tabuleiros. Estas modificações foram, quando possível, registradas em mensagens, cartas, diários, testamentos, inventários, ofícios e crônicas.

Como não poderia ser de outra forma, descrevem-se, nos primeiros relatos sobre a Ilha de Upaon-Açu, os encantos naturais da paisagem, os predicados do clima e a voluntariosidade do povo nativo: estratégias europeias para atrair outros colonos para o povoamento da futura vila. É o que se observa na Literatura de viagem dos religiosos franceses Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux, na obra *Jornada do Maranhão*, conferida ao sargento-mor Diogo de Campos Moreno (1614) e no depoimento do juiz português da primeira Câmara de São Luís - Simão Estácio da Silveira, no qual afirma na obra *Relação sumária das cousas do Maranhão* ([1619] publicada em Lisboa no ano de 1624) que esta; "é a melhor terra do mundo, [...], e consta-nos que, do que ocorreram os portugueses, o melhor é o Brasil, e o Maranhão é o Brasil melhor e mais perto de Portugal." (SILVEIRA, 2001, p. 21). Porém, desde a segunda década do século de colonização (século XVII), também é de conhecimento da sociedade local os registros de cartas enviadas da Câmara para o Rei Filipe III, quase sempre queixas da falta de estrutura e segurança nas habitações, e da miséria que rodeava os moradores das vilas.

É o que se observa no documento *Relação histórica e política dos tumultos que succederam na cidade de São Luiz do Maranhão*, produzido em 1692 por Francisco Teixeira de Moraes (na época, Provedor-Mor da Fazenda), quando este descreve que os primeiros habitantes da cidade edificaram moradas cujas paredes e tetos eram "tudo de palmas, bravas, a que chamam *pindobas*", e que, mais de sessenta anos depois da conquista portuguesa, ainda permaneciam

[43]Hoje, na cidade, a situação geográfica é assim definida: está localizada na face ocidental da Ilha do Maranhão, possuindo uma área de 831,7 km^2. O município de São Luís (que divide o espaço da Ilha com os municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa) ocupa, segundo José Marcelo Espírito Santo (2006), mais da metade da Ilha: cerca de 57%.

“algumas renovadas, e assim mais pareciam pastoris albergues da montanha, que edifícios condignos de cidade.” (MORAES, 1877 [1692], p. 95 e 96). Mas com o tempo, admite, algumas foram construídas de “taipa de pilão, com sua telha vã sobre mal polida madeira”. (Idem, p. 96). Porém, esclarece a pesquisadora Lacroix (2012, p. 39):

> Embora a recomendação fosse de construir casas de pedra e cal, cobertas de telha, os poucos cabedais limitaram os colonos a levantarem suas moradas de taipa de vara ou de pilão, cobertas de palha, portas e janelas de urupema ou *meaçaba*, com a técnica passada pelos índios. Assim, formaram-se a bem regulada cidade, [...].

Esta Literatura de informação chagará ao século XIX expondo mais as impressões e representações individuais dos estrangeiros do que reclames coletivos, quando no discurso do viajante não se percebe a preocupação em patrocinar transformações no tecido urbano, apenas registrar as mudanças ou as muitas permanências que marcam o espaço físico da cidade.

O pintor português e “senhor de engenho” Henry Koster (conhecido também por Henrique da Costa), na obra *Viagens ao Nordeste do Brasil*, publicado no ano de 1816 (e no Brasil em 1942), quando viajou pelo Norte do país, observa que em São Luís (em 1811), as ruas eram “em sua maioria, calçadas, mas não há conservação. As casas são limpas e bonitas”. Ressalta também que possuem apenas um andar e que “o térreo é aproveitado pelos criados, lojas, armazéns, sem janelas como em Pernambuco. A família reside no alto e as janelas se abrem para o térreo, sendo ornamentadas com balcões de ferro”. (KOSTER, 1942, p 231). No mesmo ano, o então Ouvidor-Mor interino; Bernardo José da Gama (em *Informação sobre a capitania do Maranhão dada em 1813*, editada em 1872), não poupa críticas à população e à cidade “minúscula” e “fúnebre”, na qual “presenciavam-se covas de três braças e precipícios tão horríveis que impeliam os habitantes a especar os alicerces das propriedades”, não existindo na cidade “cais, nem uma lingueta ou trapiche [...], nem diques, nem alfândega, nem pontes. Vivia tudo num atraso de séculos” (GAMA, 1813 apud MEIRELES, 2012, p.160).

Nesta mesma década (1813), Raimundo José de Sousa Gaioso (em seu *Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão* - publicado em Paris, no ano de 1818) considera que a cidade de São Luís do Maranhão possui “muito sofríveis edifícios, e com muita comodidade, mas a desigualdade do terreno

lhes tira uma parte de sua formosura", possivelmente, "pela liberdade que cada qual tem de edificar como lhe parece, faz que tudo é irregular." (GAIOSO, 2008, p. 12).

Em 1819, os naturalistas bávaros que acompanhavam a comitiva da princesa Leopoldina (e viajaram pelo Brasil entre os anos de 1817-1820): Johann Baptiste von Spix e Karl Friedrich Philip von Martius, por causa da população e da riqueza natural, consideraram São Luís merecedora do "4º lugar entre as cidades brasileiras" (MARTIUS; SPIX, 1828 apud VIVEIROS FILHO, 2006, p. 58 e 59), na qual as edificações (eles pontuam: de dois ou três pavimentos!) eram, na maioria, "construídas de grés de cantaria, e a apropriada disposição de seu interior corresponde ao exterior sólido, porém inteiramente burguês". Qualidades também observadas pelo pastor Daniel Kidder (em *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*, de 1845), quando esteve na *urbe* ludovicense em 1841, ao assegurar que no Nordeste "tem-se a cidade do Maranhão como sendo de melhor construção que qualquer outra no Brasil. Apresenta ela ao visitante um aspecto de progresso como raramente se nota em outras cidades do império. Além disso, são poucas as choupanas e casebres" (KINDDER; FLETCHER, 1941, p. 151 e 154).

Figura 02: Foto dos Casarões cercando a Praça Benedito Leite em São Luís (1908).

Fonte: *Maranhão 1908*: álbum fotográfico de Gaudêncio Cunha (2008).

No ano de 1904, São Luís enfrenta uma epidemia de peste bubônica que, segundo Raimundo Lopes (1970, p.59), determinou “um êxodo parcial da população para os lugares não contaminados”[44], e fazendo reinar na cidade “a desolação e o terror”. O médico paulista, Victor Godinho, responsável pela comissão que combateu a epidemia na cidade, assim descreve as ruas e as moradas da cidade:

> Estreitas, algumas de suas ruas mal permittem a entrada do sol nas casas, que dele tanto precisam no tempo das chuvas. Este mal é ainda aggravado pelo grande numero de sobrados, alguns de três e quatro andares, verdadeiros caixões de pedra e cal, dominando, às vezes, ruas inteiras e transformando-as em simples corredores. (GODINHO; LINDENBERG, 1906 Apud. LOPES, 2013, p. 70).

O engenheiro Eurico Teles de Macedo, funcionário da Prefeitura do Distrito Federal e que veio trabalhar na construção da Estrada de Ferro São Luís-Caixas no ano de 1906 (tendo residido na cidade por várias décadas), já no primeiro capítulo da obra *O Maranhão e suas riquezas* (1947), mostra-se deslumbrado com a cidade ao declarar que:

> [...] Ao pisar a rampa do Palácio, em São Luís, senti que pisava uma das mais hospitaleiras terras do Brasil, promissora dessa felicidade simples e modesta, que não deixa o homem em toda a vida, porque lhe ensina a sobriedade, o viver rude, sem essas desmedidas ambições de bens materiais que arruínam o ser humano, tirando-lhe a tranquilidade e a paz interior. (MACEDO, 2001, p.17).

Para Macedo (2001), São Luís possuía edificações bem diferentes das demais cidades colonizadas por Portugal, aproximando-se mais de uma “influência francesa”. Na capital do Maranhão, segundo o engenheiro, não se viam “casarões pesados, escuros, privados de área interna de arejamento e iluminação” (MACEDO, 2008, p. 23). Ao contrário, em São Luís, os prédios coloniais seriam “bem arejados, dotados de magníficas áreas abertas no seu interior, servidos de varandas e varandões bem iluminados pelos raios do sol dos trópicos, com peças espaçosas, sem cubículos ou cafuas, de belo aspecto exterior” (MACEDO, 2008, p. 23).

Podemos observar, em uma leitura mais minuciosa dos textos sobre a edificação da cidade de São Luís, algumas descrições que beiram a evidência de

[44]Segundo José Antonio Viana Lopes (2013), tais relatórios e críticas, posteriormente, organizados em livro (*A peste no Maranhão*. São Luís: Typogravura Teixeira. 1904) serviram para que o governo local organizasse um Serviço Sanitário Municipal (1922), um Serviço de Sanidade Escolar (1930) e, por fim, o Serviço de Salubridade das Edificações (1936).

oposições entre juízos e registros sobre os aspectos econômico-geográfico-urbanísticos da cidade. O que nos leva à questão da análise metodológica do historiador que, carregado também de impressões, pode indicar um diálogo com a literatura, quando a descrição empírica parece se valer também da verossimilhança e das idealizações, como podemos observar nas exposições dos primeiros narradores, tanto quanto nas descrições dos já polidos Bernardo José da Gama e Eurico Teles de Macedo (que consegue ser mais "ufanista" do que os próprios ludovicenses); ou mesmo nas considerações do jornalista e diplomata Fran Paxeco.

É fato incontestável que o registro histórico traz consigo outras vozes historicamente formuladas e conferidas, mas o compromisso direto com a experiência pessoal, mesmo que não traga consigo a primeira pessoa gramatical, encaminha esses textos, considerados históricos, para a fronteira entre a não-ficção e a ficção, o que, no entanto, não enfraquece a veracidade das informações apresentadas. Do outro lado, o romancista, por mais que inclua fatos que podem ser atestados (no caso de um romance histórico ou realista), as informações estão sempre sendo trabalhadas por meio da técnica que pertence ao domínio da ficção e que traz o espectro da subjetividade.

> [...] Ainda que o *quantum* de real histórico seja ponderável, *o modo de trabalhar, que é essencial, é ficcional.* Nessa perspectiva o romancista não mentiria nunca. O romancista não mente nunca, porque ele efetivamente está mexendo com representações da imaginação que podem, ou não, ter um conteúdo empírico historicamente atestado. Mesmo que maciçamente seja documentado o fato que ele está contando, o regime do texto no seu conjunto é de ficção [...]. (BOSI, 2013, p. 224).

Mas como bom observador do comportamento humano e dos fatos sociais, e propenso a ser ao mesmo tempo observante e intérprete da história, o romancista, como bem observa Gilberto Freyre (2004, p.51), também produz "romances de verdade", "romances que, afinal é menos romance que extensão, ampliação ou alongamento, por processo vicário e empático, de autobiografia; extensão ou ampliação da memória ou da experiência individual na memória, [...]."

Para além da questão do "reconstruir" ou do "construir" o passado segundo a visão do historiador ou do romancista, reconheçamos que, dentro destas descrições, existem compreensões e composições que se valem de impressões tão íntimas que o elemento da "ideação" também se faz artifício neste organismo de exposição e de consciência histórica.

Como podemos observar, as descrições da capital maranhense foram feitas de forma distinta e muito pessoal por aqueles que visitaram a cidade. Para alguns, era bela e harmoniosa; para outros, uma vila ou província mal cuidada. Tais descrições da construção, arrumamento e particularidades relatam sempre questões urbanístico-arquitetônicas, como: altura dos prédios; se são sobrados, solares ou palacetes; a forma de construção das paredes e disposição dos azulejos; se são de taipa, pedra e cal, tijolo... Destacando-se e avaliando itens sólidos, mesmo de forma pessoal, o que proporciona um valioso cabedal de informações sobre a ocupação do solo e de sua ressignificação enquanto morada, mas tais pressupostos descritivos pouco colaboram na aproximação com o "mundo vivido" dentro destas moradas.

Quase cem anos após o censo registrado por Fran Paxeco (o de 1909, indicando 6.000 moradias), e segundo o censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizado em 2000, a cidade de São Luís possuía 878.309 habitantes (quase o dobro de 1980, que era de 449.432), agora residindo em bairros, loteamentos, apartamentos e conjuntos habitacionais. No censo de 2010, constatou-se que a população saltou dos quase novecentos mil habitantes para 1.014.837, vivendo em 305.635 domicílios[45]. Entretanto, curioso saber que, mesmo com este intenso crescimento populacional, São Luís concentra 14% do número total de imóveis abandonados existentes no Estado do Maranhão, sendo que 22.221 "domicílios em potencial", sem uso algum. São Luís cresceu econômico e urbanamente, estagnou, ascendeu mais um pouco, estagnou novamente e se reinventou em outros pontos da Ilha do Maranhão, deixando os casarões seculares ali, em um canto da cidade, da História e da Literatura.

No caso da arte literária, o campo das imagens evocadas pelas narrativas de memória e pelos romances, no qual o sujeito do discurso convida o leitor a lançar novos olhares sobre os lugares e as ações que neles se desenvolvem, deve ser percebido como uma mais representativa forma de comunicação simbólica que envolve o individual e o social num processo dialético e profícuo.

[45]Dados recolhidos no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: http://censo2010.ibge.gov.br. Acessado em: 04/12/2013

4 AS NARRATIVAS DE MEMÓRIAS NAS JANELAS ENVIDRAÇADAS

Nossas percepções, tanto as de sentidos, quanto as do fluxo de consciência, guardam lembranças da infância. São imagens paralisadas em um tempo personificado, guardadas em um estojo de reminiscências e impulsos extravagantes que nunca poderão ser abertas pelas intenções da convicção. Estão ali os entes queridos e a sociedade incógnita, as primeiras letras e as primeiras punições, a autoridade da experiência dos adultos e a leveza do tempo que não quer ser calculado, a liberdade da rua e o aconchego do lar.

O espaço geográfico da casa habitada na infância enquanto lugar de recordações e tradições constitui um dos temas-chaves das narrativas de memória, nas quais se destacam, principalmente, os diários, as cartas e as autobiografias[46]. Literaturas de testemunho que podem surgir escondidas em forma de autoficção (enquanto ficcionalização dos fatos e dos acontecimentos reais) ou intrusas em um texto prefacial, mas que sempre possuem maneiras muito particulares de se relacionarem com o passado e com os elementos que podem ser reconstruídos desse passado.

O narrador expõe seu tempo de meninice quase sempre em tom de misticismo, carregando nas tintas do que se considera profético, alegórico e do que compõem as misteriosas reviravoltas do tempo. Nestas narrativas de cunho testemunhal, a fantasia incita e integra as descobertas mundo afora e a casa da família, o "lar" propriamente dito, sempre é um espaço físico recorrente.

As experiências relatadas, quase sempre em primeira pessoa, registram casos reservados dentro dos aposentos do lar, podendo-se perceber que tais narrativas não respeitam, em seu estilo, uma possível ou exata delimitação entre o trabalho de um cronista e de um ficcionista, carregando consigo uma intrincada dimensão de subjetividades e, por vezes, respeitando um pacto referencial com a

[46]Autobiografia aqui será compreendida segundo a definição do pesquisador francês Philippe Lejeune (2008, p. 45), para o qual a autobiografia é "uma narrativa retrospectiva em prosa, que uma pessoa real faz de sua própria existência, enfatizando sua vida individual, em particular, a história de sua personalidade", podendo o leitor encontrar um jogo de elementos que carregam não somente o fato vivido, mas a verossimilhança. Segundo ainda Lejeune, essa, talvez, seja a principal diferenciação das autobiografias em relação aos diários íntimos: "a perspectiva retrospectiva da narração", quando o diário não cumpre este quesito. Nos diários, o relato dos fatos também é retrospectivo como as autobiografias e as confissões, porém a natureza da temporariedade criada pelo diarista está muito próxima do presente. O mecanismo do escritor de diários mantém apenas uma conexão mais imediata com o "fato ocorrido". Entretanto, mesmo sem deixar de ser retrospectiva, não desmonta um contrato implícito que se forma entre autor e leitor.

memória coletiva. É o que se pode observar na obra *O meu próprio romance* (publicado em 1932), do romancista e diplomata Graça Aranha[47] que, ao comentar o sobrado "aonde veio ao mundo", não consegue ultrapassar o resumo de uma memória coletiva, cheia de suposições e admiração.

> [...] Nasci na Rua da Estrela, número dois, na primeira casa à direta, na grande ladeira que desce para a Praia Grande, centro do comércio que as águas da baía não banham. Dessa casa não tenho recordação. Quando a deixamos eu não tinha dois anos. Mas tarde eu a contemplava e imaginava o seu silêncio interior naqueles três andares elevados e esse silêncio imaginativo tinha a força de me entristecer. Da segunda casa, no fim da Rua Vinte e Oito de Julho, **restam tênues reminiscências que não sei se resíduos verdadeiros da memória ou imagens justapostas e fabricadas com o que iam narrando docemente**. Vejo-me no corredor interno diante de uma grade de madeira pintada de verde, espiando para os carneiros, porcos e perus que viviam embaixo no quintal. Foram talvez os mais fortes atrativos da minha longínqua infância e com eles comecei a improvisar o vocabulário animal e humano, que está na raiz da linguagem primitiva. [...]. (ARANHA, 1996, p. 47 e 48, grifos nossos).

Com o intuito de ser a primeira parte de quatro volumes, *O meu próprio romance* apresenta-se como uma evocação da vida ludovicense da segunda metade do século XIX, vista pelos olhos de um menino, ressaltando impressões da vida político-administrativa da cidade, os vultos históricos, os artistas locais da época, os primeiros cursos preparatórios e as "estórias" maravilhosas que ouvia dos empregados. Tudo apresentado, como bem observa o pesquisador Jomar Moraes (1996, p. 16), enquanto "um registro colorido e movimentado, graças ao qual a cidade de ontem continua viva e em grande proporção explica a cidade de hoje".

O projeto autobiográfico, que também falaria da parceria do autor com Joaquim Nabuco (com quem trabalhou nas Embaixadas brasileiras de diversos países), da entrada na Academia Brasileira de Letras (a pedido do presidente Machado de Assis, sem ter, entretanto, escrito nenhum livro até aquele momento) e a participação na Semana de Arte Moderna (buscando patrocinadores para o evento e proferindo o discurso "A emoção estética na arte moderna", na noite de estreia),

[47]José Pereira da Graça Aranha (1868-1931) foi romancista, ensaísta, dramaturgo e diplomata. Viveu em São Luís até os 13 anos, quando fora aprovado na Faculdade de Direito e se muda para Recife. Volta para o Maranhão onde assume a comarca de Guimarães. Muda-se para Cachoeiro de Santa Leopoldina (hoje, Cachoeiro do Itapemirim), no Espírito Santo, em 1820, na função de promotor adjunto e onde produz seu primeiro romance, intitulado *Canaã* (publicado somente em 1902). Iniciando, posteriormente, uma carreira diplomática, viverá em países como Inglaterra, Itália, Suíça, Noruega e Dinamarca. A peça *Malazarte* (1911), o romance *A cidade maravilhosa* (1929) e as obras de cunho filosófico, *A estética da vida* (1921), *A emoção estética na arte moderna* (1922) e *Espírito Moderno* (1925), e a já citada *Canaã*, são consideradas suas principais obras.

tornou-se póstumo e incompleto, pois seu autor falece no ano de 1931, quando ainda buscava desenhar os lugares e as pessoas que, na sua infância e na adolescência, o influenciaram na forma de perceber e reagir ao mundo.

Da segunda casa, as experiências relatadas trazem as relações de apreço que o romancista cria com os objetos, quando a morada possui, com suas características arquitetônicas e seus móveis, uma personalidade, o que principia um momento de diálogo e "convivência" com os objetos. Entretanto, nesta fase, Graça Aranha ainda é um "ser-mundo", quando ainda não distingue o "eu" e o ambiente a que pertence, bem como o próprio espaço não se apresenta muito bem estruturado e "os objetos distantes e as cenas panorâmicas não têm nenhuma atração especial." (TUAN, 2012, p. 87).

> [...] Vejo-me nos braços de alguém, olhando muita gente na rua, à noite, gritando e carregando lampiões coloridos acessos. Era uma passeata patriótica de comemoração da vitória brasileira no Paraguai. Fizeram-me balbuciar vivas à República. Nada mais eu vejo ou imagino ver nessa segunda casa. [...]. (ARANHA, 1996, p. 48).

Para o filósofo alemão Martin Heidegger (2001), a vontade do Ser de pensar o sentido da sua existência fundado no habitar, seria a própria expressão da espacialidade deste Ser. Deste modo, a necessidade de sugerir um "sentido" para a primeira fase de sua existência leva o romancista maranhense a criar uma identidade para os primeiros lugares que habitou através do resgate das impressões sensoriais, recorrendo às sutilezas das imagens, dos sons e das dimensões da memória perceptiva, quando os eventos não são representados de forma integrada, mas evocadas através dos objetos e dos lugares, e por isso, fragmentada.

Esta tentativa em representar a "experiência pura" com os objetos confere ao texto não somente a ética das narrativas confessionais ou dos romances autobiográficos, quando o testemunho de si mesmo pressupõe a marca gramatical do "eu", mais ainda; o testemunho de um "outro eu", um "eu" que fala pelos outros, que se apropria do testemunho dos próximos e que se comporta como intermediador dos fatos ocorridos. Neste caso, o romancista somente conseguirá ver "esteticamente" o lugar do lar ao se mudar para o casarão situado no Largo do Palácio.

> [...] Os meus olhos abriram-se logo depois à magia da casa do Largo do Palácio. O seu ambiente incorporou-se de tal forma ao meu espírito infantil, que pensar nele, invocá-lo, ressuscitá-lo, é transfigurar-me no menino imaginoso, é perder tudo o que adquiri de cultura e perversidade e voltar inefavelmente à candura exaltada, aos primeiros jatos criadores de emoção e beleza. A grande casa, larga e, sobretudo, profunda, é uma pessoa viva na minha lembrança. Ela via uma paisagem que a engrandecia. Do alto da barreira dominava o Cais da Sagração, olhava a Praia do Caju, e, estendendo o olhar por cima do Convento de Santo Antônio, deliciava-se mirando o gracioso Largo dos Remédios, onde Gonçalves Dias, sobre a palmeira de mármore espera ouvir o sabiá, que não vem nunca.
> [...].
> O sol, a dois graus do Equador, equilibra dias e noites, numa temperatura igualmente cálida. Não há crepúsculo. Não há cores. Tudo é luz.
> A grande casa protege-se desta claridade, dentro das grossas paredes de pedra e cal, nas imensas salas e nos vastos quartos. Na sombra, a tépida frescura equatorial. O que houver de vento circulará suavemente pelas varandas e corredores. (ARANHA, 1996, p. 48 e 49).

Figura 03: Foto do Sobrado de Graça Aranha – Largo do Palácio (Av. Dom Pedro II).

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Ao apresentar o espaço doméstico onde se torna um “ser-no-mundo”[48], Graça Aranha a caracteriza e personifica, buscando o sentido do fenômeno “casa”. Ela é grande, larga e profunda, com paredes grossas de pedra e cal, com imensas salas, vários aposentos e imenso quintal. É nobre (“olha por cima”), mas generosa, maternal. Desta forma, o autor ilustra a sua atração e respeito pela casa da infância,

[48]Enquanto um ser que vivência suas experiências à medida que também toma consciência do seu “estar-lançado-no-mundo”. Quando “*ser-aí (Dasein)* é ser num mundo.” (HEIDEGGER, 2013, p.86)

explorando o ritmo das coisas percebidas e aprendidas durante os anos em que "conviveu" com ela, dando, estilisticamente, um caráter de personalidade à morada nobre. Desta forma, a infância de Graça Aranha será marcada pelo prazer das descobertas, pela proteção materna, pelos "cafunés" das domésticas, pelas estórias e lendas contadas pelo mateiro Sabino, mas também pelas janelas envidraçadas que não lhe permitiam brincar na rua com os moleques debaixo das grandes amendoeiras do Largo do Palácio, sentindo uma inocente "inveja dos meninos olhando das sacadas da janela" (ARANHA, 1996, p. 50), enquanto ele, menino de sobrado, mesmo não sendo cria de um patriarcalismo ao estilo da "casa-grande", ainda não podia se misturar com os "da rua", com "o risco de degradar-se em moleque" (FREYRE, 2004, p. 269).

No entanto, se por um lado o espaço da "ampla casa" limitava-se à porta ou portão com batente de cantaria que recebia os moradores e eventuais visitantes, o quintal apresenta-se com uma extensão dela. Abastada por diversas árvores frutíferas e nativas, era ali que as crianças se permitiam transformar o cotidiano em um eterno jogo de imaginação.

> [...] Para mim a inexcedível atração da casa estava nos seus quintais, sobretudo no grande quintal de capim, o último aberto sobre a barreira, que descia para o aterro de areia do cais coberta de árvores de mamona, que à tarde eram colhidas pelos pobres velhos da vizinhança para fabricar azeite. Esse quintal era o meu reino de menino. Ali nos reunimos, todas as tardes, uma tropilha de crianças, as de casa, minhas irmãs e meus irmãos, as da vizinhança e os moleques e as negrinhas, crias das famílias. Eu era o chefe do grupo e sob a minha inspiração inventavam-se as brincadeiras. Uma vez no quintal, todo o senso da realidade se eclipsava. Passávamos ao plano da fantasia e nos transmudávamos em personagens das nossas comédias infantis. Os meninos eram cavaleiros montados em carneiros, ou em tabocas, fogosos corcéis. Tínhamos pajens que naturalmente eram os moleques. As meninas eram princesas, ornadas de trepadeiras de S. Caetano, cujas flores amarelas ou frutas vermelhas se dependuravam por entre as folhas verdes. Vivíamos em campos diferentes e vínhamos fazer as nossas visitas às meninas princesas, montados em nossos ginetes. Uma vez reunidos improvisávamos danças, jogos, torneios, em que nos esfalfávamos de fadiga e calor. [...]. (ARANHA, 1996, p. 50)

O lugar descrito nas narrativas de memória permite acompanhar o indivíduo em suas crenças, ilusões e cosmovisão de mundo, ao mesmo tempo em que se mescla o mundo particular e o universal do homem, o que nos leva à questão da Topofilia, ou seja, os laços afetivos dos seres humanos com a morada, "quando o lugar ou o meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é

percebido como um símbolo" (TUAN, 2012, p.136). Assim, o lar, o "lugar íntimo" tanto no mundo dito "real", quanto no mundo representado pela literatura, seria aquele ambiente que possui o "irreversível poder de despertar sentimentos topofílicos" (Ibidem, p. 161). Por isso, para o homem, não basta ter o conhecimento sobre os lugares onde nasceu. Se isso não estiver vinculado com a experiência do "vivido", não será considerada lembrança.

Graça Aranha ratifica essa vontade de evidenciar o vivenciado através da força da lembrança quando descreve tanto a divisão do espaço físico do sobrado e a disposição dos móveis, quanto o convívio entre patrões e empregados e os rituais religiosos presentes, narrando tais acontecimentos no limite de serem percebidos enquanto ficção ensaística.

> Era à noitinha quando as criadas vinham cessar os jogos, dos quais nos arrancávamos transfigurados, renitentes a voltar à realidade quotidiana. Subíamos desesperados para que tudo tornasse à mentira na tarde seguinte. Minha mãe recebia os seus dez filhos com inesgotável ternura. As criadas nos preparavam para dormir, depois do banho. Vínhamos todos para a merenda, mingau de milho ou de arroz, que minha mãe distribuía em tigelas. Na funda sala de jantar, na grande varanda, minha mãe sentava-se numa cadeira de balanço. Em volta dela, bem junto, ajoelhavam-se os filhos, vestidos de compridas camisolas brancas, ajoelhavam-se no segundo plano as crias da casa e as criadas. Minha mãe puxava a reza, que todos repetiam, enquanto os sinos da Sé tocavam a Ave-Maria. Finda a reza, íamos para as nossas caminhas, separados em quartos diferentes, os meninos e as meninas, guardados pelas criadas. [...]. (ARANHA, 1996, p. 50-51)

Mesmo não tendo o livre-arbítrio de brincar com os moleques na rua, Graça Aranha se orgulha em ser um "menino de sobrado", em residir na "grande casa" que agregava, de forma aparentemente respeitosa, diferentes culturas e classes sociais, mas que, segundo observa Freyre (2004) ao se referir aos sobrados brasileiros, representaria tão somente a sucessão da casa-grande como expressão (não mais rural, mas urbana) da centralidade do poder econômico-político e da segregação espacial de uma região.

O romancista, entretanto, em nenhum momento cogita tal parentesco com a "casa-grande do sistema rural", ao contrário, enumera as qualidades que diferenciavam a sua morada das outras residências-símbolo do sistema patriarcal brasileiro. Desta forma, Graça Aranha (1996, p.65 e 67) se orgulha em ter residido em um ambiente em que pessoas de etnias diferentes dividiam o mesmo teto, gaba-se da paisagem que ali despontava para o resto da cidade ("A paisagem era toda a

cidade. Bem próximo os quintais da Sé, mais além Santo Antônio, os jardins do convento, a quinta, até a Fundição, Remédios, [...]. Do outro lado, a Rua da Estrela até às Mercês, a rampa do Palácio"), do pai ser proprietário de uma tipografia (que fora instalada na parte térrea do sobrado e onde também funcionava a redação do jornal *O País,* fundado em 1863[49]) e, por fim, de ser frequentada por ilustres conterrâneos, onde o futuro escritor teve o primeiro contato com as personalidades provinciais ("Meus pais eram extremamente visitados. Todo o Maranhão aí desfilava e eu me familiarizava com os presidentes de província, senadores, deputados, chefes políticos, artistas, professores." [ARANHA, 1996, p.67]).

Figura 04: Foto da Placa em homenagem a Graça Aranha.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Este lugar íntimo do lar percebido por Graça Aranha e o sentido de topofilia que o autor dá a essa relação possivelmente não eram os mesmos encontrados pelos outros moradores da cidade em suas devidas residências. Tuan (2012) observa que tanto um lugar considerado aberto quanto outro visto como

[49]O jornal era dirigido por Temístocles da Silva Maciel Aranha, mas, segundo Laurence Hallewell (na obra *O livro no Brasil:* sua História, Editora da Universidade de São Paulo, 2005), de propriedade de Antônio Joaquim de Barros Lima.

fechado podem estimular um sentimento topofílico. A promessa do espaço aberto, no texto graciano representado na paisagem vista pela janela, simboliza o espaço de possibilidades, o que poderia significar liberdade, aventuras, luz; mas o espaço fechado pode representar “a segurança aconchegante do útero, privacidade, escuridão, vida biológica”, por isso, “a atração nas cidades baseia-se em grande parte na justaposição do aconchegante e grandioso, da escuridão e claridade, do íntimo e do público”. (TUAN, 2012, p.49 e 50). Entre o próprio espaço físico e suas representações, como então definir o sobrado da família de Graça Aranha?

Segundo Macedo (2001[1941]), as edificações de São Luís poderiam, facilmente, ser divididas em apenas quatro tipos básicos (moradas com pavimentos, morada inteira, meia-morada e as de porta-e-janela) que, por sua vez, exprimiam a situação econômica dos que as habitavam. Para exemplificar uma das mais admiráveis moradas ludovicenses, aquela que possui mais de um pavimento e mirante, o autor escolhe o casarão da família de Graça Aranha.

> [...] O mais importante e distinto dele, em menor número já se vê, é o de uma morada em dois pavimentos, às vezes encimado por um mirante disposto em simetria rigorosa com a fachada do edifício. Um deles serviu de morada à família de Graça Aranha, o primoroso escritor maranhense, que faz em um dos seus livros uma excelente descrição do que era esse gênero de habitação no seu tempo de menino. A entrada era central em um vasto e bem iluminado hall, pavimentado em ladrilhos de mármore e algumas vezes em seixos ovoides, grupados em desenhos bizarros, bem marginados, e nas duas cores – branco e preto. O pórtico, de estilo romano, era de pedra de Lisboa ou da Itália, muito bem lavrada nas ordens clássicas, com uma bela pedra de cunha ao centro do arco, pleno ou abatido, medindo 1,80m de largura por 3 de altura, no mínimo. Ao lado do pórtico, ou melhor, em cada lado, pequenas janelas no mesmo estilo, fechadas por grades de ferro. Esse hall dava acesso ao pavimento superior, em geral por uma suavíssima escada central, logo subdividida em duas outras no primeiro patamar acerca de 2 ms, 50 de altura, vem sendo assim o pé-direito do edifício no andar térreo de 4,5 a metro. Lateralmente à escala central, no pavimento térreo, em geral, duas portas davam acesso à parte posterior do edifício, destinada aos empregados, à lavanderia e ao pátio interno onde se praticava secagem de roupas e misteres do interesse da família. As partes restantes das alas do edifício, no andar térreo em quatro peças, eram destinadas à hospedagem, a gabinetes de trabalho e à moradia do administrador do solar. Essas casas em regra a famílias que possuíam fazendas e disponham também e escravos para alugar, sendo tudo isto controlado por um gerente de negócios. (MACEDO, 2001, p. 24).

Para Macedo, o sobrado de Nº 241 no Largo do Palácio (Avenida Maranhense, e depois da Resolução nº 20 de Dezembro de 1904 - Avenida D. Pedro II), canto com o Beco do Silva (Rua Neto Guterres), do professor e dono de tipografia Temístocles da Silva Maciel Aranha (1837-1887) e onde seu filho Graça

Aranha viveu entre 1870 e 1884, era um exemplo clássico de “morada nobre” maranhense.

Como já apresentado no capítulo anterior, além das tipologias das edificações residenciais acima apresentadas, também existiam os palacetes, os solares e, dentre as moradas consideradas simples, a morada-e-meia, a três-quarto de morada, meia-morada, meia-morada e comércio, morada-inteira e porta-e-janela. Neste caso, e ao se levantar a questão de uma hierarquia arquitetônica do Centro Histórico da cidade, é importante levarmos em conta não somente a imponente dimensão de algumas residências, mas as suas tipologias funcionais, o que nos leva ao sentido da palavra e função do recinto denominado “sobrado”. Segundo Viveiros Filho (2012), o termo “sobrado” se refere, primitivamente, a um “*espaço sobrado*”, que foi ganho devido a um “*soalho suspenso*”:

> [...] Desta forma, então, trata-se de uma sobra, um resto que se aproveita, convenhamos. Mas, seguindo o texto do Lemos[50]: se numa casa térrea, construímos um forro assoalhado, e podemos usá-lo variadamente, temos um sobrado; é o que chamamos de sótão (se as alturas do telhado forem pequenas, muito baixas); se estas alturas permitirem um pé direito normal, circundado por paredes, temos um sobrado normal, que pode ser repetido, gerando o que se dizia: uma casa de um, dois ou três sobrados. É isso que tradicionalmente se conhece como sobrado. Às vezes a palavra queria designar o próprio assoalho, não o espaço gerado. É o caso de se dizer: a torre daquela igreja tem cinco, seis sobrados; isto é: patamares, descansos da escada. Continuando, explica Lemos, o sobrado tanto podia estar acima de um piso como abaixo dele, dependendo das circunstâncias. Se, conforme o terreno for permitido um espaço abaixo do pavimento principal, o que conhecemos como porão, segundo o autor, “no significado antigo também era um sobrado”. A isto, ele chama de meio-sobrado. Mas, neste caso, não era uma coisa premeditada, explica - simplesmente acontecia, eram contingências: devido um terreno ruim, geralmente estreito e um declive. Desta forma, conclui-se que um sobrado sempre é algo que parte de uma casa. E é assim que o sobrado maranhense parte da casa maranhense, criando uma relação íntima desta última com a urbanidade do sobrado. (VIVEIROS FILHO, 2012, p. 77).

Mesmo com toda a pompa com a qual o sobrado da família de Temístocles Aranha é apresentado, tanto pelo ilustre filho, quanto pelo engenheiro Teles de Macedo, no conjunto dos prédios que constituem o centro urbano, a arquitetura deste casarão não apresenta características arquitetônicas tão especiais. Sua frente é um pouco mais atraente dos casarões e sobrados situados na Rua Grande (Rua Oswald Cruz) e, principalmente, os que estavam localizados na Cidade Baixa (Bairro Praia Grande). Mas observando os quatro casarões que compõem o

[50]Ver: *LEMOS, Carlos.* ***História da casa brasileira.*** São Paulo: Contexto, 1989.

conjunto de edifícios da quadra 04 da Avenida Dom Pedro II (Nº 209, 221, 231 e 241), aquele a que pertenceu à família Aranha é maior em largura, mas não em extensão. Com menor número de balcões sacados com relação ao primeiro casarão, sem as inovações da *Art Nouveau* encontradas na segunda e somente se destacando em extensão à terceira.

Percebemos, portanto, que a valorização da estrutura arquitetônica e do espaço físico fica em segundo plano em relação ao espaço social ali construído. A importância do cenário está para além da estrutura física do sobrado, quando a noção de espaço habitado parece incorporar a valorização da ação humana, da representatividade político-social e, certamente, da afeição desenvolvida pelos moradores e visitantes. Uma complexa e intensa relação entre o espaço urbano dos casarões ludovicenses e a cultura local, que, neste caso, pode ser vista como uma das mais intensas manifestações dialógicas entre a toponímia, a antroponímia e a identidade visual de uma cidade, quando o acordo onomástico[51] da morada com o nome (ou sobrenome) do proprietário "incorpora um outro estatuto linguístico diferente do originário e com uma outra funcionalidade" (DICK, 2006, p. 103)

Graça Aranha se vale da pequena descrição abaixo sobre a parte térrea de sua residência, localizada no Largo do Palácio, para enfatizar o orgulho de morar em um sobrado onde havia a possibilidade de conviver com a sociedade local:

> Na parte térrea dessa enorme casa, meu pai instalará a tipografia e a redação do seu jornal "O País". Vivi sempre em contato com os operários. Meu pai entendia que todo o homem devia ter um ofício. Aprendi a ser tipógrafo e durante anos tirava sempre duas horas por dia para essa aprendizagem. Cheguei a uma certa destreza na arte e pude, com imenso orgulho, prestar a meu pai um auxilio considerado relevante. Era um domingo em principio de 1878, quando meu pai recebeu o telegrama do Rio anunciando a queda do Partido Conservador e a formação do gabinete liberal de Sinimbu. *O País* tinha de dar boletim. Por mais que fossem procurados os tipógrafos, nenhum, naquele domingo vadio, foi encontrado. Apenas vieram o impressor e um dos tocadores do prelo. Na aflição em que vi meu pai, sempre tão zeloso em servir o seu público, ofereci-me a compor o boletim. Executei-me como pude, compus o boletim e ajudado pelo impressor e paginador, tivemos a grande alegria de o imprimir e o ver distribuído nessa mesma tarde preguiçosa. Esta proeza de um pequeno operário, voluntário, de dez anos, envaideceu meu pai, cujo orgulho por mim foi sempre exaltado e comovente. (ARANHA, 1996, p. 52 e 53).

Desta forma, o romancista, através de uma literatura de memória, produz e propõe um elemento identitário: o Sobrado de Temístocles Graça enquanto marca

[51]Ultrapassando o nome próprio genericamente considerado.

cultural da São Luís do final do século XIX. Mas tais formas simbólicas, tanto emocional, quanto intelectual, só serão apreendidas pela sociedade local se esta a incluir entre os patrimônios materiais de sua paisagem. Neste caso, o forte apreço social pelo local considerado é potencializado nas descrições do próprio morador, que se torna narrador e orgulha-se em revelar, por exemplo, que na tipografia e no jornal dirigido por seu pai, onde, foram publicadas obras de tintas republicanas e abolicionistas, também fora impressa a primeira edição do romance *O Mulato* (1881), de Aluízio Azevedo.

Como observam os teóricos da GHC, só se pode falar de "paisagem" a partir do que chamamos de "percepção", pois, diferente dos demais elementos espaciais, que podem ser construídos somente pela intermediação dos simbólicos (através de mapas, da divisão territorial ou político-social), a paisagem é um espaço que tem que ser percebido. É a partir da percepção que a paisagem pode ser reconstruída e simbolizada de forma particular. Desta forma, e segundo Tuan (2012), paisagem é uma extensão personalizada de uma região, pois se tem como aspecto definidor o "ponto de vista".

> [...] os seres humanos ostentam uma capacidade altamente desenvolvida para o comportamento simbólico. Uma linguagem abstrata de sinais e símbolos é privativa da espécie humana. Com ela, os seres humanos construíram mundos mentais para se relacionarem entre si e com a realidade externa. O meio ambiente artificial que construíram é um resultado dos processos mentais – de modo semelhante, mitos, fábulas, taxonomias e ciência. Todas essas realizações podem ser vistas como casulos que os seres humanos teceram para se sentirem confortáveis na natureza (TUAN, 2012, p. 31).

Nas narrativas de memória, o "ponto de vista" é fundamental para que o leitor também se aproxime da paisagem vivenciada pelo narrador. Não que este tenha por intenção, criar no leitor uma consciência íntima *da* paisagem íntima, mas situá-lo na relação sujeito e cenário (ou espaço habitado). Por isso, o uso das imagens e das construções simbólicas serve, nestas composições narrativas, como estratégia para ficcionalizar as descrições e as cenas, mas com o intuito de fazer com que elas pareçam límpidas ou facilmente verificáveis, mesmo que estejam descrevendo eventuais desejos, perspectivas ou temores.

> A casa da minha infância não foi somente a deliciosa morada dos divertimentos infantis e dos primeiros ardentes contatos com o conhecimento. Foi também ali que eu passara alternativamente das zonas

> do encantamento às zonas do pavor. Como em todas as grandes casas maranhenses, essa tinha os seus socavões, os seus subterrâneos, os seus quartos escuros. Nesses esconderijos estavam penando as almas dos escravos e não raro os ossos das aves, dos gatos, encontrados nos socavões, eram tidos como de humanos mortos no tronco a bacalhau. O *regímen* da escravidão não existia em minha família, mas a casa vinha do passado de outros e trazia consigo terríveis mistérios. Os negros, que nos serviam, entretinham em nossos espíritos esses terrores. Nenhum menino se aventurava em penetrar nesses lugares malditos do casarão. Todos passavam por aí, de fora, às carreiras, fugindo à assombração. (ARANHA, 1996, p. 62).

Em um horizonte de descobertas e afinidades, o romancista Josué Montello[52] também arrisca evocar lembranças e impressões da São Luís de sua infância, valorizando, entretanto, as comparações que levam à abertura de sentido a qual a lembrança nostálgica privilegia. Tal dificuldade narrativa (a de descrever as primeiras moradas habitadas e igualmente encontradas nas descrições autobiográficas do autor de *Canaã*) também pode ser observada neste relato:

> Nasci a 21 de agosto de 1917, em São Luís, numa casa que ainda hoje existe, na esquina da Rua dos Afogados com a Rua do Pespontão[53]. Casa simples, de duas janelas e uma porta, rente à calçada. Entretanto, minhas primeiras lembranças são os quadros com versículos bíblicos nas paredes das salas e dos corredores – tem outro cenário: o da casa da Rua dos Remédios, 331, onde passei minha infância e juventude e de onde saí, adolescente, num time de futebol, para continuar meus estudos em Belém. (MONTELLO, 1984, p. 13).

Novamente, os relatos das experiências na casa de infância trazem as relações reservadas com os objetos que nela existiram. Neste caso, os objetos lembram não somente a morada, mas a figura do pai: Antônio Bernardo Montello, diácono da Igreja Presbiteriana. De certa forma, nos esclarece Freyre (2004), e assim como os oratórios das fazendas e dos sobrados, estes objetos traziam a

[52]Josué de Sousa Montello (1917-2006) nasceu em São Luís, foi romancista, professor, jornalista e teatrólogo. Ainda aluno do Liceu Maranhense, dirigiu o periódico "A Mocidade" e participou da "Sociedade Literária Cenáculo Graça Aranha". No início de 1936, mudou-se para Belém (PA), indo trabalhar em diversas revistas e jornais. No final do mesmo ano, viaja para o Rio de Janeiro onde fixa residência, exercendo diversos cargos (Diretor da Biblioteca Nacional, do Museu Histórico Nacional e do Serviço Nacional de Teatro). Mora também, por um curto período (1953 a 1955), no Peru (professor na Universidad Mayor de San Marcos) e, de 1985 a 1989, exerce o cargo de Embaixador do Brasil junto à UNESCO, em Paris. Foi também reitor da UFMA e membro da ABL. Dentre romances, crônicas, ensaios, discursos, antologias, novelas, teatro, literatura infantil e memórias, são mais de 160 títulos. Dos romances, destaque para: *Cais da Sagração* (1971), *Os tambores de São Luís* (1975), *Noite sobre Alcântara* (1978) e *Largo do Desterro* (1981), obras traduzidas para o inglês, francês, espanhol e alemão.

[53]A casa na Rua dos Remédios possuía, segundo funcionários da Casa de Cultura Josué Montello, uma placa identificando que ali nascera o "autor do romance *Os Tambores de São Luís*"; que fora arrancada.

responsabilidade religiosa para dentro da casa. Entretanto, ao contrário dos altares domésticos dos católicos (que, teoricamente, chamavam o público para dentro da residência), os quadros com versículos bíblicos apenas indicavam tal responsabilidade, que deveria se consolidar na igreja.

Neste caso, o sentido de lugar e o sentimento de pertencimento também são dados pelas práticas, reveladas ou detalhadas no texto, mas que parecem se consolidar em uma obrigação fora da morada que, posteriormente, o autor confessará "sufocante". Portanto, a sensação de abrigo atribuído à casa terá, para Montello, um sentido a mais: o de repouso das responsabilidades religiosas. A perspectiva existencial da experiência do espaço desvelará um sentido de lugar que é paralelamente cercado por obrigações, descobertas e aprendizagens.

Nos quatro volumes dos seus diários (*Diário da manhã*, 1984; *Diário da tarde*, 1989; *Diário do entardecer,* 1991; e *Diário da noite iluminada*, 1994)[54], o autor pouco descreve sobre as relações domésticas vivenciadas na infância, caracterizadas, em sua predominância, pela espontaneidade ou pela formalidade e respeito às leis e tabus cristãs[55]. O que se percebe é um indivíduo tentando compreender e descrever as semelhanças das épocas vividas e dos lugares habitados, assumindo um esforço cognitivo de reconstruir ou trazer para o presente a experiência dos lugares habitados na Infância e juventude.

Esta maior atenção ao papel da memória e as similaridades dos objetos que podem o encaminhar a um passado mítico ou moral é percebido na proposta descritiva sobre a capital portuguesa, que o romancista visitou no ano de 1957, comparando-a com a sua cidade natal:

> De início a impressão que recolhi, numa primeira vista de Lisboa, foi que eu havia encontrado, deste outro lado do Atlântico, uma São Luís exagerada. Na verdade, pela ordem natural da precedência histórica, São Luís é que seria a Lisboa em miniatura. Com os mesmos sobrados. Os mesmos mirantes. As mesmas sacadas de ferro. Os mesmos portais de cantaria. As mesmas ladeiras. As mesmas calçadas de pedra. Nas esquinas dos trechos mais típicos, os mesmos braços de ferro para os velhos lampiões.

[54]Normalmente citado como um "livro autobiográfico", *Confissões de um romancista* (1986) do qual retiramos a citação acima, é um texto prefacial encontrado em *Obras completas* (Vol. 1), publicado em 1986. Montello publicou ainda o livro de memória: *Reencontro com meus mestres*: poetas e prosadores (2003) e desde o seu falecimento, cogita-se a publicação de mais um diário, que teria o título de *Diário das minhas vigílias.*

[55] Entretanto, temas como: fé, fanatismo e Deus são recorrentes em quase todos os seus romances, podendo ser encontrados nas obras: *Os degraus do paraíso* (lançado em 1965), *Cais da Sagração* (de 1971), *Os tambores de São Luís* (1975), *Largo do Desterro* (1981), *Pedra Viva* (1983), *Uma sombra na Parede* (1995), entre outras.

> Leio o nome das ruas e praças e a concordância ainda mais se acentua: Largo do Carmo, Rua da Paz, Rua das Flores, Rua do Sol. Sinal de que os portugueses, em São Luís, na escolha dos topônimos locais, obedeceram à inspiração nostálgica, que lhes devolvia Lisboa em terras do Maranhão.
> [...]
> A língua, a comida, os usos e costumes, tudo se associa à paisagem urbana para me dar a sensação plena de que estou na casa do meu avô materno. Vim ao encontro das raízes. Não preciso cavar o chão para dar com elas. (MONTELLO, 1984, p. 585 e 586).

Em conversa com o poeta e dono da Livraria e Editora Schmidt; Augusto Frederico Schmidt, sobre o "ato de confiança" que se deve dar ao sono para que o mesmo chegue, declara Montello:

> - Digo-lhe que tenho outro método, para o meu breve sono mitigado. Cerro os olhos, já bem tarde, depois de ter lido bastante, e começo a chamar as lembranças de minha juventude: certos livros que li, na minha cadeira austríaca, em São Luís; a figura juvenil da namorada de outrora; o cantinho de janela sobre a minha rua, vendo passar o bonde que sobe para a Praça Gonçalves Dias... E de repente, sem transição sensível, o sono chega, para me fazer companhia durante algumas horas. (MONTELLO, 1984, p. 34-35).

Segundo Tuan (2012, p. 114), "a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar", e é o que explica a lealdade de um indivíduo pelo lugar do lar ancestral. Este é o aspecto mais evidente da relação de pertencimento, quando o lugar, visto de quem é de fora, é somente um conjunto de árvores, rios, animais e pessoas (no caso do território rural) ou de prédios, ruas, automóveis e pessoas (no centro urbano), ou simplesmente de espaço e indivíduos, mas, para quem vê de dentro, ou de fora com um olhar saudosista, o lugar é, na analise do geógrafo Edward Relph, "raiz". E o lar seria a essência deste enraizamento, quando "o lar, com seu caráter profundamente familiar e ambiente particular, é a essência do lugar" e quando "todas as outras experiências de lugar são de alguma forma comparadas com nossa experiência de lar" (RELPH, 2012, p. 29).

Mesmo que cada pessoa tenha uma interpretação particular de lar; ser e lugar estão intrinsecamente ligados. Martin Heidegger, trazendo questões ontológicas e fenomenológicas que antecede e inspira a GHC nas primeiras tentativas de se pensar o habitar enquanto "acontecimento e comportamento", afirma que "não habitamos porque construímos. Ao contrário. Construímos e chegamos a construir à medida que habitamos, ou seja, à medida que somos como aqueles que habitam." (HEIDEGGER, 2001, p. 128). Portanto, os espaços e as

paisagens abrem-se pelo fato de serem admitidas no habitar do homem que, posteriormente, construirá seu lar, ou o que significativamente, chamará de lar.

> Quando se fala em habitar, representa-se costumeiramente um comportamento que o homem cumpre e realiza em meio a vários outros modos de comportamento. Trabalhamos aqui e habitamos ali. Não habitamos simplesmente. Isso soaria até mesmo como uma preguiça e ócio. Temos uma profissão, fazemos negócios, viajamos e, a meio do caminho, habitamos ora aqui, ora ali. Construir significa originariamente habitar. (HEIDEGGER, 2001, p. 128).

Entretanto, na apreensão das relações entre "construir, habitar e pensar" encontram-se, nas condições (favoráveis ou não) da materialidade da arquitetura do lar, elementos que podem influenciar no desdobramento da "construção enquanto cultivo" (HEIDEGGER, 2001, p. 128). Paralelamente, ainda que o significado de lar se refira a particularidades perceptivas, o sentido afetivo deste "lugar íntimo", evocado pelas lembranças, refere-se também à conectividade. Em outros trechos dos diários, podemos observar o sentimento de topofilia evocado pelas lembranças:

> Esta rede maranhense, armada no escritório, com a janela sobre a rua, tem para mim a vantagem de permitir que, ao deitar-me nela eu me restitua a São Luís, sem sair do Rio de Janeiro. Foi um amigo e vizinho, Manoel Nogueira de Paula, que fixou na parede os dois armadores de metal com os quais pude ter aqui este retorno à província. Se não sinto sono, embalo-me; se o sono vem trazido pelo *rem-ram* do embalo, prontamente adormeço. (MONTELLO, 1994, p. 03).

> [...] Assim que tirei o livro da estante, experimentei a sensação proustiana de recuperação do tempo perdido: dei comigo sentado junto à janela, na meia-morada da Rua dos Remédios, 331. Foi ali que li o romance. Basta-me olhá-lo, na sua velha edição, com uma ilustração de Santa Rosa na capa, para que me voltem as emoções de outrora, no mesmo canto de leitura. Ali comecei a admirar Raquel de Queiroz, Jorge Amado, Jorge de Lima, Amando Fontes, José Américo de Almeida, Érico Veríssimo. (MONTELLO, 1984, p. 165).

A obra a qual Montello se refere é *Banguê*, de José Lins do Rego (uma primeira edição de 1934) e a sensação de recuperação de um "tempo perdido" poderia ser percebido como recordação de um tempo espacializado, ou seja, um tempo contaminado pelo espaço, que dialoga com o relógio, com as datas que marcam os objetos. Mas será que estas longínquas memórias funcionam dentro de um tempo com lugar e hora marcada sem ser também especulativas?

Interessa-nos, entretanto, não trazer questões conceituais sobre o tempo espacializado e cronometrado, enquanto tempo materializados nos calendários, mas os lugares (a representação destes lugares) e as situações que escolhemos para exemplificar o tempo-*devir*, o tempo qualitativo, o tempo existencial, psicológico e, principalmente, a memória.

Segundo o sociólogo francês Maurice Halbwachs, o estudo sobre a memória é importantes para a maioria das ciências humanas, pois não seria somente uma maneira de refletir sobre as propriedades da subjetividade da mente, mas também porque "a representação das coisas evocadas pela memória individual não é mais do que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas" (HALBWACHS, 2003, p. 61), ou seja, existiria uma lógica da percepção do indivíduo que se impõe ao grupo social a que pertence e que o ajuda na compreensão e na combinação de todas as noções que lhe chega do mundo exterior, mas essa lógica se desenvolveria através uma "ordem introduzida por nosso grupo social em sua representação das coisas do espaço" (HALBWACHS, 2003, p. 61).

Ainda segundo o autor de *A memória coletiva* (obra póstuma, lançada em 1950), o estudo sobre a memória deveria se ater às questões de como a mente trabalha em conjunto com os seres e as coisas que a cercam e, por fim, como as operações de memória e esquecimento são estruturadas por arranjos sociais, pois, "só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar em uma ou mais correntes do pensamento coletivo" (HALBWACHS, 2003, p. 40). Portanto, conclui o teórico, é impossível para o indivíduo se lembrar de qualquer situação real sem que leve em consideração o contexto social.

Junto à janela, o menino Josué Montello lê seus livros e descobre o mundo. Mas tais lembranças surgirão ou se desenrolarão através de associações, pois, no mesmo momento em que o romancista tem contato material (no tempo presente) com uma "nova' edição" da obra do paraibano José Lins do Rego, encontra no referencial do pensamento coletivo (enquanto implicações sociais) um meio de evocar a sequência de situações e impressões vividas. Um exemplo próximo pode ser observado nas lembranças que Graça Aranha evoca quando, "pendurado" na janela do seu estimado sobrado, observa a chegada dos retirantes cearenses em São Luís, observando que "a linguagem cantante, carregada nos

"*nhor sim e nhor não*, os *quero não*, *chove não"*, o descansava da "fria correção lusa dos maranhenses". (ARANHA, 1996, p. 88-90); e as estórias, contadas e cantadas pelos diversos tipos errantes, o faz cogitar aventurar-se em uma "vida arriscada, ardente, plebeia" e evadir-se "da ponderação burguesa" de sua terra. (ARANHA, 1996, p. 88).

Dono, segundo o mesmo, de uma "sensibilidade exagerada", Graça Aranha, se mostra um observador atento e sensível diante do grande drama do "povo vizinho". Tal qual seu pai, e apesar de se encontrar em um lugar privilegiado, se deixa levar pelo altruísmo, colaborando, através do jornal *O País*, parar socorrer as vítimas da seca.

Em algumas cidades, porém, a notícia da chegada de um povo faminto, de uma horda descontrolada, que saqueavam casas e até praticavam canibalismo, assustou os moradores e em São Luís não foi diferente. Porém, não é somente o medo e a desgraça de um povo que desperta a curiosidade do menino do "sobrado de esquina", mas a novidade humana, as peculiaridades linguísticas e a infeliz descoberta, naquele delicado momento de almejadas atitudes filantrópicas, da propagação de avaliações subjetivas (preconceituosas e etnocêntricas) feitas pelos seus conterrâneos com relação ao grupo social que ali escolhe, temporariamente, seu espaço de habitação. São Luís, avalia o autor, é uma sociedade avarenta e dominada por uma elite que ainda se orgulhada da "fria correção lusa"[56]. Deste modo, trazendo o tema das diferenças e do preconceito linguístico, se lembrará dos episódios que envolveram a grande seca de 1877.

Também é pela janela que tanto Graça Aranha quanto Josué Montello irão conhecer e saudar o quadro de grandes figuras das letras maranhenses: romancistas, cronistas, professores, jornalistas, religiosos e revolucionários que, por sorte, passavam venturosos e distraídos sob suas calçadas, mas que, com o tempo, encontrarão o desprezo da população que esquecerá seus méritos e conquistas literárias.

O futuro diplomata, que teve como professores alguns dos intelectuais mais respeitados da cidade de São Luís, lembra-se do professor Trajano, irmão de

[56]Antes do relato, Graça Aranha adverte: "O Maranhão era fiel à tradição verbal portuguesa. A disciplina de Sotero dos Reis e dos seus epígonos gramaticais abafava a espontaneidade espiritual e a liberdade de dizer. [...]." (ARANHA, 1996, p. 82)

Sotero dos Reis[57], e que foi seu tutor de latim. Montello, ao lamentar as pequenas e insignificantes linhas que os jornais ludovicenses dedicaram à notícia do falecimento do escritor e sacerdote Astolfo Serra[58], recorda a época da Revolução de 1930, quando o já famoso escritor e religioso, por um longo tempo, ocupou as manchetes cariocas:

> [...] De manhã, três vezes por semana, estava eu em casa do mais moço dos professores de Português. À noite, no curso do velho gramático Luís Carlos, o continuador de Sotero dos Reis. Nos outros dias de manhã, Latim com o Padre Fabrício, reitor do Seminário das Mercês, que sabia de cor os clássicos e se comprazia em recitá-los, partindo do trecho que o discípulo indicava. Foi a memória mais prodigiosa que testemunhei. Em compensação, o outro professor de Latim, o velho Trajano, irmão de Sotero, depois de um magistério de quarenta anos, gaguejava para nos repetir um verso de Virgílio. Esquecia tudo e mesmo de viver. Seco, pequenino, o pobre velho era conduzido na rua pelo vento. Quando aparecia no Canto da Sé, onde o ar se encara, custava a vencer a corrente do vento que o empurrava, o recuava e o fazia dar guinadas ébrias. Das janelas, a criançada gozava o espetáculo e na rua a molecada vinha pateando o ilustre mestre na sua dança quase aérea. (ARANHA, 1996, p. 56).

> E foi por essa época que eu ainda menino o vi pela 1ª vez da janela da casa dos meus pais, em São Luís do Maranhão. Ao retroceder a esses dias distantes, dou com o povo na rua carregando um grande retrato emoldurado, tendo a frente o modelo desse retrato, que ainda usava batina. Padre Astolfo Serra era então uma bonita figura de sacerdote, alto, ombros fortes, fisionomia viril. Trazido pelo povo, na onda política de uma passeata de improviso, era ele que, na realidade, conduzia a massa humana, como seu ídolo e seu guia. (MONTELLO, 1994, p. 49 e 50).

As questões até aqui descritas apontam para dois aspectos fundamentais nas narrativas de memória e, principalmente, sobre as descrições das moradas e das situações que as circundavam: além de descrever impressões e associar uma representação da realidade geográfica íntima de um ambiente (a do lar) a uma outra social (da comunidade), elas se apresentam como propostas de discursos, de

[57]Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), professor (e primeiro diretor do Liceu Maranhense), filólogo, gramático (responsável pela elaboração da primeira gramática no Brasil: *Gramática Portuguesa Acomodada aos princípios gerais da palavra, seguidos da imediata aplicação prática* (1866). Foi também tradutor e político. Aos 18 anos de idades começou a dar aulas de francês e latim em sua própria residência (Rua de Nazaré, esquina com a Rua do Giz /28 de Julho). Colaborou em diversos jornais (em especial, *O Publicador Maranhense*) e elaborou o *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* (1866-1873) que foi dividido em cinco volumes e com mais de 1900 páginas.

[58]Astolfo Henrique de Barros Serra (1900-1978), nasceu em Matinha, então vila do município de Viana (MA). Depois de completar seu curso primário em Viana é levando por seus pais para a capital do Estado e entregue aos religiosos do Seminário de Santo Antônio. Ordenou-se no dia 25 de março de 1925, exercendo, progressivamente, algumas atividades paralelas (inspetor do Liceu Maranhense, interventor federal do MA, diretor-geral do Ministério do Trabalho e ministro do Tribunal Superior do Trabalho, estes últimos, no Rio de Janeiro). Dentre suas principais obras, destacam-se: *Depoimentos para a História Política do Maranhão* (1942), *A Vida de um Professor Simples de Aldeia* (1944), *A Balaiada* (1948) e *Guia Histórico e Sentimental de São Luís do Maranhã* (1965).

descrições oficiais acerca de uma sociedade. Neste caso, tal proposta, a de oficialização dos dados revelados, aliada ao destaque político e profissional dos romancistas, podem trazer uma apreciação diferenciada, entretanto, “a posição do escritor depende do conceito social que os grupos elaboram em relação a ele, e não corresponde necessariamente ao seu próprio” (CANDIDO, 2006, p.84). Dependerá, portanto, do leitor enxergar uma obra com documental, semidocumental ou fictícia.

A contribuição de Graça Aranha e de Josué Montello para a literatura maranhense (e brasileira) pode ser avaliada por suas múltiplas facetas, mas sempre, e de forma adequada, alinhando-as a alguns dados relacionados com suas atuações e influência política, administrativa e acadêmica. Ambos atuando, direta ou indiretamente, no processo de desenvolvimento literário maranhense, por terem comungado intensamente com as ideias dos direitos igualitários e com as inquietações inovadoras de estilos literários: Graça Aranha com o modernismo de 22 e Montello com a estética regionalista. Mas tudo parece ter início nas lições aprendidas ainda na infância, ainda na casa do pai. Lembranças e lições vividas e aprendidas na infância que, vez ou outra, ousam perturbar o sentido atual e presente das coisas.

4.1 O mirante e o sótão como texto e contexto

Segundo Halbwachs (2003, p. 86) “a ‘história’ não é todo o passado e também não é tudo o que resta do passado”. Nas autobiografias, diários e textos em primeira pessoa, podemos perceber como seus autores trazem suas próprias experiências para acrescentar ensejos, questões e impressões até então pouco percebidas pela sociedade. É quando, segundo Tuan (2012, p.78), “a literatura, mais do que os levantamentos das ciências sociais, nos fornece informação detalhada e minuciosa de como os seres humanos percebem seus mundos”.

Na obra *Entre o céu e a terra*: reminiscências, fantasias, contos e pontos e traços e meias-tintas (1869) do romancista, poeta e juiz Gentil Braga[59], podemos

[59]Gentil Homem de Almeida Braga nasceu em São Luís aos 25 dias de março de 1835. Bacharelou-se em direito pela Academia de Olinda (PE), tornando-se, posteriormente, secretário do Governo no Rio Grande do Norte e advogado e juiz no Maranhão. No universo literário, foi poeta, cronista e tradutor. Entre suas obras mais conhecidas, estão: *Um ex-diplomata encadernado* – protesto contra o livro do Sr. Conselheiro Paranhos, de 1865; *Clara Verbena*, poema em dois cantos, de 1866*; Eloá* – Mistério (tradução parafraseada), de 1869; e *Entre o céu e a terra*, de 1869. Faleceu em 1876.

entender como ninguém consegue ser universal sem, primeiro, interpretar e compreender o seu local, quando a casa é um lugar de inspiração, do “algo que virá”, mas decorrente de um “resto” que foi lembrado.

Sob a forma de uma experimentação estilística poucas vezes vista na Literatura Brasileira, o romance de Gentil Braga**,** nos oferece pequenos contos e crônicas sobre reminiscências, ou seja, questões filosóficas sobre o eterno ciclo nascimento-morte-renascimento, quando recordará suas reencarnações passadas, na forma de um ramo de coral, uma abelha, um caracol, um penedo (ou rochedo), dentre outros objetos e seres. Mas a obra também estabelece um ciclo menos metafísico para si. Inicia com uma descrição do mirante do casarão onde o romancista residiu toda a sua mocidade e finaliza narrando situações cotidianas na mesma cidade.

Nas descrições, uma autoanálise sobre inspiração e competências de um jovem de família ilustre e um estudo sobre o condicionamento e funções sociais bem estabelecidas da época.

> [...] Residia eu então em uma casa, que rematava uma espécie de torre altíssima[60], no cimo da qual uma commoda saleta abria a todos os ventos e aspectos seis janellinhas góthicas. A casa achava-se situada entre a cidade e o campo, em posição magnífica; cheia de luz e ar; francamente aberta nas ogivas e arcadas de sua mixta architectura; folgada na elevação dos seus tectos, coando por entre as salas a expressão aprasível de um sonho da media-idade enflorescido no conforto material do nosso tempo.
> Pois para o cimo d´aquella torre, à tarde e por noites do esplendido luar d`este clima. Alli desligava-me de tudo para entregar-me à consoladora contemplação da naturesa, deixando o espírito errar a seu bel-prazer ou por entre as nuvens do ceo, ou por cima das árvores, que formavam a cortina da verdade do horisonte, ou ao lado das lagoas mansas desvendadas ao longe no oceano entre o branco dos cômoros de areia e o azul-violette das terras distantes. Alli sempre era agradável o sopro d´esta fresca viração, que tanto amenisa o calor pelo sol equatorial derramado abundantemente sobre nós; mas, ao amanhecer muito mais suave e deleitoso era o **sopro da viração**, que parecia vir carregada dos vários e silvestres aromas, desprendidos das folhas e flores das árvores. (REIMAR[61], 1869, p. 05-07, grifos nossos).

[60]A “torre altíssima” a qual Braga se refere é o mirante da residência. Em São Luís, o mirante se multiplica pela cidade, com suas dimensões e formas diversas, a partir do início do século XIX, “com o crescimento econômico e as novas atribuições da cidade, ocorridas a partir da implantação da Companhia Geral de Comércio. [...].” (IPHAN, 2007, p. 50). Na capital maranhense terá diversas utilidades: quarto dos empregados (caixeiros), hospedar visitantes “menos” ilustres, isolar familiares com doenças consideradas contagiosas, quarto de estudo ou, mesmo, depósito de mercadorias.

[61] Gentil Braga assinava alguns dos seus romances como Flávio Reimar, mas também criou outros pseudônimos, como: Anselmo Petitot, Epaminondas e Fábio Joaquim Ewerson. Segundo a “Antologia da Academia Maranhense de Letras” (1958), Gentil Braga também provou seu inquestionável talento jurídico produzindo uma série de artigos voltados a esta temática nos jornais “Coalizão”, “Ordem e Progresso” e “O Liberal”, criando, evidentemente, alguns desafetos.

Figura 05: Foto do Palacete Gentil Braga / Palacete de Porcelana - Rua Grande (Rua Oswaldo Cruz).

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

A atitude do leitor na hora da descoberta dos fatos descritos é fundamental para que considere um texto como autobiográfico, classificação esclarecida na determinação do que Lejeune chama de "pacto autobiográfico" que “se firma entre quem escreve e quem lê o texto proposto” (LEJEUNE, 2008, p.133). Entretanto, é importante frisar que, no texto comemorativo dos vinte e cinco anos de publicação da obra mais completa sobre autobiografia e narrativas de memória (*O Pacto Autobiográfico: 25 anos depois*, 1980), Lejeune não se recusa a apresentar as modificações históricas e conceituais sobre os estudos desta área, quando o termo “autobiografia”, sucessivamente, é substituído por outras terminologias ditas mais contemporâneas, como: “relatos de vida”, “escritas de si” e, mesmo, autoficção; não se prendendo mais a longas exposições narrativas, mas podendo se desenvolver em textos introdutórios, como é o caso das descrições evocativas de Gentil Braga, antes de iniciar seus pequenos contos fantásticos na obra *Entre o céu e a terra*.

Conhecido como Palacete Gentil Braga, Palacete de Porcelana e Casarão da Viração, o suntuoso sobrado (morada de 3 pavimentos) está localizado na Rua

Grande (Rua Oswaldo Cruz, Nº 782) e possui azulejos portugueses, arcos em estilo ogival e mais de 22 janelas externas; tendo sido construído na primeira metade do século XIX . Seu proprietário mais ilustre, e o qual dá nome ao palacete, colaborou com *o Semanário Maranhense*[62] e, em sua residência, se reuniam o chamado Grupo Maranhense (Odorico Mendes, Sotero dos Reis, Sousândrade, Henriques Leal, João Lisboa, Cândido Mendes, Frederico Corrêa, Trajano Galvão, Gomes de Sousa, dentre outros) que nominaram de "Athenas Brasileira"[63] a cidade de São Luís. Atualmente, no referido "palacete", funciona o Departamento para Assuntos Culturais da Universidade Federal do Maranhão.

No âmbito da arquitetura doméstica, os palacetes do Brasil são considerados uma adaptação das "moradas" da elite francesa oitocentista. Tais adaptações se deram, principalmente, por uma tradição social marcada pela escravidão negra, sendo o espaço "nobre" bem separado dos espaços domésticos. Consideremos um conceito de palacete que se ajusta ao estudo do Palacete Gentil Braga:

> Constitui um tipo de casa unifamiliar, de um ou mais andares, com porão, ostentando apuro estilístico, afastada das divisas do lote, de preferência nos quatro lados, situada em meio a jardins, possuindo área de serviços e edículas nos fundos. Internamente, sua distribuição era feita a partir do vestíbulo ou de um hall com escada social, resultando na divisão da casa em três grandes zonas: estar, serviços e repouso. (HOMEM, 1996, p. 14).

As casas apalacetadas ludovicenses construídas no século XVIII e no início do século XIX foram os principais símbolos da ascensão econômica e social do Estado, mas ainda representam a fusão de duas tradicionais moradas: a do sobrado e a da chácara que, por vezes, se confundia com o da casa-grande. Gilberto Freyre (2004) observa que, até o início do século XIX, em alguns anúncios

[62]Segundo José Henrique de P. Borralho (2001), o Semanário Maranhense foi fundado em 1867 e se apresentava como uma "revista literária". Joaquim Serra foi quem primeiro o dirigiu, seguido por Gentil Braga. Nele colaborou o próprio Gentil Braga, com crônicas e poemas; Celso Magalhães com poesias; Sotero dos Reis com estudos críticos sobre literatura e religião; Henrique Leal e César Marques com artigos sobre histórica e atualidades; Sabbas da Costa com um romance nacional (*Jacy, Lenda Maranhense*); e Joaquim de Sousa Andrade (Sousândrade) com fragmentos do seu poema-épico *Guesa Errante*. Infelizmente, no ano seguinte o Semanário deixou de existir.

[63]Sobre a importância dos membros do Grupo Maranhense para a Literatura Brasileira e a expressão e as evocações que envolvem o termo "Athenas Brasileira", ver: *Atenas Brasileira*: a cultura maranhense na Civilização Nacional (2001), de Rossini Côrrea; *Uma athenas Equinocial*: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro (2010), do professor e historiador José Henrique de P. Borralho; e *Os Atenienses:* a invenção do cânone nacional (2011), do professor e pesquisador Ricardo Leão.

de jornal, no qual se vendiam chácaras e sobrados, ainda anunciavam-nas como "casas-grandes". Mesmo sendo o tipo de arquitetura nobre mais urbanamente sofisticada da época, o sobrado ainda não possuía uma expressão de domínio e reverencia social dada a casa-grande.

Ao informar ao leitor de que morava em uma residência que "achava-se situada entre a cidade e o campo, em posição magnífica; cheia de luz e ar; francamente aberta nas ogivas e arcadas de sua mixta architectura; folgada na elevação dos seus tectos" (REIMAR, 1869**,** p.05), o romancista delineia algumas características da atmosfera que cercavam aquele palacete.

De número reduzido, em comparação a quantidade que existiam em alguns Estados brasileiros, quase todos os palacetes de São Luís foram estrategicamente construídos em terrenos que, na época, estavam ainda sendo "tomados" ou, se possível, em esquinas, que tinham uma extensão mais significativa (a exemplo do Palácio Cristo Rei e do próprio Palacete de Porcelana). A morada de Gentil Braga herda, portanto, da divisão arquitetônica das chácaras uma ampla área de serviço nos fundos, com jardins e alojamentos dos empregados; e encontra-se no limite entre a paisagem campestre e urbana.

> [...] Alli via eu realisada aos reflexos roxos da alvorada a ecloga virgiliana; vinham os pássaros cantar nos ramos do cajuzeiro visinho, e ao lado e de todos os lados erguiam-se gorjeios e chilrados; o gado espalhava-se, mugia e era mungido em uma propriedade fronteira, cujo o dono poderia retratar a imagem de Tityro. Se houve ali alguma sombra de faia e o bom do homem fosse mais propenso à vida contemplativa e indolente dos pastores do que à fadiga de aumentar o que era seu, construindo ele mesmo de pedra e cal as ilhargas e ensanchas da casa em que morava. [...] De tarde a imagem era mais viva, mais animada, [...] o coro das vozes da atividade da vida humana erguiam-se no rumo dos carros, no falar dos transeuntes, na harmonia forte e vibrante da música militar, que a não grande distância exercitava-se. [...]. (REIMAR, 1869, p. 06 e 07)

Transmitidas de geração a geração como signos operacionais[64] na dimensão da memória e do cotidiano ludovicense, as denominações "Palacete Gentil Braga", "Palacete de Porcelana" e "Casarão da Viração" transformaram-se em uma herança arquitetônica que também deve ser percebida como um "patrimônio lexical" (DICK, 1990) de uma realidade local. O lugar representa, respectivamente; a morada

[64]Como já exposto no segundo capítulo, ao se criar uma a aproximação do topônimo com os conceitos de ícone ou de símbolo local, surgirá, segundo Dick (1990) as características do onomástico toponímico de identificação dos lugares, com a indicação precisa de seus aspectos físicos ou antropoculturais.

de um ilustre romancista maranhense que ajudou a “instituir” uma “Athenas Brasileira”; o orgulho em relação a uma residência que representa a imponente arquitetura luso-brasileira edificada em São Luís entre o final século XVIII e no início do século XIX; e sua funcionalidade espacial (lugar onde o vento, as pessoas e, posteriormente, os bondes contornam suas trajetórias).

Figura 06: Foto da placa em homenagem a Gentil Braga.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

O segundo título, em especial, é creditado ao escritor francês Paul Adam (1862-1926) que, admirado com a majestade dos palácios e solares da cidade, em especial com o da “viração”, proferiu: -“La petite ville aux palais de porcelaine”. Deve-se saber, todavia, que o Solar São Luís (atual Edifício São Luís, localizado na Rua de Nazaré, travessa com a Rua do Egito) também era denominado pela impressa local por Palácio de Porcelana em tempo de sua reconstrução pela Caixa Econômica Federal, a partir de 1980.

Assim, a Toponímia, no entendimento dos nomes próprios de lugares (que se distinguem dos nomes comuns) e que é demarcada pelo entrelaçamento de

áreas afins, requer, principalmente nos casarões de São Luís que agregam em uma mesma morada tanto um título próprio quanto o nome do proprietário, uma correlação com a Antroponímia, que estuda os nomes próprios de pessoas ou indivíduos em sua origem. Infelizmente, não há uma preocupação maior em relação a pesquisas sobre a árvore genealógica de famílias consideradas “nobres” da Ilha do Maranhão.

É justamente aí que entra a astúcia de um romancista quando, e através das descrições do lugar onde viveu, pode transformar o “lugar íntimo” em um topônimo, e quando o nome de um lugar (rua, logradouro, residência) representa a individualização de um espaço afetivamente percebido. Desta forma, a história, a geografia e a literatura contribuem para que o nome do lugar sofra sua primeira filtragem e oficialização no ato de se titular coletivamente este local. Na literatura, em particular, uma autoanálise lançada como uma narrativa de memória também permite perceber tanto o autor quanto o leitor, quando os lugares e os objetos, por mais insignificantes e distantes que possam parecer, contribuem na ampliação da identidade cultural.

Do conjunto de edificações coloniais civis de São Luís, referente à distribuição tipológica tradicional, os palacetes ainda são pouco citados, sendo confundidos com os palácios (que abrigam instituições públicas) ou com os solares (caracterizados pela permanência de gerações de uma mesma família, possuindo, por vezes, estrutura parecida com os sobrados). Continuemos a descrição de Eurico Teles de Macedo sobre as mais importantes moradas de São Luís.

> Ao fundo do grande retângulo, que é o edifício em planta baixa, eram situadas as pequenas lojas onde dormiam os escravos ou trabalhadores. Todo o pátio interior era rodeado de uma grande varanda aberta, correspondendo exatamente à que lhe ficava no andar superior. Ao lado do edifício e ainda embaixo, não raro existia uma dependência em um só pavimento, estreita e longa, com entrada suficientemente larga e toda de cantaria europeia, para dar acesso à carruagens, que aí eram guardadas, simetricamente, do lado oposto, havia um portão de entrada para o jardim que ia perder-se na chácara aos fundos.
> No segundo pavimento, às vezes mesmo em um terceiro ou quarto, a disposição interna das alcovas e, de um modo geral, das peças do edifício, era a mesma da divisão do pavimento de baixo, tornando desnecessários os grandes vigamentos. Os edifícios, em sua maior parte, têm fachada fazendo face com a rua e deitando sobre ela lindas sacadas de grades de ferro artisticamente trabalhadas.
> O acabamento interior, seja dos *soalhos* seja dos tetos moldurados ou simplesmente de réguas nas varandas, era sempre bom, bem assim as esquadrias, *mui* diferentes das que usavam os portugueses, pois as portas e janelas eram recolhidas, as duas folhas de cada lado e cofres nas

> ombreiras, fazendo face e ajuste perfeito com elas. somente as folhas de portas e janelas, destinadas à iluminação e arejamento, eram aplicadas como ainda hoje se pratica, em duas folhas apenas. O interior do prédio, como já foi dito, era servido por uma área para arejamento e luz interior, rodeada por varandas nos quatro ângulos, uma das quais, a contígua às peças da frente do edifício era destinada as refeições e descanso e, as demais, aos serviços, copa, sozinha, engomamento de roupas, costuras e etc. Neste solar nada faltava do que pudesse ser necessário a uma família de exigente tratamento. O arquiteto tudo previra e executara. (MACEDO, 2001, p. 24 e 25).

Como podemos notar, em 1947 (quando a obra teve sua primeira edição), a referência de uma morada nobre em São Luís ainda poderia ser o sobrado ou a combinação das características arquitetônicas do sobrado com a chácara, em um período, ironiza o autor, "em que o povo teve a rara habilidade de os padronizar em vários séculos" (MACEDO, 2001, p.23). Observemos, então, a descrição que o jornalista e cronista Humberto de Campos[65] faz de um sobrado em que viveu por algum tempo (no ano de 1900), ainda ingênuo com seus 13 anos de idade.

> Em São Luís, fui residir em casa de meu tio Franklin, situada no Largo do Carmo, precisamente em frente à velha igreja dessa invocação. Tinha o numero 9, o prédio, e era de sobrado. Em baixo, havia uma alfaiataria. Meu tio, e a família, ocupavam os altos, com uma instalação luxuosa, mas que me parecia triste. Os móveis, os cristais, os tapetes, enchiam-me de um respeito supersticioso, aumentado pelo temor de os danificar inadvertidamente. Pisava de leve, e assustado, como quem atravessa a nave de um templo, ou penetra em um aposento em que há uma criança dormindo.
> [...] Os demais moradores eram unicamente minha tia Candinha, uma irmã desta, idosa, e com um olho de vidro, Dona Vitória, e um rapaz de Parnaíba, Ademar Neves, sobrinho das duas. Armada a minha rede no quarto que este ocupava, no fundo da casa, depois da cozinha, imaginei que o tivesse para companheiro de todo o dia. Ademar cursava, porém, o Liceu Maranhense, e frequentava aulas particulares, permanecendo assim, ausente, quase todo o tempo. E como o nosso quarto ficava distante da rua, eu passava os dias lendo algum jornal ou algum livro que me caía nas mãos, ou ainda, observando a faina caseira de uma família de turcos que frigia carne em azeite, a cinquenta metros da nossa janela. Tendo a minha mala ficado no andar térreo, debaixo da escada, arranjava, todavia, uma vez ou outra, um pretexto, e descia. Chegava à porta, olhava o Largo do Carmo, o ruidoso movimento dos bondes puxados a burro, a passagem nervosa dos transeuntes, e subia de novo. A cidade tentava-me lá fora, mas eu não tinha coragem para vê-la de perto. (CAMPOS, 2009, p. 219).

[65]Humberto de Campos Veras (1886-1934) nasceu no povoado de Miritiba (MA) que, através de um decreto-lei de 1934, veio a se chamar Humberto de Campos. De família de poucos recursos, ainda criança morou por um curto período na capital maranhense, depois se muda para o Piauí, retorna para São Luís ainda jovem, se estabelece no Pará (primeiro nas matas amazônicas, na função de seringueiro, depois indo para a capital, Belém, onde trabalhará em um jornal) e, por fim, Rio de Janeiro. Foi caixeiro, aprendiz de tipógrafo, escriturário, jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras (1920). Deixou obra variada e extensa que inclui: contos, crônicas e sonetos. Das publicações, destaque para: *O Monstro e Outros Contos* (1932) e *Poesias Completas* (1933), *Memórias* (1933).

Humberto de Campos não nasceu em São Luís, mas o olhar curioso e descritivo do autor, em suas *Memórias*, sobre a capital do seu Estado na aurora do século XX; dos traços da vida cotidiana nos sobrados e nas tipografias, das diferenças sociais e preconceitos revelados, mesmo que consideradas curtas, podem ser apreciadas como das mais significativas da Literatura Maranhense.

Tais descrições nos levam não somente à questão de como se percebe e se classifica uma morada levando em consideração nossas experiências (quando a convivência pode criar, amadurecer ou extinguir qualquer fascínio aparente), mas também uma outra que envolve a Topofilia, quando há uma relação afetiva entre o sujeito e um lugar considerado "novo".

Em todo o planeta, os constantes deslocamentos humanos causados por diversos fatores climáticos, desordens políticas e/ou defasagens econômicas possibilitaram inesperadas reconfigurações geográficas, tanto na forma de percebermos as divisões territoriais, quanto na necessidade de se expandir ou se contrair uma paisagem enquanto lugar[66]. E não é de hoje que o homem precisa conviver com a questão da "mobilidade forçada" e se adaptar a territórios que em nada lembram a sua "terra natal". Surgem, então, alguns paradoxos da experiência da nova paisagem que, progressivamente, pode se tornar um lugar, o que coloca em confronto conceituações e entendimento acerca da questão do "pertencimento" e do "novo lugar" intimamente experienciado.

Independente do quanto o indivíduo se afaste do seu lugar de origem, há sempre o sentimento de perda, seja de um país para outro, de uma região para outra ou de um povoado para a "capital". Neste momento, o sentimento de saudade pode trazer consigo também a necessidade de se criar correlações com a nova paisagem. Desta forma, alguns elementos e imagens cedem lugar, completa ou parcialmente, a outros de mesma categoria ou grupo, ajudando a revelar um novo lugar. Com efeito, para Heidegger (2005) esta experiência projeta a dificuldade que o ser enfrenta no empreendimento de pensar o "habitar" enquanto um evento que, progressivamente, pode ser construído através de novas relações com outras culturas, em distintas paisagens e que podem se tornar lugares íntimos.

[66]Segundo Tuan (2012), o lugar não precisa ser "enraizado" apenas em um lugar, ou no lugar de origem, como normalmente se pressupõe. Ele pode se expandir para outra região ou cidade. Em um movimento inverso, um lugar pode ser representando somente por um aposento de uma residência.

Segundo Tuan (2013, p. 29), “quando residimos por muito tempo em um determinado lugar, podemos conhecê-lo intimamente, porém a sua imagem pode não ser nítida, a menos que possamos também vê-lo de fora e pensemos em nossa experiência”. Deste modo, mesmo sendo natural de outro lugar, Humberto de Campos tenta desenvolver um sentimento de pertencimento ou de apreço, não somente em relação às diversas casas onde morou em São Luís, mas pela própria cidade. No entanto, isso só ocorrerá mais tarde, já estabelecido no Rio de Janeiro, quando a cidade, onde aprendera a função de tipógrafo, é reconhecida enquanto “antigo lar” e as descrições geográficas do espaço e dos lugares habitados se tornam artefatos para produções autobiográficas e literárias.

Humberto de Campos também reside, por algum tempo, em um outro sobrado que, em termos funcionais, possuía o modelo pombalino que abriga comércios na parte térrea e possui função residencial na parte superior. Com paredes divisórias simples, o prédio de propriedade do português José Dias de Matos (casado com Emília Veras, tia de Humberto de Campos) se destacava pelo espaço frontal e pela extensão lateral, em frente ao Beco do Teatro.

> [...] A casa em que eu passava a residir era um desses velhos e históricos palácios do Maranhão colonial, **que poderiam escrever um curioso livro de crônica se os edifícios tivessem memória e gostassem de fixar as suas reminiscências.** Situado no cruzamento de uma rua mais ou menos plana com outra que se inclinava na direção do mar, tinha, pode-se dizer, quatro andares: um, do lado baixo da rua, que servia de depósito; outro, em que ficava a Casa Trasmontana, mercearia do sr. Dias de Matos; o andar superior, em que residia a família brasileira que esse honrado comerciante adotara; e o sótão vasto, com frente para as duas ruas, onde moravam os empregados da casa[67] e me puseram, numa das salas, a rede e a mala. Devia ter sido, pelo conforto e vastidão de todas as peças, residência de família nobre e poderosa. Na Monarquia, fora o altar em que o povo maranhense adorava o Dr. Silva Maia[68], figura política e científica tornada legendária na região. Foi aí que ocorreu, possivelmente, o episódio que passou à história anedótica da província. Médico eminente, Silva Maia era, também, chefe de partido, e, em dia de eleição, entregava-se inteiramente aos cuidados do pleito. Em um desses dias, vai um cliente procurá-lo, aflitíssimo:

[67] O mesmo Daniel Kidder que visitou São Luís em 1841, afirma que, em Recife os sobrados “dos recifenses mais ricos” possuíam três, quatro e até mesmo cinco ou seis andares, assim divididos: “no andar térreo ficava o armazém e a senzala; no segundo, o escritório; no terceiro e no quarto, a sala de visitas e os quartos de dormir; no quinto, s salas de jantar; no sexto, a cozinha. E ainda por cima deste sexto andar havia, um mirante, ou cocuruto, de onde se podia observar a cidade, [...].” (KIDDER, 1980 [1845] apud FREYRE, 2004, p.311).

[68] Médico e Vice-presidente da província do Maranhão em três ocasiões (1869, 1870, e 1871), José da Silva Maia (1811-1893) era natural de Alcântara (MA). Morou na França, onde estudou medicina na Universidade de Paris.

> – Doutor, minha mulher está passando muito mal com as dores do parto; corra até lá, Doutor, ou, então, mande um remédio para aliviar os sofrimentos!
> – Ir, não posso, meu amigo – diz-lhe francamente o grande médico maranhense –, mas vou dar-lhe uma receita. Ela melhorará imediatamente, e a criança nascerá sem dificuldade.
> Escreve o récipe, dobra o papel, entrega-o ao interessado. Este corre à farmácia. O farmacêutico lê e sorri. O Dr. Maia, na sua atrapalhação de chefe de partido em dia de eleição, havia escrito:
> – "Dez dúzias de foguetes de bomba real. Tome uma de duas em duas horas".
> Nesse palácio histórico, batido pelos ventos do mar, moravam "seu" Zé, e os seus empregados, e a Emília, e os parentes dela. E passava a morar, pela bondade dos dois, um menino que, ainda na véspera, dormira sem esperança junto a um forno de padaria. (CAMPOS, 2009, p. 231 a 233, grifos nossos).

Figura 07: Foto do Sobrado onde residiu Humberto de Campos – Rua da Paz.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Através dos seus diários, Humberto de Campos recupera o passado, reconstrói e revaloriza a importância do espaço de um lar para além de sua dimensão física e, principalmente, do que ainda não era descrito ou considerado, até então, "parte" ou aposento destas moradas, quando as suas narrativas de ficção e de memória permeabilizam o discurso histórico e geográfico do lugar vivido e quando percebemos um empenho do autor em expor problemas particulares, mas que se tornam universais, envolvendo a integração e a intransigência no convívio doméstico.

Consciente ou não destas aproximações, quando “os lugares íntimos são tantos quanto às ocasiões em que as pessoas verdadeiramente estabelecem contatos” (TUAN, 2012, p. 172), o romancista amplia, em sua narrativa, o âmbito dos diálogos entre as ciências humanas, a filosofia e a arte literária ao expressar a relação que há entre a topofilia e as memórias individuais e coletivas, independente das dificuldades toleradas e do lugar antes desconhecido ou estranho.

Deste modo, enquanto Gentil Braga (1869, p.04) elege o mirante do Casarão da Viração como o ambiente que melhor traduz o prazer de habitar confortavelmente, quando das janelas conseguem percorrer os campos “pras bandas do Anil” ou as praias “ao longo do Largo de Santo Antônio” e, dentro do mirante, produzir seus poemas sem ser incomodado pelos outros membros da casa; Humberto de Campos não terá outra escolha a não ser o sótão[69] do casarão de Nº 107 da Rua da Paz. Mas em ambos os casos, este “habitar” seria o modo próprio do homem “ser-e-estar-no-mundo”, pois; “habitar, é ser trazido à paz de um abrigo”, é “permanecer pacificado na liberdade de um pertencimento” (HEIDEGER, 2001, p.129).

Entretanto, trabalhando à noite na tipografia do *Jornal da Manhã* e, durante o dia, detrás do balcão da Casa Transmontana, é neste sótão “fresco e claro, com uma das melhores vistas daquela parte da cidade” (CAMPOS, 2009, p. 232), que o jovem conseguirá descansar da dupla jornada, mas não somente isto: da rede armada, poderá observar a Biblioteca Pública (atualmente, a Academia Maranhense de Letras) e “lá dentro, os livros alinhados[70]” (CAMPOS, 2009, p. 246). É, sobretudo, daquele aposento que o jovem aprendiz se dirigirá, sem sair da residência, ao balcão da “casa comercial” e terá a oportunidade de conhecer, entre os seus mais assíduos fregueses, algumas figuras importantes da sociedade da época. Achando-se entre estas figuras, o poeta Sousândrade[71]. Relata o autor:

---

[69]Como já mencionado no terceiro capítulo desta pesquisa, através do Art. 48, presente nos Códigos de Posturas Municipais (publicados no “Diário Oficial do Estado do Maranhão”, em 1917), tornou-se proibida “a habitação em porões e sótãos que não sejam naturalmente bem iluminados e arejados e não possuam aparelhos higiênicos de uso doméstico”. (MARANHÃO apud SILVA, 2008, p. 46)

[70]Mais tarde, o jovem Humberto de Campos começará a “frequentar a sua sala de leitura, todas as tardes, isto é, depois do meio-dia, até às cinco horas” (CAMPOS, 2009, p. 246).

[71]Joaquim de Sousa Andrade (1832-1902) nasceu na fazenda Nossa Senhora da Vitória, em Mirinzal (na época, vila do município de Guimarães - MA). Formou-se pela Sorbonne (cogita-se que tenha estudado Engenharia de Minas), em Paris. Em suas inúmeras viagens, conhece Lisboa, Londres, Nova York e quase toda a América hispânica. De volta ao Brasil publica, no Rio de Janeiro, uma coletânea com 46 poemas, e, posteriormente, seu poema mais famoso: *O Guesa* (1884 - Londres), publicado, inicialmente no Semanário Maranhense (1867).

> Sousândrade era, sem dúvida, entre eles, o mais considerável pela projeção do nome e pela originalidade do aspecto. Ao vê-lo, pela primeira vez, atravessar a rua, vindo da Biblioteca, eu começava a armar no rosto de menino um sorriso de espanto e de mofa, quando vi "seu" Zé encaminhar-se para a porta e recebê-lo entre mesuras respeitosas e de pouco emprego na casa, antes mesmo que ele tivesse pisado a orla da calçada. Era um velho alto, carão moreno e rigorosamente escanhoado, colarinho entalando o pescoço, cabeleira grisalha caindo, fofa, para os ombros, cobrindo a orelha, e, sobre essa cabeleira, que dava a impressão de achar-se empoada, uma cartola, cuidadosamente posta e mantida em rigoroso equilíbrio. Calça de casimira escura, e de lista, descia-lhe até aos joelhos uma sobrecasaca abotoada e trespassante. No rosto largo, um sorriso polido, mas deixando à mostra uns grandes dentes cuidados. E, pendente de um fio negro, um monóculo, que levava de instante a instante, em gestos pausados, à órbita esquerda. Tipo de poeta ou de político norte-americano da primeira parte do século XIX.
> – Sabe quem é esse? – sussurrou, a meu lado, Osório Lima.
> Eu tinha visto, já, aquele sujeito não sei em que estampa de uma História do Brasil. Seria difícil, todavia, identificar essa estampa, depois de transformada em carne, osso, colarinho, cabeleira, sobrecasaca e chapéu de pêlo.
> – Este é o grande Sousândrade... Dr. Joaquim de Sousândrade – tornou Osório, compreendendo a ignorância revelada pelo meu silêncio. (CAMPOS, 2009, p.262)

As narrativas de memória realizadas por estes romancistas maranhenses podem ser compreendidas, portanto, como uma forma a mais de interpretar a realidade espacial da cidade de São Luís. Não somente os lugares fechados ou abertos, mas as pessoas que habitavam estes espaços íntimos.

Uma memória trazida não apenas pelos laços afetivos lembrados, mas pela própria intenção de reorganizar esses dados da memória individual e coletiva, analisando também as manifestações de sociabilidade presente nos vínculos entre familiares e visitantes, donos e empregados, homens e mulheres. De tal modo que, enquanto reminiscência e representação de determinada realidade, estas memórias, posteriormente, inspirarão diversas narrativas romanescas, ou uma literatura realista ou social, que conterá não somente um ponto-de-vista ou a representação apenas de uma morada, mas várias vozes e diferentes lugares.

5 SOBRADO DE LARGO, MORADA DE PORTA-E-JANELA

Em São Luís, a arquitetura dos prédios mais antigos apresenta tanto a herança de um período rico e próspero, quanto a denúncia, de forma velada, dos desajustes que configuraram as divisões étnico-sociais e o estigma da escravidão tão enraizados na cultura local.

A estrutura urbana das moradas simples, como as de porta-e-janela ou as meias-moradas, afrontavam, nos mesmos bairros, os sobrados e solares, como suas arquiteturas moldadas aos prédios europeus, estabelecendo certo desequilíbrio entre os valores dos terrenos e das edificações situadas ao longo dos largos. É essa interação física, arquitetônica e social que irá desenvolver a permanência de uma paisagem peculiar na cidade, que só será alterada pela decadência econômica do início do século XX e a imigração tanto das classes mais abastadas, quanto das menos favorecidas.

Em uma atmosfera de submissão, mas também de conflitos luso-afro-brasileiros, encontramos uma cidade que, a exemplo de outras capitais como Recife (PE) e Salvador (BA), verticaliza a casa-grande e a transforma em sobrado, representante do patriarcalismo urbano, tornando-se símbolo da divisão social imposta a todos, com suas divisões de andares, de classe e outra menos discutida: a de trabalho.

No romance *Os tambores de São Luís*[72]*,* Josué Montello convida o leitor a explorar, juntamente com o jovem e desbravador Damião, as ruas, igrejas, pontos de ganho, comércios e, principalmente, as residências da cidade[73]. Casarões majestosos, como a da senhora de escravos Ana Jansen; sobrados de traçados modestos, a exemplo do que pertenceu ao advogado Celso Magalhães; ou moradas simples, na obra representadas pela “casa de fuga” da ex-escrava Genoveva Pia.

[72]Prêmio de melhor romance oferecido pela Academia Brasileira de Letras, em 1952.

[73]Ao cobrir a vida do ex-escravo Damião, de seu nascimento até a velhice, a cidade de São Luís é o lugar no qual se desenvolve a maioria dos conflitos. A chegada ao Seminário, a proposta de se tornar um religioso (que não se concretiza), a ascensão social e intelectual (quando se torna professor de latim), o casamento, o desemprego, a morte da esposa, as reviravoltas políticas e a luta contínua pela liberdade dos negros fazem de Damião um herói popular, detentor de uma nobreza de caráter e de força que, por diversas vezes, nos lembra os heróis homéricos, o que não prejudica a intenção do autor em trazer o passado histórico da cidade de forma mais próxima, mas paradoxalmente, como observa Franklin de Oliveira (1978), superando os limites de um realismo sociológico. Assim, a perspectiva histórica na obra *Os tambores de São Luís* possivelmente seja das mais significativas dentre as obras montellianas e Damião, aos 80 anos, em uma caminhada noturna no ano de 1915, é quem evocará essa memória coletiva.

Apresenta-nos, portanto, uma cidade híbrida, não somente pela multiplicidade étnica, mas também pela diversidade religiosa, cultural e urbanística.

Sem dúvida, afetivamente inspirado pelas várias estórias que ouvira em sua mocidade, mas também pelos diversos documentos a que teve acesso, quando ocupou cargos importantes em bibliotecas, universidades e academias[74], o romancista Josué Montello proporciona ao leitor a oportunidade de adentrar, pela porta da frente, na história íntima das casas da São Luís no século XIX e observar a autarquia de cada morada, com suas rotinas, regras e arranjos tanto dos móveis quanto dos indivíduos que ali habitavam, a exemplo do casarão da senhora Ana Jansen[75].

Longe de serem consideradas lendárias, as disputadas festas oferecidas nas residências de Dona Ana Jansen, ou *Donana*, representam um mundo de ostentação e prosperidade, tanto quanto de demonstração de força e poder. Quando a Senhora Jansen abria os espaçosos salões dos seus casarões, as pessoas convidadas ou eram parentes, coligados políticos, ou pretensos aliados que não podiam responder negativamente ao convite. Simbolicamente, garantia-se a aceitação no grupo que dominava a cidade.

Segundo Waldemar Santos, na obra *Perfil de Ana Jansen* (1978), o patrimônio de Ana Jansen incluía fazendas (Santa Cruz, em Coroatá), sítios (de Pedreiras, hoje o Asilo de Mendicidade; e Saudades), sobrados com mirante, "casa assobradada" (na Rua das Violas, Nº 147), meia-moradas (como a da Rua das Hortas, Nº 26), porta-e-janelas (exclusivamente para aluguel) e diversos terrenos na capital e no interior. Porém, os mais comentados e conhecidos são: o sobrado do Largo do Palácio (Avenida D. Pedro II, Nº 209), próximo ao Palácio dos Leões; o da Rua dos Remédios (Nº 80), conhecido como "Casa Nobre de Ana Jansen" e onde foi registrado seu testamento; e o sobrado da Rua Godofredo Viana (Nº 96).

---

[74]Na obra de crônicas e crítica literária *Fachada de azulejos*, o autor confessa: "Ao escrever *Noite sobre Alcântara* e *Os tambores de São Luís*, os velhos almanaques maranhenses foram para mim subsídios preciosos, à hora da recomposição de ambientes de outrora, em ambos os romances. [...], sem me desprender do tempo presente, tratei de colocar ao alcance das mãos os prestimosos almanaques do [José Maria Corrêa de] Frias e do Belarmino de Matos, impressos primorosamente em São Luís." (MONTELLO, 1996, p. 42).

[75]Joaquina de Castro Jansen Albuquerque nasceu em São Luís, na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, no ano de 1787. Neta de fidalgos, casou-se com o coronel Isidoro Rodrigues Pereira, português, que já possuía certa fortuna herdada do pai. O casamento lhe deu mais *status* social e, com a morte do primeiro marido (casou-se, posteriormente, com Antônio Xavier da Silva Leite) tomou, de forma audaciosa, a frente dos negócios da família, que incluíam: venda de água, aluguéis de imóveis e fazendas de lavouras. Teve onze filhos, apena dois do primeiro enlace matrimonial. Faleceu em 1869.

Este último, conhecido como “Sobrado da Rua Grande”[76] e também “Palácio das Luzes”, pela quantidade de iluminação noturna, representa, exemplarmente, o requinte das residências que cresceram e se multiplicaram para acompanhar a riqueza econômica dos cidadãos que prosperaram com o comércio agroexportador no Maranhão, no século XIX[77].

Figura 08: Foto do Sobrado de Ana Jansen / Sobrado da Rua Grande / Palácio das Luzes – Beco do Teatro (Rua Godofredo Viana), Nº 96.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Ao receber um convite, em tom de ordem, para comparecer à casa da velha senhora de escravos, o mais famoso herói montelliano cogita, modestamente, um convite formal para uma das festas proporcionadas na residência da Rua Grande, ou mesmo uma convocação para ser professor particular de um dos filhos

[76]De forma errônea, pois, como esclarece Domingos Vieira Filho (1971), a entrada e a maior extensão da residência estão no Beco do Teatro (Rua Godofredo Viana), e não na Rua Grande (Rua Oswaldo Cruz).

[77]Atualmente, podemos perceber que o designo identitário do casarão se remete mais ao nome de sua mais ilustre proprietária (que, para muito moradores, ainda é uma referência negativa), com relação às outras duas denominações toponímicas. Como observa Dirk (1990), com as variantes do bem-nomear, temos a “sociologia do cotidiano”, no sentido de que os topônimos registram somente aquilo que a sociedade quer se identificar. No caso do “Sobrado de Ana Jansen”: poder e riqueza.

ou netos da matriarca, pois era conhecida também a preocupação da senhora de negócios em educar seus descendentes para exercerem, futuramente, cargos públicos ou funções comerciais, mas ela somente queria “olhar de perto o preto que sabe latim” (MONTELLO, 2005, p. 346). Antes, porém, de resolver aceitar o inesperado convite, Damião repassa na memória todas as estórias que ouvira sobre a senhora, indagando-se: “seria mesmo verdade que *Donana* Jansen tinha no fundo de seu quintal, ali em São Luís, um poço profundo, de águas misturadas com enxofre e cal, e a que fazia jogar seus escravos, depois de moê-los a chicote?” (Ibidem, p. 310-311). A decepção é o ato final de um angustiante e adiado encontro que tem seu início ainda nas ruas que o levam ao casarão:

> [...] na esquina do beco do Teatro, parou de repente: em vez de atravessar a rua, para continuar o seu caminho, deixou-se ficar à borda da calçada. Dali, olhando na direção da rua Grande, podia ver a massa compactada do sobrado de Donana Jansen, dominando outra esquina com seu renque de janelas guarnecidas de sacadas de ferro. [...], em breve deu consigo defronte do largo portal de pedra, o pé direito pronto para subir-lhe o batente de cantaria.
> [...] Ao pé da escada, após limpar a sola das botinhas no capacho de ferro, pôs de novo o chapéu na cabeça, sobraçando o livro e a bengala, e bateu duas palmas firmes. (MONTELLO, 2005, p. 338).

Poucas vezes o leitor se deparará com um Damião tão apreensivo, corrigindo o laço da gravata, suando em demasia, tentando domar a ansiedade. Assim, o jovem professor adentra o casarão da senhora que, segundo alguns opositores, “mandava e desmandava no Maranhão”, mais até “que o bispo, mais que o presidente da Província” (MONTELLO, 2005, p. 339).

> O luxo da casa começava no arranjo do amplo vestíbulo, com duas janelas gradeadas sobre a rua, uma de cada lado da porta: tudo ali reluzia, numa cintilação de espelho novo, desde as pinhas de cristal, nas extremidades do corrimão de ferro envernizado, que acompanhava os degraus da escada, até o metal das fechaduras, aldrabas, pregos e lampiões. **Dir-se-ia que a poeira da rua, continuamente soprada pelo vento, tinha medo de entrar no sobrado, sem pousar sequer nos cantos internos das conversadeiras de pedra.** Uma passadeira vermelha avançava para o alto, ondulando na saliência dos degraus. Do teto, ao meio da entrada espaçosa, pendia imenso lustre de bronze, com dezenas de velas nos braços torcidos que lhe rodeavam a haste central. Em cada canto do vestíbulo, avultavam imponentes jarros chineses; ao meio da escada, um par de galgos de louças portuguesas. (MONTELLO, 2005, p. 338 e 339, grifos nossos).

Intimidado pela luxuosidade que dominava os recintos, Damião pensa em retroceder e ir embora quando, antes de conhecer a senhora matriarca, os móveis

do casarão já denunciam a imponente figura com a qual irá se deparar. Assim, paralelo à descrição da arquitetura e da disposição das ricas peças do casarão, incluindo a matéria-prima dos lustres, hastes e outros objetos ostensivos, o narrador, em tom irônico, mas avaliativo, propõe uma análise do próprio lugar que, certamente, define a posição social de sua moradora.

> [...] Numa rápida vista de olhos, abrangeu toda a peça, maravilhado. Nunca vira uma riqueza igual, mesmo nos bons tempos do palácio do senhor bispo. Os lustres, as porcelanas, os móveis entalhados com fechos de prata reluzente, a floreira descomunal que ocupava o centro da imensa mesa de jantar, as altas cadeiras tauxiadas, a toalha de linho bordado que escorregava para o chão, os quadros, os espelhos, as cadeiras de balanço ladeando o aparador, o jarrão azul de Sévres com um *N* napoleônico, tudo se distribuía e harmonizava para tontear o visitante que ali chegava pela primeira vez. (MONTELLO, 2005, p. 342 e 343).

Na sala principal, Damião se depara com uma senhora "repimpada numa alta cadeira de braços, à direta da sala", as mãos rechonchudas, "pintalgadas de sardas, seguravam com energia os braços da cadeira; gorda de seu natural, parecia mais ancha e redonda, assim refestelada, com ar de rainha velha no seu troco" (Ibidem, p. 344). Ao lado da cadeira e da temida senhora, uma bela mucama, "de ar assustado, sacudia o leque de plumas, abanando-a por cima da cabeça com metódica lentidão" (Ibidem, p. 345). Neste momento, a disposição dos objetos e a quantidade de escravos domésticos pertencentes àquele casarão opulento se mostram como uma forma de intimidar seu visitante que, por fim, encontra na figura da proprietária o motivo de tanta ostentação e a resposta do porquê de tanto temor e cólera admitida por indivíduos que, comumente, nem a conheciam.

> Damião não via a sala aparatosa em seu redor, cintilante de espelhos e cristais, com seus móveis pretos, seus imensos tapetes e seus jarrões orientais – via apenas a velha na sua cadeira imperial, e abaixou a cabeça, na mesura de um cumprimento mudo, não podendo sustentar o olhar com o olhar que viera ao seu encontro, acompanhado por um risozinho de deboche no lume das pupilas. (MONTELLO, 2005, p. 345).

Percebemos, portanto, que o espaço ocupado pelo poder de Ana Jansen extrapola o mundo privado e invade o das relações político-sociais, reivindicando uma autoridade que supera a localização de suas moradas, muito próximo da definição de Gilberto Freyre (2004) sobre a influência e domínio territorial dos "ricaços de *cazas* nobres" no século XIX quando há uma transposição do

familiarismo para o estadismo e as mulheres começam a se destacar não somente pelos adornos ou exagero de enfeites, mas pela influência em outros cantos da cidade.

"Espaço" e "lugar", neste caso, não podem ser mais considerados somente como "entidades" geográficas objetivas e bem delimitadas, tal qual eram definidas na Geografia Clássica ou Tradicional (1870-1950), mas conceitos que agregam movimento (ou "pausa de movimento") e experiência, conforme são considerados pela GHC, na qual o espaço é reflexo e também resultado da ação humana; e "lugar", que incrementa diversos atributos epistêmicos e crescerá em importância, ganha o significado de "espaço vivido". Segundo Yi-Fu Tuan (2013, p. 14):

> [...] na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. "Espaço" é mais abstrato que "Lugar". O que começa com espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] As ideias de "espaço" e "lugar" não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar.

O aumento do interesse pelo fenômeno "lugar", no contexto da geografia humanista, possibilitou vê-lo enquanto evento, objeto e experiência, que reúne qualidades que, por vezes, extrapola sua própria dimensão física. Entretanto, observa Relph (2012, p. 18), "lugar" já fazia parte da preocupação dos filósofos "desde a antiguidade clássica até cerca de 1600, Platão considerou lugar como 'alimento do ser' enquanto outros o aproximaram a um sentido geográfico".

Como já observado, esta "relação" de conceitos se estabelece principalmente no diálogo que se desenvolveu entre a Geografia, a Epistemologia e a Fenomenologia. Neste sentido, enquanto o conceito de espaço na GHC torna-se, segundo Tuan (2012), um "meta-conceito" para todos os outros conceitos da Geografia, pois, de certa forma, dependem dele um outro conceito; o de lugar, que trará questões pouco exploradas por esta e outras ciências, como: identidade, lembranças, "sentido de lugar". O que podemos perceber, a rigor, na descrição da morada de Genoveva.

Em contraste ao majestoso sobradão de Dona Ana Jansen, a casa da *velha* Genoveva, onde Damião reside por um tempo (depois de sair do Seminário), é

descrita como sendo “baixa, de seis janelas sobre a rua, reboco escalavrado, uma porta de batente de pedra” (MONTELLO, 2005, p. 287), conhecida nas vizinhanças como “senzala da Genoveva Pia”[78], pois a humilde casa que, nas noites silenciosas, se via “apenas uma lamparina de azeite, ao centro da mesa da varanda”, a qual se “estendia até o corredor uma claridade irregular, que se intensificava quando o vento lhe soprava a chama nessa direção” (Ibidem, p. 349) se tornara um ponto de esconderijo para os fugitivos de cativeiro.

Negra alforriada, que chegou no mesmo barco que veio o pai do protagonista da estória, vendedora de doces e que passou a vida a juntar dinheiro para comprar a sua tão almejada casa, Genoveva é apresentada como uma mulher detentora de nobrezas, que luta por um lugar no mundo e, em noite de festa, veste-se de branco para dançar na Casa das Minas[79].

É na casa da velha doceira que Damião se deparará com os negros fugidos, “contando a crueldade dos senhores, em voz baixa, quase sussurrada, enquanto entrava pela casa, vindo do quintal, o cheiro ativo dos doces nos grandes tachos de cobre.” (Ibidem, p. 311). Com uma vida tão dedicada ao próximo, pouco tinha como pertence.

> Para a frente da casa, ao lado do corredor que ligava a varanda à porta da rua, ficava o aposento da velha, com a sua rede, o seu baú pintado, um mocho de pau, e o luxo de um guarda-roupa com espelho, que lhe custara a bagatela de duas tachadas de doce de coco, com que pagara a sua rifa na última festa de São Benedito. (MONTELLO, 2005, p. 349).

É também na humilde morada onde Genoveva Pia toma seu banho cheiroso, com “muitas folhas de jardineira, dentro da tina transbordante” e dali saía para se enfeitar “à luz que descia do candeeiro pendente da parede” e se ver “ao espelho, muito seca, muito magra, toda nos trinques, pronta para dançar” (Ibidem, p.

[78]O protagonista descreve o trajeto que seguia até a casa, observando que “[...] descia a rua da Madre Deus, dobrava a rua da Fonte do bispo, entrava na rua de São Pantaleão, quebrava à esquerda, antes de chegar à quinta do Matadouro, e estava defronte da casa, [...]. Na realidade ali só moravam pretos forros, numa promiscuidade de cortiço. O cemitério [do Gavião] de um lado, e a quinta do Matadouro, [...]. (MONTELLO, 2005, p. 287).

[79]Sobre a Casa das Minas, Montello (Ibidem, 2005, p. 274) observa que “a casa é baixa, rente à calçada da rua e já deve ir a caminho de dois séculos. Não se sabe dizer ao certo quando foi construída. [...]. O dr. César Marques, no seu prestimoso *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, publicado em 1870, silencia sobre a casa. Quem desce a rua sinuosa, na direção do centro da cidade, depois de passar pela Igreja de São Pantaleão, vê um bando de construções primitivas, todas acachapadas, com beirais salientes e batentes de cantaria.”. Carlos de Lima (2002, p. 143) informa que, “na esquina do beco das Minas [na rua São Pantaleão], com o nº 857, existe a, várias vezes centenária, *Casa das Minas*, [...].”

350) na Casa das Minas, que podemos observar que os móveis não são, como nas moradas nobres, uma aquisição regular ou de herança, mas fruto de muito labor e por serem poucos, e significativos, Damião guarda-os todos na memória. Deste modo, a casa da velha doceira, onde todos eram convidados a entrar, pode ser percebida como uma síntese do espaço humanizado.

Segundo Tuan (2013), enquanto um dos principais centros de significações, categorias e funções, o lugar geográfico da casa possibilita compreender melhor uma, senão a mais, complexa paisagem transformada pelo homem: a cidade. Sendo um dos centros de significado da paisagem humanizada, com seus aposentos, objetos, moradores e visitantes, a casa carrega consigo um mundo de elementos simbólicos e materiais da condição humana.

Em Damião, a lembrança das experiências nos lugares descritos surge através da combinação de situações ou recordações mais recentes que evocam outras mais remotas. Desta forma, na caminhada noturna que abre e fecha o romance, a lembrança do então promotor Celso Magalhães, de sua residência e sua morte, estará associada à lembrança do amigo Barão, que também lutava pelo direito à liberdade e que fora assassinado em um motim no dia do enterro do jovem promotor. Neste arranjo de percepções, inter-relações e memória, o já octogenário Damião senta-se, quase quarenta anos depois da primeira visita, em um banco em frente ao "sobradinho" onde residiu o promotor Magalhães e onde tudo parece permanecer inalterado, com a mesma "moldura das janelas, o verde forte das rótulas e da porta, as sacadas de ferro, o beiral sobre a rua, e também a velha aldraba de bronze" (MONTELLO, 2005, p. 535), trazendo "imagens que se fundem muito estreitamente com as lembranças e que parecem tomar sua substância emprestada a estas" (HALBWACHS, 2003, p. 32). Porém, o primeiro contato com o "sobrado do promotor" que, no romance, está localizado "no número 18, entre a rua da Tapada e a rua da Independência, do lado direito" (Ibidem, p. 494), assim é descrito:

> Defronte do sobrado, conferiu-lhe o número, à tímida claridade que vinha do lampião da esquina, e olhou a orla quatro janelas, de luzes apagadas, rótulas cerradas, no pavimento superior. No pavimento térreo, só a porta da rua, fechada por uma cancela de ferro, estava iluminada; as três janelas laterais, rentes à calçada, mantinham-se serradas[80]. Depois de abrir a cancela cerimoniosamente, sem fazer ruído, Damião se viu no corredor estreito, que uma porta de madeira dividia ao meio, e era encimada por um

[80]A descrição do romancista Josué Montello sobre o sobrado de Magalhães é confusa e não condiz com as características da residência que hoje se afirma ter pertencido ao famoso promotor.

> candeeiro de opalina azul, preso ao teto por uma corrente. Bateu palmas tímidas, e ficou à espera de que viessem atender-lhe, parado junto à cancela. Ouviu umas passadas cheias nos ladrilhos do chão. Pareceu-lhes que seriam do próprio promotor; mas, quando a porta do meio se descerrou, com um tímido ressoante de pingentes de cristal, quem lhe apareceu foi uma mulata gorda, que parecia rir à toa com os dois incisivos separados por cima do lábio inferior meio caído. (MONTELLO, 2005, p. 494 e 495).

Na crônica maranhense, Celso Magalhães[81] tornou-se famoso por levar a júri, em 1877, uma grande dama da sociedade local: Ana Rosa Vianna Ribeiro[82], a Baronesa de Grajaú, julgada por espancar até a morte o escravo Inocêncio (de 9 anos de idade), na residência da família, na Rua São João , Nº 500. O casarão já era conhecido por abafar os gritos dos escravos sempre castigados e submetidos a maus-tratos, mas a denúncia da mãe do menino Inocêncio, "sacrificado a garfadas e sevícias brutais, num requinte de sádica crueldade" (VEIRA FILHO, 1971, p. 55), transformou o caso em um marco na história pelos direitos igualitários no Maranhão. A Baronesa, como era de se esperar, foi absolvida por unanimidade. Celso Magalhães perdeu o cargo (pois o Barão de Grajaú, posteriormente, assumiria a Presidência da Província) e, um ano depois do polêmico processo, o jovem promotor veio a falecer.

A descrição do interior do sobrado da família Magalhães ocorre na visita de Damião ao amigo ainda no leito de morte. O primeiro diálogo, entretanto, se dá com a empregada da casa:

---

[81]Celso Tertuliano da Cunha Magalhães, natural de Penalva, além de advogar, escreveu para o jornal *O Paiz*, dirigido por Temístocles Maciel Aranha, pai de Graça Aranha, que relata esse episódio na obra memorialista aqui já analisada: *Meu próprio romance*. É considerado um dos pioneiros da estética naturalista no Brasil com a obra *Um estudo de temperamento (1870/*1881) e dos estudos sobre o folclore brasileiro com *A poesia popular brasileira* (1881). Atualmente, Celso Magalhães é patrono do Ministério Público do Estado do Maranhão e da Cadeira n° 5 da AML.

[82]A aquisição dos documentos originais do processor assim é lembrada pelo romancista Josué Montello: "Eu havia pensado incluir no livro [*Os tambores de São Luís*], como um de seus episódios capitais, o famoso crime da Baronesa de Grajaú, de tanta repercussão na sociedade maranhense do tempo do Império. Onde encontrar o seu relato? E eis que um dia, de passagem por Brasília, nas minhas andanças administrativas de reitor, fui almoçar em casa do senador José Sarney. Conversa vai, conversa vem e entre o tinido dos talheres e à mudança dos pratos, falei-lhe do crime para ver se ele poderia ajudar-me a recompô-lo. Sarney saiu da mesa e voltou daí a momentos com dois volumes compactos de papéis velhos, que passou às minhas mãos: – Aí tem você o Processo da Baronesa. É seu. – Volvidos alguns dias, estava eu em São Luís, no meu gabinete da Reitoria [da UFMA], às voltas com problemas universitários, quando franzi a testa, olhando à minha volta, no gabinete vazio. Levantei-me, andei pelo casarão, estendi o olhar por seu pátio e por suas escadas. Olhei novamente os documentos e descobri que naquele sobrado morara a Baronesa de Grajaú, e fora ali, precisamente, ali, que ela praticara o seu crime" (MONTELLO, 1996, p. 35). A história dos atos e a "coincidência" também são descritos na obra *Autos do processo-crime da Baronesa de Grajaú 1876-1877*, do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado (São Luís: procuradoria Geral de Justiça, 2009), observando que, depois de utilizado como fonte documental para seu romance, o romancista os entregou ao Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

> E ao subir a escadinha de madeira, dividida em dois lanços, com uma pinha encimando o corrimão, reparou melhor na mulata gorda, bem-feita de corpo, e que o ia levando, sempre a falar:
> - O dr. Celso estuda demais. De noite, tem sempre luz na mesa dele. Dona Guigui cansa de reclamar, mas ele é teimoso. Vive lendo e escrevendo. A casa, como o senhor vê, é cheia de livros.
> No patamar da escada, ela parou um momento, arfando com o esforço da subida, e foi então que ele se lembrou da Benigna.
> - Agora, venha por aqui.
> E a mulata segue por um corredor estreito, contornando a orla de quartos: a janela ao fundo, aberta sobre o quintal, enchia-o de luz. Uma sucessão de estantes tornava o caminho ainda mais exíguo, e havia ali, de harmonia com a claridade, uma doce paz estudiosa, que a viração ajudava a compor o silêncio do sobrado. (MOTELLO, 2005, p. 536).

Figura 09: Foto do Sobrado de Celso Magalhães – Rua das Hortas.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

A qualidade e o número de móveis, de objetos ditos essenciais ou supérfluos, não se comparam aos encontrados na casa de Ana Jansen, mas também se distancia da adversidade material que se verifica na morada de Genoveva Pia. A parte de baixo possuía uma “pequena sala de visitas atulhada de

móveis *doirados*" no quarto, a cama de casal e, num canto, "uma rede armada, com as largas varandas de labirinto arrastando no tapete"; junto à cama, "uma cadeira austríaca, com duas almofadas vermelhas contra o recosto de palhinha" e, em frente desta cadeira, "quase ao pé da cama, um tamborete cheio de livros" (Ibidem, p. 537). Na mesinha-de-cabeceira, observa o visitante, "ao alcance do candeeiro de opalina vermelho, um tinteiro de cristal, com a pena a lhe sair do gargalo" (Ibidem, p. 538).

O contraste entre a fachada do pequeno sobrado, a primeira fisionomia do lugar no qual, e segundo Relph (2012, p. 23), "é o aspecto mais evidente de um lugar para quem o vê de fora" (podendo se tornar secundário), e o seu interior amplia em Damião a admiração pelo promotor, ao perceber que, dentro da forma óbvia e objetiva da estrutura da residência, pode-se intuir, na dimensão significativa dos objetos e na sua disposição, um "sentido ao lugar" nas qualidades de repouso e estudo do ambiente, reflexos da própria personalidade do seu inquilino. Relação dialógica entre fisionomia e sentido de lugar que podemos observar também no romance *Vencidos e Degenerados* (publicado em 1915), do maranhense Nascimento Moraes[83].

Assim como na epopeia de Damião, a obra de Moraes apresenta, em seu discurso fictício, diversos depoimentos de teor histórico, no qual se expõem e se discutem os conflitos de ordem social e racial e os discursos pró-abolicionistas do século XIX.

O período narrado também não se apresenta limitado, mesmo tendo início na tarde de 13 de maio de 1888, "na residência de José Maria Maranhense, na Rua São Pantaleão, uma meia-morada de bons cômodos" (MORAES, 2000, p.27) e adentrando os primeiros anos da abolição da escravatura e da República; em algumas ocasiões, o autor recorre aos tempos da escravidão dos séculos anteriores, sempre lembrados nos discursos dos abolicionistas. Deste modo, Maranhense é descrito pelo autor como "um dos mais ardorosos e salientes cabos-de-guerra do abolicionismo, um dos que mais se expusera pela nobilíssima causa da liberdade"

[83]José do Nascimento Moraes (1882-1958) foi professor, crítico, poeta e jornalista. Trabalhou em diversos jornais como colaborador, redator (*A Hora, Diário do Norte, Correio da Tarde e O Imparcial*) e redator-chefe do *Diário Oficial do Maranhão.* Integrou o grupo Renascença Literária (1901), que criou o periódico *A renascença* e, na época, rivalizava com o grupo Oficina dos Novos (1900), de Antônio Lobo. A importância de ambos os grupos é lembrada por Humberto de Campos na obra *Memórias e Memórias Inacabadas* (2009), que observa que o periódico de Moraes "era mais variado e mais vivo." Suas obras publicadas incluem: *Puxos e repuxos*, crítica (1910); *Vencidos e degenerados*, (1915, reeditado em 2000); *Neurose do medo*, crônicas (1923; republicado em 1982), entre diversas crônicas para jornais.

(MORAES, 2000, p.27) e membro do Clube Artístico Abolicionista Maranhense, instituição que também é citada na obra de Montello.

Se na obra montelliana tem-se o promotor Celso Magalhães como a figura do “homem de letras” que se envolve com a causa dos direitos igualitários, na obra de Moraes, o jornalista João Olivier e o jovem Claudio são apresentados como os intelectuais que defendem os interesses abolicionistas, acompanhando a trajetória de diversos negros em seus percursos de readaptações e reconhecimentos pós-abolição. Desta forma, podemos perceber que a principal intenção do autor de *Vencidos e Degenerados* é apresentar a situação social da época para, paralelamente, problematizar questões sociais, entre estas, a da superação das desigualdades.

O romance inicia, justamente, alegorizando essa superação, descrevendo a morada de José Maria Maranhense que, naquele dia de expectativas, recebia “pessoas de diversas classes sociais, desde o funcionário público e o homem de letras até artistas, operários livres, não faltando vagabundos e desclassificados” (MORAES, 2000, p.27). É para esta morada que se dirige o jornalista João Olivier, saindo da Rua da Palma (bairro nobre) ao Bairro de São Pantaleão (com suas circunvizinhanças populares) para conversar sobre as últimas notícias relativas à libertação dos negros no Brasil e ouvir, horas depois, a leitura do telégrafo confirmando a assinatura da Lei.

> O pessoal de prontidão, na casa de José Maria, respondeu tocando também outras girândolas. A sala do velho abolicionista tremeu de vivas atroadores, que romperam no peito ansioso de toda a assembleia.
> As moças correram às cestas de flores e José Maria, com ar marcial, foi postar-se em frente a um retrato coberto de gaze transparente, colocado na sala, por cima do sofá. Um grupo de populares vindo da rua do Passeio pela Travessa do Monteiro, desembocou em frente da casa de Maranhense, invadindo-a depois. Olivier, a um sinal de José Maria, subiu a uma cadeira, impondo a sua estatura simpática e atraente, estendeu o braço direito, com a mão aberta, pedindo silêncio. Súbito o burburinho estancou. O orador começou o discurso. (MORAES, 2000, p. 34).

Muito do que Nascimento Moraes descreve vem da experiência de um jornalista e literato, que garante ao romancista a possibilidade de promover, com certo tom irônico das crônicas semanais, determinadas críticas tanto se voltando para a elite da cidade quanto para a população dos bairros periféricos. A própria obra, que possui o subtítulo “Crônica maranhense”, ganha o requinte nos detalhes

exatamente por explorar, de forma quase documental, os lugares frequentados pelos artistas, malandros e populares.

Assim como o autor, dois dos personagens principais são jornalistas e transitam entre as duas realidades sociais presentes na cidade: João Olivier, filho de uma branca (descendente de uma das mais ricas famílias da cidade de Alcântara) e de um mulato (também de família abastada), portanto, “mestiço”, que se posicionou com dificuldade “na imprensa e se fizera guarda-livros de importante casa comercial”, sendo considerado também um excelente cronista, sustentando no jornal “as graças e as louçanias do dizer castiço e vernáculo” (MORAES, 2000, p. 28); e Cláudio Olivier, adotado pela mãe de João, mulato e filho de Domingos Daniel Aranha e Andreza Vital, a qual, na época da Independência era “uma mulata alta, magra, simpática, de trinta e cinco a quarenta anos aproximadamente” (Ibidem, p. 47) que morava de aluguel em um “cubículo” nos fundos de um cortiço, “do lado direito do Beco do Precipício” (Ibidem, p. 51).

A residência da familiar Olivier também não era das mais luxuosas, “uma meia-morada, acanhada e modesta, sita na Rua de São Pantaleão, quase em frente da Igreja” (Ibidem, p. 61). Claudio herda do pai adotivo o amor pelas letras e consegue sobreviver escrevendo para os jornais e lecionando, mas é o pai adotivo quem testemunhará todas as transformações trazidas pelas primeiras notícias da Abolição. Desta forma, entre os temas e descrições que encerram a obra de Montello e que estão presentes no romance de Nascimento Moraes, temos as reinvindicações abolicionistas, as primeiras ideias humanistas articuladas por professores, poetas, operários e alforriados e as reformas propostas para a nova estrutura econômica do Estado.

De tal modo, inspirando-se em fatos históricos, ou somente coincidindo situações ocorridas com a escrita literária, Montello nos convida a observar Damião de vigília no Centro Artístico Abolicionista Maranhense (fundado em 1881), um sobrado que se tornara seu segundo lar. Damião comove-se ao saber da abolição dos então cativos, enquanto o jovem Cláudio (na obra de Moraes) ouve as estórias sobre a reação dos negros no dia da libertação. Seguem-se descrições de diversos casos (extremados ou divertidos) ocorridos na cidade, quando os negros, deixando os sobrados dos seus senhores, enchem as ruas de festas, “ao alarido dos sinos, que reboavam nos Remédios, no Carmo, no Desterro, na Sé, em Santo Antônio, no

Rosário, em São João, em Santana, em São Pantaleão" (MONTELLO, 2005, p. 600), provocando, na comemoração, situações cômicas e trágicas:

> [...] cozinheiras que abandonaram patrões, sem lhes apresentar o jantar; outras que faziam compras e que se foram com dinheiro e balde. E em muitas casas se passaram cenas deprimentes e tristes: escravos dando expansão à raiva e ao ódio cometeram desatinos de toda a espécie, quebrando móveis e louças, e mais objetos que se lhes deparavam, e deixavam, a blasfemar, o teto onde tão desgraçados dias viveram, atirando ferinos e brutos impropérios que se iam quebrar, como garrafas e vidros, nas rótulas das janelas, nas portas, e na alma aniquilada dos infelizes ricaços de ontem, que se viram em grande parte pobres de um momento para outro. (MORAES, 2000, p.36 e 37).

> E foi graças e esse alarido que não se consumou a esperteza das irmãs Peixoto, donas de uma soberba morada inteira da rua do Alecrim, contra o casal de pretos que as servia desde meninas. Ambas, muito velhacas, com fama de caloteiras, tinham combinado entre si esconder dos escravos a notícia da abolição, caso esta se confirmasse. A mais velha, que era também a mais astuciosa, preparou-lhe o espírito crédulo:
> - Quando falarem a vocês em abolição, não acreditem. [...].
> À hora do alarido dos sinos e dos foguetes, a [então escrava] Benedita veio da cozinha com um ar intrigado, e perguntou à mais velha das Peixoto:
> - Minha sinhá está ouvindo?
> - Claro que estou. Não sou surda.
> E a Benedita, desconfiada:
> - Minha sinhá, a liberdade chegou!
> - Que liberdade, Benedita?
> - A liberdade dos pretos – replicou a negra, numa voz mais firme. [...]
> E lá saíram os dois, assim como estavam, ele com a camisa suada por cima das calças, ela de saia de chita e cabeção estampado, sem dar atenção às duas velhas, que haviam corrido para uma das janelas da frente, debruçadas para a calçada, e sacudiam os punhos iracundos. (MONTELLO, 2005, p. 600 a 602).

Situação semelhante ocorre com Joana:

> [...] velha escrava da Viúva Pessegueiro, e que nasceu e se criou na meia-morada de azulejos que faz esquina com a rua de Santaninha. A Joana estava com as panelas no fogo à hora dos repiques. Afiou o ouvido, com a mão na orelha, e adivinhou o que havia acontecido. Deixou as panelas, o abano com que avivava as brasas, as batatas que ia começar a descascar, e atirou para a rua, ainda a amarrar na cintura o cordão da sua melhor saia. Na passagem da varanda, gritou para a Viúva Pessegueiro, que vinha da alcova com ar espantado, os óculos de aro de prata na ponta do nariz:
> - Minha sinhá, agora, se *ocê* quer comer, vá fazer seu jantar. O cativeiro acabou. Passe bem. (MONTELLO, 2005, p. 604).

Ao contrário de Joana, Guilhermina Pião, "escrava de dona Mariazinha Tinoco, da travessa da Passagem, desatou a chorar, atracada com a sua sinhá", gritando: "– O que vai ser de mim, meu deus, sem minha sinhá?" (MONTELLO, 2005, p. 606). Em outro canto da cidade, na Rua dos Afogados e momentos depois

de proclamada a Lei, uma negra “dera uma bofetada numa senhora que estava à janela”, uma sinhá “sedenta de cruéis castigos, e que se apontava, distinta, pela impiedade de sua cólera, pelo arrebatamento do gênio irascível e impensadas ações” (Ibidem, p. 36). Segue a descrição da desforra:

> A arrebatada, que lhe batera no rosto, fora uma das suas escravas. Era uma cafuza ainda nova, farta de carne, sensual, de bem talhadas formas sedutoras, que fascinara o marido da senhora, um velho comendador, bonacheirão, roído de reumatismo, constrangido de achaques próprios de velhice, mas que ainda tinha vista para os atrativos do gozo. As olhadelas furtivas do velho libidinoso deitavam chispas que feriram a retina de D. Amanda. A crioula começou a ser espiada e por vezes maltratada. (MORAES, 2000, p. 36).

Com a jovem Simplícia, o acerto de contas se deu com o major Frias, que montou uma casa na Rua do Apicum para que a bela negra o recebesse. Ao ver, no dia da liberação, a amante saindo do banho, a autoridade abre-lhe os braços, admirando-a:

> - Minha nega!
> E ela, repelindo-o com veemência:
> -Me deixe. Vá pra lá. Tá ouvindo o sino tocar? O cativeiro acabou. Xiri de preta não tem mais dono.
> E batendo no sexo, por cima da toalha;
> - Isto aqui agora é meu. Só dou pra quem eu quero.
> O major, que já afrouxava a gravata, muito excitado, sentindo crescer-lhe o desejo com as negaças da preta, ensaiou outro passo, mais impetuoso, ao mesmo tempo que a Simplícia, gritando para o fundo da casa:
> - Bastião, vem cá.
> E um crioulo alto, espadaúdo, a beiçorra caída, avultou no vão da porta, a dentadura aberta como uma navalha:
> - Não amola a menina. E vai saindo, vai saindo – resmungou, sacudindo a mão papuda na direção da rua. (MONTELLO, 2005, p. 607).

Revelando, no contexto romanesco, fatos do cotidiano ocorridos no dia da Abolição, tanto Moraes quanto Montello ficcionalizam alguns depoimentos populares sobre a reação dos negros quando noticiada a assinatura da Lei Áurea. Entretanto, Montello (2005, p.607) observa que, apesar de muitos terem saído das casas às primeiras chamadas para a festa da liberdade, “levando o seu baú de roupa, sem ainda saber que destinos seguiriam, muitos tinham ficado com os antigos senhores, presos a estes apenas pela afeição e não mais pelo cativeiro”. Pressentindo a nova situação social que teriam, quando as ressignificações nas práticas do trabalho apenas transformariam o “escravo” em “miserável”, “muitos

aceitaram os convites, na maioria os velhos, já inválidos para uma existência laboriosa, e moças que eram crias de muita estima e algum conforto, em geral filhos de escravas com senhores moços" (MORAES, 2000, p. 37), de continuarem a morar nos sobrados nos quais tanto sofreram. Desta forma, há uma articulação favorável entre a consciência histórica e a estrutura novelesca proposta por estes literatos ou, como observa Oliveira (1978) com relação a obra de Montello, uma preocupação de se fundir a história ao destino do homem.

Outra descrição presente é de um baile em um sobrado ludovicense. Sendo apenas cogitado na obra *Os tambores de São Luís,* é, generosamente, descrito por Nascimento Moraes quando o jovem Claudio Olivier é convidado a participar da festa de aniversário da filha do português João Machado que, por sua vez, fora amigo do pai adotivo do jovem jornalista. A descrição é rica em detalhes, como podemos observar nestas passagens.

> [...] O sobrado, na Rua da Palma, onde já morava Machado, de pesado e barroco estilo, apresentava bonita iluminação: gás a fartar. Candelabros de prata prontos e dispostos em todos os compartimentos principais. Machado era previdente; e, como temesse que o gás lhe fizesse a desfeita de ir-se, o baile em meio, metendo-o em atrapalhos perante os convidados, munira-se de velas, que em caso de aperto lhe prestariam ótimo serviço.
> [...]
> As cortinas, que eram alugadas, tinham sido lavadas e passadas a ferro para, com asseio, servirem naquela noite. Um colega e patrício seu lhe mandara umas tinas com plantas variegadas, muito do seu agrado; e ele as enfileirara na escada com outras que possuía, dando à entrada um aspecto gostosamente sugestivo, o qual se realçara com um gracioso tapete que ele mandara estender desde a porta da rua até a porta da sala; e sobre o tapete, alguém, com certeza, no louvável intuito de enfeitar, deitara, sem piedade, flores e folhas. No alto das janelas, entre as cortinas, cestinhas de flores artificiais.
> [...]
> A aglomeração era extraordinária, à porta do sobrado: famílias, caixeiros, funcionários públicos e estudantes lá estavam em agradabilíssima conversação, formando rodas que se divertiam, a trocar ideias e comentários picantes. Os convidados chegavam pouco a pouco, a maior parte de carro. O pessoal do sereno cortava incessantemente na pele dos que entravam: falavam da moral e do físico, sob todos os aspectos e de todos os modos. Ninguém escapava à tesoura cruel e desapiedada dos grupos. Era a sociedade a bater com mão-de-ferro na própria sociedade; a família a despir ali a própria família do artifício e da compostura a si mesma imposta. (MORAES, 2000, p. 156 e 157).

Ao descrever uma festa realizada com o intuito de impressionar a elite postiça e apresentar o "novo rico" da cidade em uma época de decadência econômica, Moraes, na descrição dos preparativos do baile, traz o tema da iluminação. Presente também na representação dos traços corriqueiros de um

festejo religioso, a iluminação (pública e privada) novamente se apresenta como elemento indispensável ao lazer da cidade, mas problemático naquele período, quando, na falta, findavam mais cedo os bailes particulares e as festividades realizadas nos largos. Porém, a descrição da hipocrisia do "público" da rua e dos convidados, nos tipos quase caricaturais que se espalham pela casa, é o que mais a chama atenção no baile.

Através do olhar crítico do jovem Cláudio Olivier podemos observar o atraso cultural e as dissimulações que enchem a atmosfera espetaculosa do ambiente, dos "figurões que entravam, extratados e empoados; uns que deviam os cabelos da cabeça, outros que eram pouco escrupulosos em seus negócios" (MORAES, 2000, p.157), passando por coronéis "quase analfabetos, [com] alma de metal, [e considerados] apóstolos do outro e da bandalheira" (Ibidem, p.161), senhoras beatas que não sabiam como andavam o lar; e até os rapazes do comércio, que "com alguma dificuldade se descobria um bacharel, um médico ou um engenheiro", mas que "afrontavam o olhar com ferina e mordaz postura de superioridade" (Ibidem, p.163 e 164), tudo: dos móveis alugados e inadequados aos convidados "sem modos", leva-nos a uma crítica de costumes.

Desta forma, as apresentações dos interiores das moradas ludovicenses do início do século XIX, de suas extensões, organizações, quantidades e qualidades dos móveis estão carregadas de complexas informações sobre a divisão da sociedade local. Observamos, na narrativa montelliana, uma capital do início da República com as casas se adequando ao trabalho remunerado, mas com os mesmos problemas em torno do abastecimento, saneamento básico e desemprego. No romance de Nascimento Moraes, São Luís é uma cidade de realidades e perceptivas. As casas, mais até do que as ruas, são os lugares onde se discutem os problemas político-econômicos e socioculturais nos quais a capital maranhense se encontrava imersa.

Em ambos os romances, a varanda é apresentada como um lugar de descanso e sociabilidade. Mais do que a sala de jantar, no qual os familiares se restringiam, normalmente, a poucas falas, e a sala principal, lugar onde nem todos os assuntos eram comentados; a varanda é o lugar das discussões, dos fechamentos dos "negócios escusos", das declarações de amor, dos pactos de vingança.

Em *Vencidos e degenerados,* o português João Machado torna-se íntimo da família de João Olivier, chegando ao extremo de não mais bater palmas ao entrar na residência, "varando, corredor adentro, com um simples - *com licença* – que não esperava resposta", deixando "de ser recebido na sala e passou a ser amigo da varanda. Era como se pertencesse à família." (MORAES, 2000, p. 69).

Ao visitar o Padre Policarpo na casa da família Galvão, Damião "não mais bater palmas." Nas intimidades das várias visitas, apenas "chamava pelo velho, para anunciar-se" e assim "atravessava a varanda, depois de ter deixado, ao fim do corredor, o livro e o chapéu, apertando a mãos de cada um dos moradores, inclinando a cabeça." (MONTELLO, 2005, p. 284).

> [...] ali tudo fluía serenamente, com o corrupião na gaiola, o gato sobre a almofada da varanda, os aptos e as galinhas no quintal, o relógio de parede dando as horas com exatidão. Soprava do quintal para dentro da casa uma viração contínua, sacudindo de leve as folhas de um tinhorão no peitoral da varanda. Na vizinhança, tocava o piano de uma professora, um exercício depois de outro. Perto, reboando, batia o sino de São Pantaleão. [...]. (MONTELLO, 2005, p.285).

Portanto, mesmo em um centro urbano, as varandas correspondem a relação mantida entre o plano interno e externo, em um misto de liberdade e prisão, que representa "um espaço ambíguo entre a casa e a rua (ficando, em geral, de frente para a rua)" (MATTA, 1983, p. 71). Neste sentido, a presença de varandas nas fachadas das residências permite que o próprio espaço da casa seja transcendido, trazendo a informalidade dos gestos e das palavras da rua, e se tornando o lugar diplomático entre o publico e o privado[84].

A atmosfera das descrições dessas moradas, oferecida pelos dois romancistas, corresponde também a uma duplicidade perceptiva sobre a cidade. Temos a representação de uma realidade urbana que em si oferece um cabedal de informações sobre as divisões e os problemas socioeconômicos de São Luís, mas percebidas somente, ou quase sempre, por quem lutava para sobreviver. Por isso, não é estranho que, na varanda e na sala da classe média, é que estes "degenerados" construam seus discursos sobre o atraso e a negligência com relação aos melhoramentos urbanos da capital, mas também percebam que nem toda a

[84] Segundo Maria Cecília N. Homem (1996), no início das construções coloniais no Brasil, a varanda localizava-se na zona de serviços, junto à cozinha. No decorrer das adaptações, principalmente nas casas térreas, a varanda irá se aproximar da zona social (sala) e da zona íntima (quartos).

sociedade ludovicense esteja interessada na reorganização ou mudanças no cenário politico da cidade.

Prosseguiremos nossa análise explorando também a questão das diferentes referências (de pertencimento ou não) que uma única morada pode proporcionar aos seus habitantes e visitantes.

5.1 Salas espaçosas, luxuosas, tristes e outras impressões

Na passagem do século XVIII para o século XIX, dos casarões mais imponentes da cidade de São Luís, saíam pelas portas com dupla folha (externa em veneziana e interna em calha ou vidro) famílias numerosas para prestigiar os espetáculos de companhias brasileiras e europeias que se apresentavam no Theatro União (também Teatro São Luiz e, hoje, Arthur Azevedo) ou assistir aos vesperais no Cine-Teatro Éden (na Rua Grande) ou no Cine Olímpia. Dos mirantes com beirais trabalhados se avistavam (do Bairro da Praia Grande) os navios com cargas e visitas sempre bem recebidas ou (ao final das ruas da Cidade Alta) o perímetro da Ilha ainda não explorado. “Dependuradas” nas grades dos balcões com peitoral estreito, algumas moças-donzelas conseguiam, de forma dissimulada, marcar encontros com seus aspirantes no Largo dos Remédios (Praça dos Amores/Gonçalves Dias); outras, entretanto, ficavam recolhidas semanas em seus casarões, só se ausentando para cumprir suas obrigações religiosas. Dos porões destas moradas nobres, despontavam carruagens tão luxuosas quanto as de um monarca. Dos fundos, os dejetos das ilustres famílias carregados por escravos em *tigres* (ou *cabungos*) para serem jogados à beira-mar ou, se ninguém notasse, em qualquer beco estreito.

Da porta para fora, senhoras e sinhazinhas educadas para cumprimentar a todos com distinção e reserva, com vestimentas vindas da Europa que não combinavam com o mormaço dos trópicos que àquela época já se fazia sentir. Andavam cuidadosamente pelas ruas esburacadas ou carregadas em “cadeirinhas” (ou cadeiras de arruar) para não sujarem os adornos dos vestidos. Visitavam a Biblioteca Pública (no Convento do Carmo), o Gabinete Português de Leitura (na Rua do Sol) ou a singela capela de Santana da Sagrada Família (“Capela de Santaninha”, situada no final da Rua do Sol e que hoje não mais existe). Passeavam

pela Rua Grande, entrando em suas lojas mais sofisticadas, desviando-se dos "negros de ganho" e realizando caridade na Santa Casa de Misericórdia.

Da porta para dentro, senhoras megeras e mimadas capazes de crueldades quase inimagináveis: os escravos domésticos tinham que providenciar água quente em noites ventiladas e água fria nos dias calorentos, subindo e descendo escadarias de sobrados de dois ou três andares. A prataria e os azulejos franceses ou ingleses e painéis bucólicos sempre tinham que estar impecavelmente limpos, assim como o resto da mobília (as vidraças bizotadas, os armários de jacarandá, os descansos de cedro, as camas vestidas com renda portuguesa, a louça inglesa, os bibelôs e as pratarias), sempre aos olhos da senhora-dona que, "botando ordem" nos escravos, gritava ordens mais severas diante das visitas e do marido que chegava do trabalho, mostrando a exemplar dona-de-casa que havia se tornado. Assim era a condição e vivência das mulheres em algumas das residências mais ilustres de São Luís[85].

Propondo um deslocamento de elementos sociais para o de interesse da obra narrativa, tal qual a descrição dos movimentos sociais iniciados nas moradas à véspera da Abolição da escravatura, as situações de conformismo, submissão e hostilidade de algumas mulheres dentro destes casarões também possuem seus estudos de personalidade na literatura maranhense.

Protagonistas das obras *As teias do tempo:* intrigante romance de amor (de Conceição Aboud[86], publicado em 1993[87]) e *Labirinto de espelhos* (de Josué Montello, 1952), Maude e Marta, respectivamente, serão apresentadas como mulheres que convivem muito cedo com a viuvez, representando opostos do que se espera do gênero feminino no sistema patriarcal, sem precisar, entretanto, seguir os códigos domésticos nos quais a mulher deve se tornar "sociologicamente *homem* para efeito de dirigir casa, chefiar família, administrar fazenda" (FREYRE, 2004, p. 249), como já havia ocorrido com algumas damas da sociedade ludovicense.

---

[85]Dados sobre a arquitetura e detalhes sobre a composição material dos casarões ludovicenses recolhidos nas obras de ANDRÈS (1998, 2012), SILVA FILHO (1998, 2008), VIVEIROS F. (2012).

[86]Maria da Conceição Neves Aboud (1925-2005) nasceu em São Luís, residiu por um período no Rio de Janeiro (onde estudou no Colégio Sion) e, ao regressar à cidade natal, é contratada por uma empresa bancária. Casa-se e novamente retorna para o Rio de Janeiro, onde fixa residência. Foi membro da Academia Maranhense de Letras, onde tomou posse no dia 08 de dezembro de 1955, ocupando a cadeira de número 20. Na década de 1950, escreveu três romances: *A ciranda da vida* (1951), *Grades e azulejos: romance* (1951) *e Rio vivo* (1956).

[87] Vencedor do prêmio Graciliano Ramos para ficção da União Brasileira de Escritores – UBE.

Na obra *Teias do tempo*, encontramos a inglesa Maude Silveira, “uma das raríssimas professoras de inglês da São Luís dos velhos tempos”, que ficara viúva e nunca mais quis sair do “sobrado feio, no beco dos Barqueiros”, “defronte ao convento Santa Teresa”. Uma residência “sem azulejos e balcões rendados”, mas que possuía “janelas [que] davam para o mar e o Rio Bacanga” (ABOUD, 1993, p.09).

Apesar de possuir acentuada delicadeza na forma física e moral, principal característica da “mulher de sobrado no Brasil”, segundo Freyre (2004), Maude não se sujeita a tal generalização por estabelecer para si uma função: a de lecionar. Um papel social que, de certa forma, lhe dá autonomia de escolher com quem conviverá os próximos anos naquele casarão. Assim, decidida a não se submeter à condição de inferioridade imposta às tias solteironas, às mulheres “largadas” e às viúvas solitárias, Maude retira da sala “toda a decoração, ficando a mesa, o abajur, as duas cadeiras, os livros, os cadernos, os lápis bem aparados, um prato de balas de chocolate, como se tivesse morrido para tudo o mais, senão ensinar inglês”. (ABOUD, 1993, p.10).

Enclausurada, a distinta inglesa começa a respirar o ar das novidades somente através das conversas travadas com seus jovens alunos, ao final das lições. Um dos poucos momentos de descontração “na sala enorme de paredes nuas e cantos escuros”, contrastando com a própria figura de Maude que, naqueles diálogos informais, “era viva, inteligente, culta, interessantíssima na vida dos alunos” (Ibidem, p. 09). Conseguindo viver através dos seus alunos, amando “porque Conceição amava”, e, por conseguinte, “sofria porque Carlos tinha perdido o emprego, dançava Carnaval no Bloco de Pedrinho Gomes, angustiava-se porque a mãe de Mariana tinha morrido.” (Ibidem, p. 09).

Em *Labirinto de espelhos*, Marta, amargurando uma viuvez repentina, por sua vez, toma uma atitude inversa: a de não mudar os móveis de lugar, de tal modo que:

> Na imensidão da casa quieta, tudo permanecera como Artur deixara. Até o cachimbo, com um pouco de fumo queimado, lá estava sobre a mesa. Seus livros, suas coleções de selos, suas botas com esporas, dir-se-iam à espera do dono. E Marta, apegada aos velhos dias perdidos, não mudara sequer o seu penteado e as suas botinas de pelica. O espartilho apertava a sua cintura, tufando-lhe um pouco mais o busto pequeno. O colarinho de rendas fechava-lhe o pescoço, que a idade tornara mais esguio. Na cabeça, o

> chapeuzinho de palha, com o palmo de tule a encobrir o rosto enrugado. (MONTELLO, 1983, p.17)

Ao tentar conservar as lembranças que havia “naquela casa antiga, de largos janelões rasgados na fachada de azulejos, com um mirante a sair de telhados e a dominar a baía de São Marcos, no sossego do Largo dos Remédios” (Ibidem, p, 15), a jovem viúva tenta guardar a atmosfera de felicidade que um dia se fez no lar. Contudo, tantas recordações expostas em quadros antigos, na prataria não mais usada, nos objetos empoeirados e na sala sempre abafada, contribuem para que Marta se torne uma mulher amargurada e, aos olhos dos outros, uma “velha ranzinza”, cuja morte esperada ansiosamente pelos sobrinhos.

Figura 10: Foto dos Casarões do Largo dos Remédios.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Ambos os autores, no contexto particular de suas narrativas, que se assemelham ao que Antonio Candido (2006) chama de “literatura de incorporação” (quando se coloca à baila o ritmo histórico e social para o texto fictício), conseguem

dar aos casarões das viúvas, através de suas características e peculiaridades arquitetônicas, a evocação do sentimento de solidão, conformismo ou raiva que dominavam seus moradores, abrindo espaço para questões como o "habitar" e o "reconstruir" simbolicamente um lar. Mesmo possuindo finalidades semelhantes ao estabelecer uma complexa e densa relação com as suas residências, com os objetos, as personagens sofrerão consequências distintas em suas atitudes de recolhimento. Segundo Tuan (2013, p. 176):

> A casa como lugar está cheia de objetos comuns. Nós os conhecemos por meio do uso; não lhes prestamos atenção como fazemos com as obras de arte. Eles são quase parte de nós mesmos, estão muito próximos para serem vistos. [...] O lar é um lugar íntimo. *Pensamos* na casa como lar e lugar, mas as imagens atraentes do passado são evocadas não tanto pela totalidade do prédio, que somente pode ser visto, como pelos seus elementos e mobiliário, que podem ser tocados e também cheirados: o sótão e a adega, a lareira e janela do terraço, os cantos escondidos, uma banqueta, um espelho dourado, uma concha lascada. [...].

Ao querer para si uma vida de clausura, Maude descobrirá um novo sentido para sua morada. Esta não mais será um lar, ou apenas um lar, mas o local onde trabalhará incansavelmente. Heidegger (2001) utiliza o termo *homelessness,* para trazer a questão do "lar que falta", para a falha do homem em compreender a natureza do "habitar" e de se propor criar um enlace íntimo com uma casa para que esta se torne um lar. Edward Relph (2012), no aspecto existencialista entre "lugar" e "enraizamento", suscita o "não-lugar"[88] ao discutir a ausência ou dificuldade da capacidade de lugaridade, de construção do lugar (que pode existir). Em ambos os teóricos, o lugar configura-se no acontecimento.

Em Maude, a referencialidade ao lar, mais do que a estrutura física da casa e dos objetos, estava na presença do companheiro; e o desejo de suprimir a inesperada separação a faz "criar", intimamente, outra morada; executando um percurso inverso que se tem da incompreensão e estranhamento sobre o espaço para a construção do lugar íntimo, propondo a si mesmo um novo "demorar-se junto às coisas." (HEIDEGGER, 2001, p. 128).

[88]Ideia difundida pelo antropológico Marc Augé, para o qual sentido de "ausência de lugaridade absoluta", problematizado por Edward Relph, guarda suas semelhanças, quando aquele afirma que, "se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar". (AUGÉ, 1994, p. 73).

Desta forma, o lugar que acolhe Maude e pertence à bela e intolerante São Luís não deixa de ser a casa que representa também a vastidão de uma liberdade raras vezes conquistada pelas mulheres daquela cidade. Porém, para a jovem Diana, era difícil compreender como aquela professora que era “um derivativo das conversas chatas das amigas, da burrice de seus pais, da rotina do escritório onde trabalhava”, tão “cheia de vida” conseguia, conseguia viver “enclausurada no túmulo enorme do casarão” (ABOUD, 1993, p. 11). Maude parecia existir somente naquela sala.

> De uma aula para a outra, pedia sempre dez minutos para descansar ou se arrumar. Maude, como bem observava os poucos que frequentavam a residência, em nada combinava com o lugar, “era uma grande dama”, inadequada para a nudez daquela sala, a pobreza do ambiente no qual vivia, a “Duquesa” de Diana, numa sobrado quase em ruínas. (ABOUD, 1993, p.39)

Figura 11: Foto do Casarão do Beco do Couto (Rua Zaque Pedro), Nº 90.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Para Marta, antes da morte do marido, o casarão era tranquilo, cheio de caprichos, adornado “com móveis franceses, alfaias de alto preço, pesados e grandes retratos de família” (MONTELLO, 1983, p.16). Na ausência do esposo, “se distraía da solidão no arranjo melhor dos aposentos, ou então sentava ao piano para tocar as mazurcas ou as polcas mais em moda”. (Ibidem, p16)

Depois da perda, ouvindo “o rumor das águas do mar batendo lá longe na amurada do cais” e “dos próprios passos nas tábuas” (Ibidem, p16), com as janelas e o piano fechados, o casarão torna-se sinônimo de recordações. Para a menina Carmencita Soarez, órfã e obrigada a morar com Marta, as primeiras impressões sobre o amplo casarão é de um lugar “amplo e triste”, “as cortinas pesadas, os móveis escuros, os grandes retratos antigos nas imensas paredes sombrias” (Ibidem, p. 33). Um lugar no qual a jovem, por um longo período, se sentirá “perdida e estranha, sem ânimo para mover-se nos aposentos, sempre agarrada à boneca, à custa reprimindo o choro que lhe espreitava a agonia por trás dos grandes olhos arregalados” (Ibidem, p. 33).

Dos tipos provincianos que frequentam a casa da *tia* Marta, na esperança de herdarem algum imóvel ou joia, todos estendem para o casarão os sentimentos de angústia e intimidação que a própria figura da proprietária faz questão de expandir pelos seus cômodos. Nas reuniões familiares, “trazendo sempre revelações constrangedoras sobre os seus sobrinhos, que eram distribuídos em cadeiras circunjacentes”, a viúva exercita, sem reservas, uma “zombaria [sobre] daquela assembleia de pobres diabos”, uma espécie de “labirinto de espelhos humanos, diante dos quais se refletia a mordacidade de Tia Marta” (Ibidem, p.41).

Do mesmo modo que a professora de inglês do Beco do Couto, Marta cria para si um limite para a sociabilidade quando, ao término das reuniões em sua casa, retorna para “o museu de suas recordações sentimentais.” (Ibidem, p. 59) escondido em seu quarto. Para os sobrinhos, estrutura-se o interesse comum com relação ao casarão somente enquanto herança, pois, como local de encontro familiar, serve tão somente para expor suas inferioridades econômicas e potencializar suas desconfianças e cobiças.

Proença, casado com uma das sobrinhas de Marta, tem, no entanto, um respeito pelo casarão, marcado ainda pela religiosidade:

> Em passadas lentas pela Rua dos Remédios, alcançava a praça onde se levanta a ermitã de Nossa Senhora e aí tornava a pasmar-se, em nova ronda contemplativa, diante da casa de tia Marta. Suspirava alto, ensaiando pequeno abatimento na largueza de seu sonho: [...]. (MONTELLO, 1983, p.55).

Afeição pelo lugar que não encontraremos nos outros visitantes, mas que no distinto senhor se desenvolve quando, ao lado dos parentes, permanece no casarão tratando da proprietária já enferma, esperando ansiosamente sua morte e a leitura do testamento.

> Acordara pela madrugada e não conseguia mais conciliar o sono, torturado pelo receio de ter de deixar a casa. Em poucos dias habituara-se à nova vida, sentindo-se realmente talhado para morar naquela mansão antiga, entre velhos objetos que lhe falavam do Maranhão de outrora. A cama de Tia Marta, larga e fofa, sabia-lhe bem ao corpo ancho, que se espalhava satisfeito na maciez do colchão. Até a carruagem, barulhenta e fora de moda, parecia-lhe à feição de seu amor ao passado. Os móveis severos, os retratos de família, as cortinas pesadas – tudo se ajustava a seu agrado, como se a sorte, esforçando-se por lhe ser amável, houvesse escolhido, a capricho, aquela casa e aquele ambiente para regalo de sua velhice que apontava nos tons prateados da cabeleira. (MONTELLO, 1983, p.193).

De forma emblemática, a morte para Marta representa o fim de uma etapa necessária para a reconstrução de uma paz que não encontrava mais em sua casa, cercada por pessoas interesseiras. Inversamente, para a professora Maude, a fatalidade estava em morrer no casarão. Preocupada em não concretizar o desejo de visitar seus familiares, a morte no casarão, no qual por tanto tempo ficou reclusa, era a derrota de suas expectativas perante o tédio e a melancolia. Enfim, resolve voltar para a sua reservada e fria Londres.

> Diana ficou com a chave do sobrado a fim de apanhar a poltrona de Eduardo. [...] Ficou bestificada coma beleza do quarto de Maude. Lindo! Delicado, classudo como era Maude.
> Resolveu investigar o sobradão. Sentiu-se trêmula. Pires e pires de veneno separavam a parte habitada, dos fundos do casarão em ruínas. Teias e teias de aranha cruzavam-se e – fantástico! – faziam um desenho parecendo um celebro. Diana não sabia, mas Miss Maude fora naquela sala de aula de inglês, um embrião, uma forma indefinida do que seriam mais tarde psiquiatras e psicólogos, receptáculos de fobias, desejos, ânsias, alegria. Maude morreu em Londres, em 1847, de um enfarte fulminante. (ABOUD, 1993, p.126).

Diante do exposto, fica evidente que a personagem Maude constrói, mesmo que parcial, um sentimento topofílico resultante das ressignificações

imaginárias do lugar em que vivia. Um lugar que a acompanhará, mesmo depois de deixar a cidade de São Luís.

A seguir, analisaremos obras na qual a morte, enquanto temática recorrente em diversas obras literárias, não surge somente como desfecho, mas enquanto um acontecimento que oferece elementos narrativos para uma abordagem mais complexa sobre a vida privada.

6 AZULEJOS MANCHADOS DE LÁGRIMAS E SANGUE

Como de regra, e seguindo o painel histórico de outras capitais brasileiras, a biografia do Centro Histórico de São Luís também está relacionada com o desenvolvimento urbanístico de uma época, o apogeu de uma classe social, as descrições de ilustres moradores e os acontecimentos peculiares de outrora, quando os casarões azulejados e cercados de pedras de cantaria se tornaram personagens permanentes de muitas estórias e lendas locais. Segundo Gilberto Freyre (2004, p.346 e 347, grifos nossos):

> O sobrado grande raramente envelhecia sem criar fama de mal-assombrado. O Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, o Recife, Outro-Preta, Sabará, Olinda, São Cristóvão, São Luís, Penedo – todas essas cidades mais velhas têm ainda hoje seus sobrados mal-assombrados. Em um, porque um rapaz esfaqueou a noiva na escada: desde esse dia a escada ficou gemendo ou rangendo a noite inteira. Em outro, por causa de dinheiro enterrado no chão ou na parede, aparece alma penada. **Em um terceiro, por causa de judiarias do senhor com os negros, ouvem-se gemidos de noite**. E às vezes, quando cai um velho sobrado desses, dos tempos patriarcais ou quando o derrubam, ou quando lhe alteram a estrutura, aparecem mesmo ossos de pessoas, botijas de dinheiro, moedas de ouro do tempo del-Rei Dom José ou del-Rei Dom João.

No Centro Histórico da capital maranhense, encontram-se inúmeras moradas que serviram de residência para governantes, revolucionários, religiosos, dândis, comerciantes, romancistas, jornalistas e inúmeros poetas. Estes últimos, os Sabiás do poema gonçalviano, cantarão e exaltarão sua terra como ninguém mais, mas serão os romancistas, os cronistas, os narradores-das-quase-verdades que melhor contarão a riqueza de fatos que repercutiram durante estes quatro séculos de edificação. Histórias e lendas de superação, amor, amizade e bravura, mas também de corrupção, ódio, crimes e castigos. Alguns desses crimes, cometidos por homens ilustres da cidade, serviram de inspiração para a construção de narrativas fictícias, ajudando a incorporar estes episódios ao imaginário ludovicense.

Hoje, em São Luís, passados quase dois séculos dos crimes que inspiraram as obras aqui elegidas, ainda encontramos moradores que temem passar a noite em frente ao casarão de Nº 124 da Rua São João com receio se de deparar com o fantasma da jovem Mariquinhas, ou passear pelo Largo do São José e ouvir apavorantes gritos ou choros vindos do Palácio das Lágrimas. Os crimes ocorridos nestas residências viraram lendas e, transformados em romances, estão incluídos

no que podemos nomear de uma “tímida”, mas profícua “literatura de crime”, que inclui também obras de Aluísio Azevedo e Josué Montello.

A primeira surge na obra homônima *O Palácio das Lágrimas*[89], do piauiense (mas que residiu em São Luís por muitas décadas) Clodoaldo Freitas[90]. O segundo caso foi romanceado em 2010, com o título de *A tara e a toga*, pelo maranhense Waldemiro Viana[91] a partir dos relatos obtidos pelo criminalista Evaristo de Moraes e publicado em forma de narrativa judiciária[92] em *O caso Pontes Visgueiro*: um erro judiciário (de 1934 e reeditado em 2002).

Três coincidências aproximam os episódios descritos nos romances: a localização (os dois ocorreram na Rua de São João: uma das vias mais extensas da São Luís Antiga). O primeiro em frente ao Largo de São João e o segundo ao lado do Largo de Santo Antônio), o motivo (desprezo amoroso) e os lugares (dois sobrados), apresentados como elementos que motivaram ou proporcionaram tais atos.

Dois crimes cometidos por indivíduos que tiveram suas paixões desmerecidas e que não foram considerados homicídios comuns, de impulso, ao contrário: foram detalhadamente planejados e um lugar estrategicamente escolhido. Desta forma, partindo de fatos verídicos ou do imaginário popular destes romancistas e suas representações de lugares, moradas e pessoas que as habitaram, propõe ao leitor novas discussões sobre o lugar do lar, que também

[89]Em nota prefacial, Jomar Moraes (2008) esclarece que, com uma primeira edição em 1910 (nos números 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29 e 30 do *Diário do Maranhão*), a obra foi reeditada em forma de romance somente em 2008, quando do centenário da Academia Maranhense de Letras - da qual o autor foi um dos fundadores.

[90] Clodoaldo Severo Conrado de Freitas (1855-1924) foi romancista, contista, cronista e pesquisador. Nasceu em Oeiras (PI), mudou-se para São Luís, onde fez seus primeiros estudos (no Seminário das Mercês e no Liceu Maranhense). Volta para o Piauí, conclui seus estudos básicos e se muda para Recife, para estudar Ciências Jurídicas e Sociais (na Faculdade de Direito). Com o diploma nas mãos, residirá em diversas capitais: Rio de Janeiro, Belém, Cuiabá e, novamente, São Luís (onde exerce o cargo de Procurador Geral do Estado do Maranhão). Além da AML, também foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras. Da numerosa bibliografia, destacam-se*: História do Piauí* (1902), *Vultos piauienses* (1903*), Em roda dos fatos* (1911) e *Contos a Teresa* (1915). *O Bequimão*: esquisso de um romance (1908), só surgirá em forma de livro em 2001,

[91]Waldemiro Antonio Bacelar Viana nasceu em São Luís. Romancista, cronista, poeta, membro da Academia Maranhense de Letras e atualmente exercendo a função de Técnico Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Principais obras: *Graúna em roça de arroz* (1978), *A questionável amoralidade de Apolônio Proeza* (1990), *O mau samaritano* (1999), *Passarela do Centenário & outros perfis* – perfis em versos (2008) e *O Pulha Fictício* (2013).

[92]Antes, já havia sido transformado em romance, na obra *Maria da Conceição, a vítima do desembargador Pontes Visgueiro. Romance histórico*, por F. R. (Rio de Janeiro: Tipografia Comercial, 1873).

representa o lugar da honra, dos princípios legítimos e rígidos, da autoridade e do preconceito.

Em *O Palácio das Lágrimas*, Jerônimo de Pádua, um comerciante português que enriqueceu à custa de muito trabalho, mas também através de negócios escusos que envolviam o tráfico de escravos, vê sua morada se transformar em um lugar de vingança e crimes. Bartolomeu, um jovem escravo da propriedade, se apaixona por Joaquina, uma das muitas escravas-amantes de Jerônimo. O escravo, sentindo o desprezo da jovem, se vinga envenenando os dois filhos do capitão Bernardo Soeiro, o qual se tornara, havia pouco tempo, sócio de Pádua e, a pedido deste, residia, temporariamente, com sua família no casarão da Rua São João. Bartolomeu esconde o veneno no baú da infeliz escrava e esta é condenada à morte.

Joaquina, ao sair do sobrado,

> [...] cai ao descer o último degrau e chorava lágrimas tão ardentes que duas dessas lágrimas caíram no último degrau e nele ficaram tão entranhadas, tão frescas, tão vivas como se tivessem sido choradas naquele instante. Nunca mais secaram, nunca mais se apagaram. Aí ficaram como um estigma celeste contra a iniquidade dos homens e o formoso palácio do Jerônimo de Pádua ficou eternamente amaldiçoado. (FREITAS, 2008, p. 91).

Na triste procissão que a leva à força, a jovem ainda tenta pedir clemência e, desesperada, declara-se inocente dos crimes. Não recebendo a esperada piedade da sociedade ludovicense, deixa-se levar pela loucura e pelo ódio. Ao confrontar-se com a forca, Joaquina é presa no grosso cordão e empurrada pelo carrasco. Não satisfeito, “um dos ajudantes trepou-lhe nos ombros. Os ossos estalaram. A língua saiu da boca. Estremeceu violentamente e quedou-se com o rosto congestionado, na sinistra imobilidade da morte. [...]” (FREITAS, 2008, p. 76).

Na obra *A tara e a toga*, Waldemiro Viana relembra o macabro episódio ocorrido em 1873 que envolveu o desembargador alagoano José Cândido Pontes Visgueiro e Maria da Conceição, conhecida popularmente como Mariquinhas Devassa, jovem que, desde cedo, envereda pela prostituição e se torna o amor obsessivo do já sexagenário jurista.

Dominado pelo ciúme possessivo e magoado pela repulsa de Mariquinhas, que se encontrava frequentemente com outros amantes, o desembargador arquiteta um plano trágico: encomenda um caixão de zinco (e um

outro, de cedro), convida Mariquinhas para mais uma visita íntima e, com a ajuda do capataz Guilhermino, Pontes Visgueiro amarra, entorpece e com um punhal mata a jovem meretriz. Os detalhes do crime que ocorreu em um "sobrado residencial, na Rua de São João, quase à esquina do Beco do Prego, com fundos para as praias do rio Anil." (VIANA, 2010, p. 40), segundo o depoimento do capataz Guilhermino, foram assim registrados e reproduzidos na obra de Evaristo de Moraes (2002, p. 26 e 27):

> [...] O desembargador foi sobre ela, mordeu-a no peito e deu-lhe uma punhalada no lado oposto ao que ela já tinha outra, e ela ainda abriu a boca. Puxou o desembargador um caixão grande, que ali estava encostado, e os dois lançaram o cadáver dentro, o qual ficou com as pernas da parte de fora e a cabeça um pouco inclinada. Tendo ele ido buscar, por ordem do desembargador, uma lata de cal, que estava na sala de jantar, e comprar, com 2$000, que ele lhe deu, solda e ferro de soldar, encontrou, voltando, a perna do cadáver amarrado à coxa com uma corda, que, depois, o desembargador cortou para pôr a perna em condições de decepá-la, como fez, a fim de melhor arrumar o cadáver no chão, o que foi feito, enterrou um trinchete no ventre do cadáver.

Voltando um pouco nas páginas do romance e do tempo, podemos observar um Pontes Visgueiro vivendo tranquilamente em seu casarão antes de se relacionar com Mariquinhas.

> Às seis da manhã o velho dirigiu-se à casa de banho, onde Luís já providenciava a banheira com água morna. Estremunhado pela noite em claro, despiu o roupão e imergiu satisfeito, na água, desfrutando o prazer que aquela trepidez proporcionava. [...].
> [...] enquanto comia com prazer os fartos quitutes na mesa servidos, não pode livrar-se de um sorriso irônico de recriminação: - *Ora, seu velho bode, o teu tempo de conquistas já passou. Contenta-te com teus pequenos arranjos, que já te são mais que suficientes*." (VIANA , 2010, p.24 e 25).

Ao se envolver com a jovem e imerso entre conflitos morais e afetivos, o desembargador não reconhece mais a sua morada como um lugar de sossego, de quietude. Se antes era o lar um ambiente de repouso e conversas reservadas com os amigos, agora se torna o único ambiente em que não terá a possibilidade de encontrar Maria da Conceição, pois esta não cede a proposta de morar com o desembargador. Aos poucos, o casarão não representará mais a sorte do descanso, mas a espera da jovialidade de Mariquinhas. Lemos na obra:

> Agastado, reclamou o jantar ("*isto é comida para porcos, para escravos"*), criticou a arrumação da casa, observando sujeiras microscópicas, queixou-se do lumbago que ocasionalmente o afligia, distribuiu fartas reprimendas

> entre os serviçais – notadamente ao pobre Luís, o único a dormir na casa -, e recolheu-se a seus aposentos, para mais uma noite insone. (VIANA, 2010, p. 26).

Mesmo que a casa ainda seja o lugar do reconhecimento e da identificação, a rua se torna o espaço de expectativas, quando o desembargador desvia a sua rota costumeira do trabalho e dá início a caminhadas impulsivas por lugares nunca antes frequentados, principalmente “os arredores da cidade, determinadas festas populares, pontos de meretrizes” (VIANA, 2010, p. 38), adentrando em um mundo de imprevistos, de acidentes, que é, em si, um dos principais atributos da rua, enquanto espaço de movimento, de ação; longe da calma e do universo controlado de uma residência.

Em outro extremo da Rua de São José, encontramos (em 1848) Jerônimo de Pádua voltando do trabalho, subindo a Rua do Sol, adentrando em sua morada e sentindo a ausência de um acalento familiar.

> Aí onde o não esperavam as carícias de uma esposa, os afagos de filhos queridos, a suave influição da ventura da família e onde era senhor absoluto. Compreendia quanto era triste a sua existência passada no meio do dinheiro e de escravos, partilhando amores ilícitos com suas escravas, tendo filhos que estavam no cativeiro. O dinheiro que lhe servia para tanta coisa, não lhe dava confortos morais, paz de espírito, um ninho de bondade feminina, os gozos da família, a bem-aventurança dos carinhos dos filhos. (FREITAS, 2008, p.25).

Segundo Tuan (2012, 2013), um lar não pode ser descrito meramente como a localização de um lugar onde se habita, em detrimento de outros que apenas visitamos. O conceito de lar, de morada deve integrar plenamente tanto a ideia de sua localização geográfica/espacial, sua funcionalidade material (de sobrevivência), quanto o seu significado no contexto da atuação que leva os indivíduos a estabelecerem laços de afetividade. Entretanto, o mundo vivido em um lar, por ser aquele que traz múltiplas perspectivas de experiências positivas e sendo um possível cenário de abrigo, pode originar, se tais intenções não se realizarem, a topofobia, tornando o lugar uma “paisagem do medo”.

> O medo existe na mente, mas, exceto nos casos patológicos, tem origem em circunstâncias externa que são realmente ameaçadoras. “Paisagem”, como o termo tem sido usado desde o século XVII, é uma construção da mente, assim como uma entidade física mensurável. “Paisagem do medo” diz respeito tanto aos estados psicológicos como ao meio ambiente real. (TUAN, 2005, p.12).

Contudo, apesar do sentimento topofóbico, o lugar não deixa de ser considerado como tal, ainda é uma “pausa no movimento”, no qual permite “que uma localidade se torne o centro de reconhecido valor” (TUAN, 2013, p. 169), embora, neste caso, negativo. Mesmo neste momento de conflitos e de experiências ambíguas, Tuan não traz a ideia de “desconstrução do lugar” pelo aparecimento de alguma relação de estranhamento ou repulsa com o espaço-vivido, mas se questiona: será que o tempo e a intensidade da experiência com o lugar determinam tal topofobia?

Enquanto que, na morada do desembargador Visgueiro não encontramos vestígios de um amparo familiar, pois a única filha que tivera já se encontrava casada e quase não há contato com os empregados, no casarão do comerciante português, as relações mostram-se, paradoxalmente, envoltas pela intimidade e pela intimidação.

> [...] Começou a caminhar pela casa e foi para defronte da escada do segundo andar. Subiu. O Jerônimo morava no primeiro andar com a Clemência e o Bartolomeu. No segundo, moravam as escravinhas de todas as cores e todas as idades, as intituladas donzelas. Aí ninguém penetrava, senão com sua licença. Nem a Clemência podia frequentar esse populoso harém. A porta, que dava para a escada, estava sempre trancada, com a chave fora da fechadura. O Jerônimo tinha outra chave. [...] (FREITAS, 2008, p.29).

Por serem “forasteiros”, o sentimento de quase não-pertencimento das duas personagens (Pádua e Visgueiro), com relação à cidade de São Luís, aproxima-se do que Relph (2012, p. 25) conceitua como “lugar-sem-lugaridade”[93], quando “a capacidade de promover a *reunião* é fraca”. O que pode nos direcionar a ideia de Tuan (2012) de cidades natais enquanto “lugares íntimos”, quando as moradas onde aqueles residem não abrandam a dor da saudade, da angústia, do desamparo e, para quem os cerca, acarreta, por vezes, o desespero.

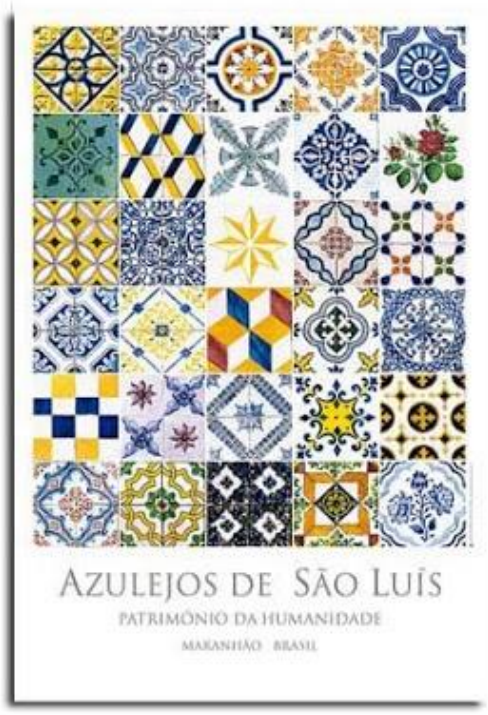
Se no início dos romances, os casarões para os demais moradores poderiam representar a possibilidade de uma herança valiosa, de ascensão social ou mesmo de liberdade, posteriormente, poucos pretenderão neles residir. Temos

[93]Do termo original *placelessness*, que expressa a ausência da capacidade de lugaridade, de construção do lugar.

assim, hábitos sintomáticos da falta de percepção da casa enquanto espaço de intimidade, o que pode levar a topofobia.

O sentimento de medo ou desprezo pelos sobrados se manifesta também nos outros moradores, à medida que estes percebem, na experiência diária, que não há possibilidade de se criar raízes com os lugares em que moram ou frequentam, quando toda a familiaridade que poderia se desenvolver se daria pela imposição. Acrescenta-se, a esta convivência imposta, as precárias condições de higiene, trabalho e alimentação dessa época. Problemas privados que eram disfarçados pela ornamentação externa dos casarões: pela entrada trabalhada em pedra de cantaria, pelas grades de balcão, fechaduras, beirais em dupla bica e, principalmente, pelos belos e coloridos azulejos vindos da Europa.

Figura 12: Cartaz com os principais azulejos encontrados em São Luís.



Fonte: www.cultura.ma.gov.br/azueljos.

Importante então considerarmos que, no século XIX intensifica-se na capital maranhense o uso de revestimento azulejar, predominantemente português[94], "em todos os tipos de edifícios, do mais imponente até a menor porta-e-

[94]Além de azulejos portugueses (alguns provenientes de fábricas localizadas na cidade do Porto), têm-se na cidade modelos ingleses, franceses e holandeses. Segundo Meireles (2012, p. 198); "embora haja notícia de que uns primeiros azulejos tenham chegado a São Luís na metade do século

janela" (LACROIX, 2012, p. 86), com o intuito "de atender ao requisito estético e de *status* social", possuindo também "um alto poder de impermeabilidade, constituindo proteção contra as chuvas intensas, tendo uma durabilidade infinitamente maior do que as fachadas de massa" (ANDRÈS, 2012, p. 49), proporcionado à capital o título de "Cidade dos Azulejos". Contudo, e apesar da aparente europeização, São Luís ainda possuía sérios problemas de abastecimento de água, a persistente e proeminente mão-de-obra escrava e as esposas e "criadas" sendo tratadas como "objetos do lar".

Para Joaquina, "uma mulata de quatorze anos, cabelos lisos, formosos", de "carnação opulenta" e considerada um "tipo aprimorado da mulata brasileira" (FREITAS, 2008, p. 31), o lugar do lar parece não existir, trabalha e dorme na "área de serviço" do sobrado do português Pádua, se dedicando à produção de "varandas de rede" ou "cosendo camisas e calças de algodão para os escravos do Tamancão" (Ibidem, p. 31); local ainda mais temido, pois era onde se localizado o cativeiro e a angústia da presença constante da palmatória e da chibata. Nas tarefas íntimas, questiona as promessas de alforria de Pádua, usando de todas suas artimanhas para se salvar da indiferença:

> Estou com medo de vancê, ioiô! Disse a rapariga, querendo correr.
> - Tu estás doida? Para onde queres ir? Estás com medo de mim? Por quê?
> - Porque tenho ouvido dizer que vancê, quando mais jura gostar da gente, mais depressa abandona a gente e mais depressa manda a gente para o sítio, para a taca do feitor.
> - São calúnias dessas negras. Eu nunca falto ao que prometo. Hás de ver. Eu farei a tua felicidade tão completa que serás invejada de todas as minhas escravas. (FREITAS, 2008, p. 34).

Segundo Tuan (2005, p.298), "com o exílio, o perigo é expulso do corpo social; com a reclusão é isolado em um lugar, e assim tornam-no inócuo". Reclusa, Joaquina expõe, para o seu senhor, o medo pelo lugar que habita (onde o trabalho é incessante e os castigos, constantes), mas também o temor do exílio, pelo lugar que poderá vir a habitar (onde a morte prematura se torna sina). Comparativamente, mesmo que a escrava Clemência, mãe dos filhos reconhecidos de Pádua, afirme que não deixará seu "dono", caso este case os filhos e lhes entregue as

---

XVIII, em 1778, ou seja, já no final do século XVIII, [...] só se faria habitual na altura da quinta década do século XIX", por isso, o silêncio desta característica arquitetônica por alguns visitantes desta época.

propriedades como herança, a relação com o lar, assim como a das escravas do sótão, é de subjugação:

> [...] Depois que eu morrer, tu, se quiseres, voltarás para o lado de teus filhos, caso, bem entendido, queiras acompanhar-me a Portugal. Não querendo, preferindo abandonar-me e ficar com teus filhos, ficará. Eu irei só.
> - Eu irei onde você for, ioiô.
> [...]
> - Você é tão bom para mim! Murmurou a Clemência, passando a mão, alisando carinhosamente os cabelos do Jerônimo.
> - Antes de partimos para a Europa, eu me casarei contigo, para legitimar nossos filhos, e alforriarei o Bartolomeu, que ficará de caixeiro no armazém. Devo-lhe isto.
> [...]
> E foram para o quarto. O Jerônimo mandou abrir todas as portas e janelas, e deitou-se na rede, armada no meio do quarto. A Clemência sentou-se no chão, à sua cabeceira, e pôs-se a matar-lhe cafunés. Minutos depois o Jerônimo roncava. [...]. (FREITAS, 2008, p. 27 e 28).

Em Mariquinhas, não percebemos uma "consciência do passado" vivido em um lar, elemento, segundo Tuan (2013, p. 144), "importante no amor pelo lugar". A menina que aos onze anos de idade já chamava a atenção do desembargador, por ter um "corpo cheio, roliço e bem feito" e um "rostinho encantador, certamente moldado para a inocência" (VIANA, 2010, p. 21) e que, antes dos quinze, nas inconsequências das atitudes de querer alimentar seus desejos, já "bastava-lhe um macho forte e eficiente, para as pelejas de amor a céu aberto pelos becos da cidade" (Ibidem, p. 21), transforma esse espaço acessível em "lugar"[95], ou mesmo um lar, pois, com esclarece o filósofo Gaston Bachelard (2008, p. 22), "todo espaço realmente habitado traz a essência da noção casa". Assim, a rua ganha um sentido mais próximo de segurança ou liberdade.

> Luísa Sebastiana, mãe de Mariquinhas, de tudo fez para conseguir um pouso certo, uma casa minimamente razoável para poder receber a clientela da filha, mas, sem tostão e perseguida pela fama de violenta da garota, ninguém lhe quis dar guarida, tendo a mulher que perambular pelas ruas, a mendigar vinténs para o sustento das duas.
> Revoltada, em princípio, por dá-cá-essa-palha aplicava uns bofetões vingativos na menina – que nem se importava tanto, pois, enquanto a mãe penava e se lamuriava, Mariquinhas seguia, alegre, em busca de parceiros que saciassem sua natural volúpia. [...]. (VIANA, 2010, p. 54 e 55).

[95]Para Tuan (2013, p. 240), "a rua parece ser um tipo de meio ambiente físico bem específico, mas, na realidade, o seu caráter e uso podem variar". Roberto da Matta (1983, p.72) observa que, "a categoria rua, então, exprime tanto um local particular quanto um domínio social complexo. [...], as expressões "moleque de rua" ou "já para a rua" são altamente poderosas e ofensivas, designado, num caso, alguém sem orientação moral, e no outro, um modo muito contundente de eliminar alguém de um ambiente.".

Para a jovem libertina, o espaço do lar, enquanto ponto de referência e identidade, não é um lugar homogêneo e que poderia trazer um sentimento de pertencimento. Na hostilidade percebida nas “casas-de-família”, nas experiências cotidianas pelos cantos da cidade e na escolha por uma vida sem compromisso, transformam a proposta de uma vida conjugal, com o desembargador, na possibilidade de uma anulação pessoal que carrega todos os estigmas da prisão. De forma inversa, a rua representará o lugar da consumação do desejo sexual e, consequentemente, da transgressão.

Em sua clássica obra *O Homem e a Terra*: natureza da realidade geográfica (2011), o geógrafo francês Eric Dardel reflete sobre a estranha relação de afetividade e de repulsa que o homem pode cultivar com as paisagens do mundo. A rua, que inicialmente surge “como centro e quadro da vida cotidiana, onde o homem é passante, habitante, artesão; elemento constitutivo e permanente, às vezes quase inconsciente, na visão de mundo e no desamparo do homem” (DARDEL, 2011, p. 28), podendo ganhar um sentido mais próximo de segurança, ou mesmo, de liberdade. Tanto para Mariquinhas (a vítima de Pontes Visgueiro), quanto para Joaquina (a vítima de Bartolomeu) o vínculo ontológico entre espaço e lugar do lar se abre para a rua, a qual se torna a possibilidade de abertura de sentido das coisas. Para a precoce meretriz, a rua se materializa como modelo ideal de lugar onde não precisa seguir ordens morais. Em Joaquina, a única experiência fora do sobrado serve somente para consolidar a ideia que ela tinha sobre uma sociedade hipócrita, que não lhe deu o direito de defesa do crime do qual foi acusada. Portanto, a rua somente adquire este *status* porque o lar se torna aquilo que, basicamente, se espera da rua: um espaço de confusão, de engano e decepções.

Uma consequência é que os sobrados, enquanto lugares onde ocorrem os crimes, serão vistos como componentes determinantes para os homicídios, quando as lembranças, a solidão, o ciúme, a ganância e o medo são potencializados e interferirão de forma devastadora no inconsciente dos futuros criminosos. Ainda que encontremos, em Jerônimo de Pádua, o espaço do lar enquanto “lugar-território”, este também percebe que sua definição de “lar” não depende somente de seus projetos familiares e intenções íntimas. Em ambos os sobrados, o “habitar” traz o fantasma da recusa e o lar não está associado mais ao “lugar” que “se abre para o mundo” (HEIDEGGER, 2001).

Localizado na artéria principal das ruas do centro de São Luís, o sobrado de três andares, onde ocorreram os crimes descritos por Clodoaldo Freitas, hoje não mais existe. Além das três crianças envenenadas e da escrava Joaquina, outros moradores, segundo o narrador, também se tornaram vítimas do "sobrado maldito" após a morte de Pádua e de sua família:

> [...] O seu comprador morreu também assassinado por um escravo, a pauladas, como uma cascavel ou um cão danado. O segundo morreu num naufrágio daqui para Alcântara, ele a única vítima entre muitos outros náufragos. O filho dele, um belo moço, estudante de direito, hospedando-se nesse palácio, durante as férias do terceiro ano, enlouqueceu repentinamente, aí ficou morando, costumava passear horas e horas esquecidas, de sala em sala, mudo, belo, de cabelos a lhe caírem nos ombros, quase imberbe, como um fantasma benfazejo de lenda. Algumas vezes cantava xácaras portuguesas com a voz retumbante de tenor. Esse belo rapaz aí morou solitário e abandonado até a velhice, sem nunca sair, sem nunca querer trocar uma palavra com quem quer que fosse. Era vítima do prédio maldito[96]. (FREITAS, 2008, p. 91).

Figura 13: Antigo Palácio das Lágrimas (seta indicando a residência).

Fonte: Obra "O cativeiro" (1992), de Dunshee de Abranches.

[96]A temida "maldição é reforçada por Dunshee de Abranches em seu livro de memórias *O cativeiro* (1992 [1941]), quando confirma que, "a crendice popular afirmava que, quem ousasse comprá-lo e reconstruí-lo, teria morte súbita. E, por uma coincidência, o chefe político, que um dia resolveu adquirí-lo para edificar um instituto de ensino, não chegou a ver a sua obra concluída e sucumbiu em pleno vigor da vida." (ABRANCHES, 1992, p.155).

No lugar do velho sobrado, já com as paredes carcomidas pelo tempo, foi construído outro que abrigou a sede da Escola Modelo Benedito Leite e, posteriormente, a Escola de Farmácia (inaugurada em 1922) e a sede da Faculdade de Odontologia (fundada em 1925) da Universidade Federal do Maranhão. Ainda em 1889, o poeta Joaquim de Souza Andrade, o Sousândrade, tentou transformar o prédio em uma Universidade, que se chamaria Universidade Atlântida, rebatizada com o nome de Universidade Atenas, após as devidas restaurações e adaptações, o que não ocorreu. Seria a primeira universidade do Brasil.

Figura 14: Foto da atual estrutura arquitetônica do Palácio das Lágrimas.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Não houve, entretanto, o que Dick (1997) denomina de “designação superposta”, quando o nome deixa de ser contextualizado, introjetado ou recebe outra denominação, pela sociedade local, porque houve o desaparecimento do “monumento”. Quando, inverso à tendência atual, no qual o processo denominativo parte do conhecido ou do vivenciado, configurou-se de forma permanente o designativo toponímico dado em outra época, mesmo que boa parte da população não conheça a motivação circunstancial do título “Palácio das Lágrimas”.

Quanto à versão da lenda, o romancista escolheu uma das tantas que se narrava pela cidade. Segundo Abranches (1992, p. 155), uma das versões mais conhecidas é que Pádua chegou ao Brasil acompanhado de um irmão. Pádua enriquece, provocando a inveja do outro. Visando herdar a fortuna do irmão, aquele o mata e começa a maltratar os escravos do sobrado, principalmente a escrava que era amante e possível mãe dos filhos ilegítimos de Pádua. O irmão ambicioso também acaba sendo assassinado por um dos possíveis sobrinhos, que "condenado à forca erguida no pequeno Largo de São João, jurou que aquele Palácio que vira as lágrimas de sua mãe e de seus irmãos por esse nome ficaria conhecido."

O pequeno "sobrado de esquina", revestido de azulejos azuis e que foi a residência do desembargador Pontes Visgueiro, também recebeu ares de maldito. Foi residência de poucos moradores, dentre estes: a senhora Maria das Dores Soares Valle (em 1890); o Presidente do Tribunal de Justiça Palmério César Maciel de Campos (em 1935); abrigou, por algum tempo, uma agência da Caixa Econômica Federal (desativada na década de 1990)[97]; e mais de uma década espera um novo proprietário. Possivelmente, pela própria localização: em uma esquina, localização que era indesejável pelos moradores da cidade e que suscita mais uma coincidência entre as duas residências. Segundo Freyre (2004, p. 343).

> Muita superstição se agarrou ao complexo "casa" ou "sobrado" no Brasil patriarcal. Várias nos vieram de Portugal. [...] Nada de chapéu de sol aberto dentro de casa: era agouro. Nem de chinelo virado: morria a mãe do dono do chinelo. Ninguém quisesse saber de morar em casa de esquina.
>
> *"casa de esquina*
> *morte ou ruína",*
> *"casa de esquina*
> *triste sina".*
>
> No Recife, como no Rio de Janeiro, apontam vários sobrados de esquina onde tem havido morte e ruína. Em um, incêndio e saque; em outro, um assassinato no pé da escada; de um terceiro, raptaram pela varanda uma moça que depois foi muito infeliz. Compreende-se: as casas de esquina são mais expostas, não a um vago destino mau, mas aos assaltos, aos raptos, às vinganças. Igual superstição desenvolve-se em outras cidades do Brasil onde também se encontram casas ou sobrados de esquinas marcados por desgraças ou "tristes sinas".

Na fronteira descritiva entre a exposição dos fatos e a representação do cotidiano que antecede o crime ocorrido no dia 14 de agosto de 1873, Viana oferece uma literatura com poucas especulações e sem reviravoltas quanto ao caso, mas

[97]Dados retirados da obra *BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Projeto Rondon. Monumentos históricos do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1979*.

sempre trazendo e teatralizando os dados e depoimentos recolhidos por Evaristo de Moraes. Porém, é perceptível a escolha do autor em delinear um desembargador que é, paradoxalmente, algoz e vítima, mas, na maioria das vezes, vítima, sofrendo o que os advogados de defesa denominaram “desarranjos moral” e “mental” (MORAES, 2002, p. 63).

No depoimento (transcrito) de Amâncio José da Paixão (pai do cantor e compositor Catulo da Paixão Cearense), amigo do desembargador e que possuía uma loja de ourives e funilaria na Rua Grande, assim este se protege da acusação de participação no crime:

> [...] Então, o desembargador, chamando-o para uma saleta contígua à sala de visitas, e que se achava quase às escuras, lhe mete um ferro na mão, na outra dá-lhe outros objetos e lhe diz: - “Aqui está a solda”, e o convida para pegar no caixão, o que ele fez, e, auxiliado pelo desembargador, trouxe o caixão para a sala de jantar. Aí reconheceu ele que o ferro que tinha na mão era uma tesoura e, tendo-lhe dado o desembargador carvão e um fogareiro de barro, pediu-lhe que fizesse a solda. Ele interrogado, que ainda ignorava o que continha o caixão e não podia ver, meteu a mão dentro e sentiu alguma cousa que lhe fez desconfiar, sem, entretanto, lhe dar notícia da triste verdade. [...]. (MORAES, 2002, p. 31).

Figura 15: Foto do Sobrado Pontes Visgueiro.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

No romance, os diálogos breves e cheios de tensão, no segundo andar do sobrado, explicita o desespero de ambos.

> - E agora, meu compadre: o que vosmecê quer de mim... – Não conseguiu evitar o comentário: - Além de arruinar-me a vida?
> O velho levantou-se e abraçou o amigo (que procurava esquivar-se de seus braços) como se fosse ele a sua tábua de salvação:
> - Tens de ajudar-me, Amâncio. Tu prometeste. Eu confio em ti. – Grossas lágrimas correram-lhe pela face: - Não me abandones agora, por favor.
> - E o que vosmecê quer que eu faça?
> O velho apontou o caixão, respondendo, agitado:
> - A solda, meu amigo. Eu não soube soldar bem a tampa – é por isso que se sente o mau cheiro. – Implorou-lhe: - A tampa, meu compadre: solda-a toda, pelo amor de Deus... (VIANA, 2010, p. 201).

De tal modo, Amâncio também sofre as consequências do crime cometido no sobrado da Rua São João, pois, ainda hoje é divulgado que o mesmo foi quem fabricou o caixão de zinco no qual o corpo de Mariquinhas ficou depositado. Segundo consta nos atos do processo reproduzidos por Evaristo de Moraes (2002), Visgueiro encomendou ao funileiro Antônio José Martins de Carvalho um caixão de zinco e ao mestre carpinteiro Boaventura Ribeiro de Andrade um caixão de cedro. Amâncio, segundo os testemunhos, apenas fechou o caixão, sem saber o que se escondia nele. O que bastou para ser considerado cúmplice e ter que deixar a cidade, com sua esposa e filhos. Hoje, no pequeno sobrado da Rua Grande (Nº 66), onde morou o futuro autor de *Luar do Sertão,* há uma placa em sua homenagem.

Nos romances apresentados, o sobrado é visto como um lugar fantasmagórico, desprovidos de seus traços idetitários de seu dono, pela ausência (ou de pessoas ou de relações de afetividade), como se estivessem à espera de um sentimento de pertencimento que aproximaria morador e morada, o que não se consolida. Não é uma exceção à regra. Nas narrativas ficcionais da literatura maranhense que possuem como tema crimes cometidos na cidade de São Luís[98], especialmente as que surgiram a partir da segunda metade do século XIX, encontramos duas características marcantes: o apelo ao plausível dos fatos e o local do crime: a casa.

Ao contrário dos casos descritos nos folhetins e romances no Rio de Janeiro e em São Paulo, em São Luís, dificilmente se descreviam crimes cometidos

[98] A grande maioria desses romances definidos como “de crime” não possuíam relação próxima com nenhuma escola ou tendência literária.

na rua. Segundo a Professora Dra. Ana Gomes Porto (2012, p.150 e 151), do Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, em seu artigo intitulado *Confeccionando ficções criminais*:

> Foi a partir da década de 1870, principalmente com o crime de Pontes Visgueiro, que se pode notar um efeito multiplicador das narrativas de crime e de seus envolvidos. Elas tornaram-se uma realidade nos periódicos sob a forma de notícias e folhetins e também em volumes, apontando para a possibilidade da existência de uma cultura midiática e massificada no Brasil, mesmo considerando uma das características mais complexas do fenômeno, a simultaneidade da informação no país. O "crime do desembargador Pontes Visgueiro" ocorrido no Maranhão foi o primeiro a gerar reproduções em vários lugares do Brasil e a chamar a atenção de todas as camadas sociais[99]. [...].

Sendo assim, mesmo consideradas obras literárias que apresentam lugares imaginários criados a partir de ambientes reais, tais romances evocam diversas questões da experiência do espaço íntimo do lar que podem se tornar fonte de memória espaço-temporal quando dialoga com as referencias históricas e os dados geográficos. Compreendemos, portanto, que na obra literária, a memória ganha forma mais vasta, chama para o diálogo, acarreta uma função social e pode ajudar a (re)contar a história e as estórias de uma sociedade.

[99] Aluísio Azevedo publicou, entre 1882 e 1886, as obras *Memórias de um condenado* (1886) e *Mistério da Tijuca* (1883), que, posteriormente, foram transformadas pelo autor nos romances *A Condessa Vésper* (1901) e *Girândola de Amores* (1900). *Memória de um condenado* é visivelmente inspirado no caso "Pontes Visgueiro", no trecho na qual o jovem amante, como "uma fera" ataca a jovem Ambrosina e lhe dá "uma dentada na polpa macia de um dos seios", assemelhando-se bastante à descrição do capataz do desembargador Visgueiro em 1873.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos extremos contrastantes da riqueza que foi parte da Antiga São Luís com seus casarões apalacetados resididos por famílias nobres, governantes, jornalistas, comerciantes e literatos; e o abandono em que se encontravam algumas dessas moradas nas últimas décadas, resultou uma primeira e inquestionável constatação: a de que estes casarões precisavam de atenção.

Neste contexto e, a partir de então, houve uma preocupação elementar: avaliar o que deveria fazer parte dos objetos materiais e imateriais arquitetônicos, reconhecendo-os enquanto portadores de valor histórico da cidade. Deste modo, e através de critérios e intencionalidades, oficializou-se o conjunto arquitetônico da cidade, dividindo-o em áreas e monumentos (aqui já apresentados) sob o amparo jurídico (federal, estadual e municipal) e as áreas reconhecidas e protegidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Nada muito peculiar do que ocorre com as capitais e cidades reconhecidas como Patrimônios Culturais da Humanidade.

Em São Luís, entretanto, o quadro inicial de preservação arquitetônica voltou-se para os prédios públicos, as fontes e os monumentos, seguindo, principalmente, a preferência e a autoridade dos técnicos e a apreciação estética, em detrimento do valor histórico. Com o passar dos anos e das administrações, a Política de Preservação do Patrimônio Cultural de São Luís incluiu também os casarões particulares até então vistos como patrimônios públicos, mas de responsabilidade dos proprietários. O governo estadual começou a receber recursos financeiros para continuar esta preservação e, a partir de então, iniciou-se uma discussão sobre o que era “patrimônio cultural” e o que realmente contribuiria para sua valorização e preservação.

Evitamos conceituar o termo “patrimônio cultural” ao longo deste trabalho com a intenção de se chegar a um esclarecimento, não do termo em si, mas do que poderia auxiliar a compreendê-lo melhor e, principalmente, expandi-lo, sem criar expectativas quanto às suas referências e repertório. Reconheçamos, então, como resumidamente define a Constituição brasileira, patrimônio cultural como um

conjunto de “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade” [100].

O que percebemos é que a ideia de patrimônio, seja ela qual for, está atrelada aos processos da memória coletiva, ao conjunto de repertório linguístico, artístico, toponímico, religioso, etc. Uma segunda constatação, tão importante quanto a primeira, e que se dá ao passo que nos aprofundamos em sua tipologia de representações, é que o termo “patrimônio” raramente surge isolado, está sempre associado a diversas e diferentes categorias (patrimônio histórico, arquitetônico, etnológico, geográfico, genético, artístico e outros), carregando consigo processos estendidos de conceituação, abrangência e estudos.

Ao longo das ultimas décadas, o Centro Histórico de São Luís vem sendo pesquisado por diversas áreas das ciências humanas e sociais, resultando em um conjunto de artigos, dissertações e livros que agregam diversos fundamentos teóricos e pesquisas de campo que contribuem para o reconhecimento do “lugar antigo” enquanto “lugar de identidade”, tentando estabelecer um sentimento de admiração principalmente em quem habita a cidade. De outra forma, a cidade de São Luís exerce, sobre seus poetas, romancistas e cronistas, sentimentos contrapostos de fascínio e temor, de encanto e indignação ou, no depoimento-lírico do poeta Nauro Machado, de amor-ódio.

Muito se afirma sobre o primor e a versatilidade da Literatura Maranhense, mas pouco se discute sobre seu valor enquanto patrimônio cultural e, menos ainda, enquanto compreensão de uma categoria de artistas sobre a vivência em uma cidade. Informações estas que, por sua vez, podem se tornar uma importante ferramenta na difusão da ideia de preservação e da identidade cultural.

O presente trabalho buscou, primeiramente, visualizar uma aproximação entre saberes para reconhecer a possibilidade de buscar na literatura informações sobre algumas residências da cidade de São Luís. Concluídas as análises, percebemos que as obras literárias, quando se propõem descrever a vivência em um ambiente particular, tornam-se obras que estimulam a necessidade do registro e da preservação dos contornos arquitetônicos e espaciais. Um lugar moldado pela ficção, mas que, no diálogo com o verídico, carrega também a questão da

[100]BRASIL. **Constituição (**1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 42/2003 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

experiência do espaço para que se produza um romance com tons geográficos que se aproxima do autêntico. O que não diminui sua importância no estímulo identitário de uma sociedade.

Enquanto difusão de visões de mundo e de informações que poderiam se perder na oralidade, as representações literárias da vida privada, ocorridas nos casarões antigos de São Luís, podem estabelecer para si uma função social. Através de diários, lendas ou conversas informais, se expressa uma memória coletiva construída através de relatos autobiográficos, descrições de “crimes famosos”, ou mesmo o cotidiano nas moradas de porta-e-janela sem azulejos portugueses ou ladrilhos franceses, mas afortunadas de instigantes causos e relatos. Entretanto, podemos nos questionar: por que recuperar estes fatos, estas narrativas, esses lugares habitados por classes dominantes, onde houve preconceito e exploração escravocrata e se homenageiam barões, baronesas, literatos e anarquistas?

Consideremos que o próprio termo aqui utilizado na questão levantada já nos encaminhe a sua resposta: recuperar. A questão da recuperação, da revitalização, da requalificação deve surgir de todos os cantos, de todos os saberes. Por isso, a contribuição da literatura vai além de “contar” a vivência nesta cidade, nas ruas, dentro das casas. Como bem observa Tuan (2013), a percepção do espaço e dos lugares é uma arte; e as nossas avaliações envolvem a cultura como um todo e, na maioria das vezes, influenciada pela arquitetura e pela literatura. Esta última, nos permitindo perceber que, nas alterações das relações sociais e de paisagem representadas, não se privilegia uma classe social, mas se expõe um cenário histórico-político e cultural de uma sociedade.

Os casarões particulares que pertencem ao conjunto arquitetônico considerado patrimônio somente foram tombados, em sua maioria, por estarem localizados no perímetro demarcado pelos projetos e pelos decretos instituídos na capital maranhense. Porém, como pudemos observar nas obras literárias consideradas neste trabalho, tais casarões privados possuem seus valores patrimoniais por terem a capacidade de receber significações ligadas à cidade de São Luís, por possuírem sua própria história anterior a qualquer patrimonização e, em alguns casos, possuírem nomes próprios que, segundo Dick (2007), tanto quanto uma ocorrência toponímica, é um evento fenomenológico, que demonstra e apreende o lugar.

Ao representar e descrever o que se move e o que se fixa em uma cidade, a Literatura permite ao leitor o acesso a uma ou várias dimensões espaciais sobre a estrutura e a vivência urbana que a Geografia e a História, por muito tempo, pouco se atreveram a delinear. Têm-se, então, cidades romanceadas que representam elementos que podem ajudar na investigação sobre as dinâmicas sociais e o tempo histórico da humanidade. Sendo assim, enquanto uma crítica sob um enfoque interdisciplinar ainda não muito utilizado nas análises literárias, no qual dialogamos com a toponímia e a geografia humanista cultural, propusemos, neste estudo, um entrelaçamento entre áreas de diversos conhecimentos que permitiu a abertura de novos horizontes sobre a vivência nas moradas de São Luís do Maranhão.

REFERÊNCIAS

ABBEVILLE, Claude d'. **História da missão dos padres capuccinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas.** Tradução de César Marques. São Paulo: Siciliano, 2002.

_____ . **História da missão dos padres capuccinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas.** Tradução de Sérgio Milliet. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

ABOUD, Conceição. **Teias do tempo**: intrigante romance de amor. São Luís: SIOGE, 1993.

ABRANCHES, Dunshee de**. O cativeiro**. 2ª edição. Introdução de Jomar Moraes. São Luís: Alumar, 1992.

AMARAL, José Ribeiro do. **Fundação do Maranhão**: memória histórica. 2ª Edição. São Luís: AML/EDUEMA, 2008.

ANDRÉS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro (coord.). **Centro Histórico de São Luís – Maranhão**: patrimônio mundial. São Paulo: Audichromo editora, 1998.

_____[et al.]. **Perfil Cultural e Artístico do Maranhão.** Volume 01. São Luís: AMARTE, 2006.

_____. Roteiro 1: São Luís. O Centro Antigo. In: **São Luís**: Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem. São Luís - Servilha: Junta de Andaluzia, IPHAN, Prefeitura de São Luís, Ministério das Cidades, 2008.

_____ . **São Luís** – reabilitação do Centro Histórico – Patrimônio da Humanidade. São Luís: IPHAN, 2012.

ARANHA, Graça. **O meu próprio romance**. Introdução e notas de Jomar Moraes. Depoimento de Nazareth Prado. 4ª edição. São Luís: Alumar, 1996.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 6ª edição. Trad. de Maria Lúcia Pereira. Campinas: Ed. Papirus, 1994.

AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato**. São Paulo: Marin Claret, 2005.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. 2ª edição. Tradução de. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BETTENDORF, João Felipe (SJ). **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão** [1698]. Belém: Secult, 1990.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e Céu de Nostalgia**: tradição e identidade em São. Luís do Maranhão. São Luís: Café e Lápis/ FAPEMA, 2011.

_____. **Uma Athenas Equinocial**: a literatura e a fundação de um. Maranhão no Império Brasileiro. São Luís: Edifunc, 2010.

BOSI, Alfredo. **Entre a literatura e a história**, Editora 34, 2013.

BRAGA, Pedro. **A ilha afortunada**. São Luís: Temas Maranhenses, 1987.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2004.

_____ . Ministério do Interior. Fundação Projeto Rondon. **Monumentos históricos do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1979.

CAMPOS, Humberto de. **Memórias e memórias inacabadas**. São Luís: Instituto Geia, 2009.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

Centro Histórico de São Luís: Patrimônio Mundial. BOGÉA, Kátia Santos; BRITO, Stella Regina Soares de; PESTANA, Raphael Gama (org**.**). São Luís: IPHAN, 2005.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural.** 2ª edição. Tradução de Luiz F. Pimenta e Margareth C. A. Pimenta. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

_____ . **A nova Geografia.** Trad. Filipe Machado. Publicação: Coimbra: Livraria Almedina, 1978.

CRUZ, Ernesto**. Igrejas e Sobrados do Maranhão** (São Luís e Alcântara). Rio de Janeiro: Livros de Portugal S/A. 1953.

CUNHA, Gaudêncio. **Maranhão 1908**: álbum fotográfico de Gaudêncio Cunha. São Luís: Edições AML, 2008.

DARDEL, Eric. **O Homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução Werter Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. **Atlas toponímico do Brasil**: teoria e prática II. Revista Trama. Vol. 3, Nº 5 (2007). Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/viewArticle/965. Acessado em 16/10/2013.

_____. Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA. Maria Cândida Trindade Costa de (Organizadora). **O léxico em estudo.** Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

_____. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. 3ª ed. São Paulo: USPFFLCH, 1992.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. 6º edição. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (org.). **São Luís**: uma leitura da cidade. Prefeitura de São Luís / Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

EVREUX, Yves d'. **Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614.** 3ª ed. anotada aos cuidados de Sebastião Moreira Duarte São Paulo: Editora Siciliano, 2002.

FREITAS, Clodoaldo. **O Palácio das Lágrimas** - novela maranhense. São Luís: AML/EDUEMA, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15ª edição. São Paulo: Global, 2004.

GAIOSO, Raimundo José de Souza. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura no Maranhão.** Imperatriz (MA): Ética , 2008.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução de Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1996.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

GRONDIN, Jean. **Introdução à hermenêutica filosófica**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: **Ensaios e conferências**. Trad. Emmanuel C. Leão, Gilvan Fogel, Marcia S.C. Schuback. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Ontologia** (Hermenêutica da facticidade). 2ª edição. Tradução Renato Kirchner. Petrópolis: Vozes, 2013.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento** [Erkenntnistheorie]. Tradução de João Vergílio Gallegari Cuter. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOLZER, Werther**. O lugar na Geografia Humanista**. Revista Território, Rio de Janeiro, ano IV, n° 7, jul./dez. 1999. Disponível em www.revistaterritorio.com.br/pdf/07. Acessado em: 28.11.2013

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O Palacete Paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira 1867-1918**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

IPHAN. **Cidades históricas**; inventário e pesquisa: São Luís. Distrito Federal: Editora do Senado Federal, 2007.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

KINDDER, Daniel Parish; FLETCHER, James Cooley, **O Brasil e os brasileiros:** esboço histórico e descritivo. São Paulo: Ed. Nacional, 1941.

KOSTER, Henry. **Viagem ao Nordeste do Brasil.** Tradução e nota de Luiz da Camara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. Disponível em http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-ao-nordeste-do-brasil/pagina/3/texto. Acessado em: 03.04.2014.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação Francesa de São Luís e seus mitos.** 3ª edição. São Luís: Editora UEMA, 2008.

_____. **São Luís do Maranhão**: corpo e alma. São Luís: Alumar, 2012.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LIMA, Carlos de. **Caminhos de São Luís:** ruas, logradouros e prédios históricos. São Luís: Livraria Siciliano, 2002.

LISBOA, João Francisco**. Jornal de Tímon**: apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão. Vol. 2. São Luís: Alumar, 1992.

LOPES, José Antônio Viana. **São Luís, capital moderna e cidade colonial:** Antonio Lopes e a preservação do patrimônio cultural ludovicense. São Luís: Fundação Municipal de Cultura, 2013.

_____. São Luís: história urbana. In: **São Luís**: Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem. São Luís - Servilha: Junta de Andaluzia, IPHAN, Prefeitura de São Luís, Ministério das Cidades, 2008.

LOPES, Raimundo. **Uma região tropical.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Cia Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

LUZ, Joaquim Vieira da. **Fran Paxeco e as Figuras Maranhenses**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1957.

MACEDO, Eurico Teles de. **O Maranhão e suas riquezas**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MARANDOLA JR, Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista (orgs.). **Geografia e Literatura:** ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: EDUEL, 2010.

MARANHÃO. Secretaria de Coordenação e Planejamento. Comissão de Coordenação do Projeto Praia Grande. Grupo de trabalho. **Projeto Praia.** São Luís, 1981.

MARTINS. Ananias Alves. **São Luís**: fundamentos do patrimônio cultural - século XVII, XVIII e XIX. São Luís: SANLUIZ, 2000.

MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MEIRELES, Mário M. **História de São Luís**. Organização: Carlos Gaspar, Caroline Castro Licar. São Luís: Faculdade Santa Fé, 2012.

_____ . **Os Negros do Maranhão.** São Luís: UFMA, 1983.

_____. **São Luís**: cidade dos azulejos. Rio de Janeiro: Graf. Tupy, 1964.

MELO, Magnólia Bandeira de. **Índice toponímico de Centro Histórico de São Luís.** São Luís: Ed. da Universidade Federal do Maranhão. 1991.

MOHANA. João. **Maria da Tempestade.** 9ª edição. São Luís: Editora EGIR, 1997.

MONBEIG. Pierre. Literatura e geografia. In: **Novos estudos de geografia humana brasileira**. São Paulo: Livraria Martins, 1957.

MONTELLO, Josué. **Diário da manhã**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. **Diário da noite iluminada**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

_____. **Janelas de Mirante:** impressões, cenas e perfis. São Luís: SIOGE, 1993.

_____. **Labirinto de espelhos**. 7ª edição. São Paulo: INL, 1983.

_____. **Fachada de azulejos**: crônicas literárias. São Luís: Edições AML, 1996.

_____. **Os degraus do paraíso**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **Os tambores de São Luís**. 1ª edição especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 19ª ed. São Paulo: Annablume, 2003.

MORAES, Evaristo de. **O caso Pontes Visgueiro**: um erro judiciário. 2ª edição. São Paulo: Siciliano, 2002.

MORAES, Francisco Teixeira de. **Relação histórica e politica dos tumultos que succederam na cidade de S. Luiz do Maranhão** [1692]. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 40 (1877). Disponível em: http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=p. Acessado em 22/11/2013.

MORAES, Jomar. **Guia de São Luís do Maranhão**. São Luís: Ed. Legenda, 1995.

MORAES, Nascimento. **Vencidos e Degenerados**: crônicas maranhenses. 4ª edição. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.

MORENO, Diogo de Campos. **Jornada do Maranhão**: por ordem de S. Majestade feita o ano de 1614. 5ª Edição. São Paulo: Siciliano, 2002.

MORIN. Edgar. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma repensar o pensamento. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda., 2002.

NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999.

NUNES, Benedito. **Ensaios filosóficos**. Organização e apresentação de Victor Sales Pinheiro. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

OLIVEIRA, Franklin. **Literatura e civilização**. Brasília: INL, 1978.

PAXECO, Fran. **Geografia do Maranhão**. São Luís: Typografia Teixeira,1922.

_____. **O Maranhão**: subsídios históricos e corográficos. 3ª edição. São Luís: AML/EDUEMA, 2008.

PORTO, Ana Gomes. **Confeccionando ficções criminais**: os arquivos e a literatura de crime. História social: revista dos pós-graduandos em história da UNICAMP. Nº 23/23. Primeiro e segundo semestre de 2012. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/issue/view/77. Acesso em 23 de outubro de 2013.

_____. **Memórias de um condenado e Mistério de Tijuca, romances de crime**. Floema: caderno de teoria e história literária - Ano VII, N. 9, p. 33-60, julho a dezembro de 2011. Disponível em: http://periodicos.uesb.br/index.php/floema/issue/view/62. Acesso em 23 de outubro de 2013.

REIMAR, Flávio**. Entre o Ceo e a Terra;** reminiscências, fantasias, contos e pontos e traços e meias-tintas. São Luís: Typografia de B. de Mattos, 1869.

REIS, José Ribamar Sousa dos. **Praia Grande**: cenários histórico, turísticos e sentimentais. São Luís: Litograf, 2002.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

RUSSELL, Bertrand. **História da Filosofia Ocidental.** Trad. Brenno Silveira. São Paulo: Nacional, 1999.

SANTOS, Waldemar. **Perfil de Ana Jansen.** São Luís: SIOGE, 1978.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da**. Arquitetura luso-brasileira no Maranhão**. 2ª ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.

_____. Arquitetura tradicional luso-brasileira em São Luís do Maranhão. In: **São Luís**: Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem. São Luís - Servilha: Junta de Andaluzia, IPHAN, Prefeitura de São Luís, Ministério das Cidades, 2008.

SILVEIRA, Simão Estácio da. **Relação Sumaria das Cousas do Maranhão**: dirigida aos pobres de Portugal. [1624] São Paulo: Siciliano, 2001.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nibeldo Silva. **Introdução à pesquisa de ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

_____. **Paisagem do medo**. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: UNESP, 2005.

_____. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VIANA, Waldemiro. **A tara e a toga.** São Luís: AML, 2010.

VIEIRA FILHO. Domingos**. Breve histórico das ruas e praças de São Luís**. 2ª edição. Maranhão, 1971.

VIVEIROS FILHO, Francisco Fuzzetti de**. Urbanidade do sobrado**: um estudo sobre a arquitetura de sobrado de São Luís. Brasília, Editora Senado, 2012.

VITERBO, Sousa. **Dicionário Histórico e Documental dos Arquitetos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou a serviço de Portugal, Lisboa.** [Imprensa Nacional, 1899]. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1988.

Artigos em jornais:

A propósito do centenário de Catulo. **Jornal do Dia**, São Luís (MA), p. 02, 08 de out. de 1963.

Casa onde viveu Graça Aranha teve placa inaugurada ontem. **Jornal O Imparcial**. São Luís (MA), p. 02, 21 de jun. de 1968.

Centenário de Graça Aranha. **Jornal O Dia**, São Luís (MA), p. 02, 21 de jun. de 1968.

O centenário de morte do Comendador João Francisco Lisboa, por João Freire Medeiros. **Jornal O Imparcial**, São Luís (MA), p.04, 25 de abr. de 1963.

Vida de João Lisboa. **Jornal Pequeno**, São Luís (MA), p. 04, 26 de abr. de 1963.

APÊNDICE: BREVE LEVANTAMENTO DA TOPONÍMIA (E ANTROPONÍMIA) DAS RESIDÊNCIAS QUE POSSUEM NOME PRÓPRIO OU PLACAS ALUSIVAS/HOMENAGEM AOS SEUS ILUSTRES MORADORES NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS - MA.

Tradicionalmente, a arquitetura clássica do Brasil (século XVIII e XIX) é dividida levando em consideração a extensão do lote, a quantidade de andares, aposentos, janelas, função e tradição familiar. Desta forma, as primeiras habitações tipicamente urbanas foram: a casa térrea e o sobrado. No século XIX, surgem as casas térreas de porão elevado (ou alto), construídas longe dos sobrados, que tinham a dupla função aqui já esclarecida. Todavia, em São Luís, mesmo com a organização do traçado urbano, há algumas peculiaridades com relação às denominações dadas a algumas residências.

As casas térreas, como a própria denominação explica, tinham apenas um pavimento. Eram consideradas moradas simples e, geralmente, apenas com função residencial. Incialmente de chão batido, as casas térreas de São Luís foram crescendo ou diminuindo (com divisão dos lotes), dependendo da condição financeira do proprietário. Dividindo-se em: morada-inteira (com uma porta central e duas janelas de cada lado), meia-morada (uma porta e ao lado, duas janela), morada-e-meia (duas janelas, uma porta e outras quatro janelas), três-quarto (¾) de morada (em uma extremidade temos duas janelas, depois uma porta e outra janela), meia-morda e comércio (três portas, sendo, normalmente, duas utilizadas para o comercio e duas janelas), porta-e-janela (com apenas uma porta e uma janela).

Das moradas simples, sobrados, solares e palacetes de São Luís que possuem nomes próprios ou placas em homenagem, não há como se fazer um levantamento integral; embora não se considere, ao longo da história das edificações particulares ludovicenses, um número tão expressivo. Trazemos, portanto, as que sobreviveram até os dias de hoje através da história, da geografia, da fotografia e da arte literária.

Casa Nobre de Ana Jansen

▪ **Localização:** Rua dos Remédios (Rua Rio Branco), nº 80.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** informa Andrès (2006) que a planta em forma de U, nos apresenta uma residência ampla, com fachada frontal e lateral revestida por azulejos nas cores azul e branco. Possui porão alto na parte lateral, vãos em arco abatido, bandeiras envidraçadas e vãos do térreo com parapeitos em treliça protegidos por gradil de ferro no lado esquerdo. A parte térrea e o mirante terminam em beiral. Segundo Vieira Filho (1976, p. 164) a "entrada é ampla, a fachada revestida de bela fiança portuguesa e com um hall de piso marchetado de seixos rolados".

▪ **Dados cronológicos:** a porta principal emoldada em cantaria possui a inscrição "ANNO DE MDCCCXXV" e uma pedra gravada "Agosto de 1860". Das moradas nobres de Ana Jansen é a que possui porão para entrada de carruagens e, possivelmente, a que se faz referência à "carruagem noturna" que assombrava os moradores da cidade. Em 1865 foi arrematado em leilão por Hermenegildo Jansen Ferreira. Pertenceu também a Benedito Laurindo Moraes.

▪ **A homenageada**: Ana Joaquina de Castro Jansen Albuquerque (1793 -1869), a Donana, foi uma das mulheres mais poderosas no Maranhão do século XIX, herdando e administrando as terras e imóveis deixadas pelos maridos. Faleceu no dia 11 de abril de 1869, aos 82 anos de idade. Foi sepultada no Cemitério dos Passos, mas com o fechamento deste, seus fósseis foram transladados para a Capela do Senhor dos Navegantes incorporada a Igreja de Santo Antônio.

▪ **Situação atual:** Laboratório e clínica oftalmológica.

Figuras 16: Fotos da residência de Ana Jansen.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Casarão da Família Azevedo / Casarão de Aluísio Azevedo

▪ **Localização:** Rua do Sol, Nº 67/567.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** "casa em estilo colonial, construção morada inteira de um só pavimento e mirante com terminação em beiral" (BRASIL, 1979, p. 35). Possui um pequeno balcão sacado e os azulejos portugueses originais (verde, amarelo e branco) foram substitutos por outros, industriais.

▪ **Dados cronológicos:** na segunda metade do século XIX, o vice-cônsul português Davi Gonçalves de Azevedo, juntamente com a sua esposa, a maranhense Emília Branco, criaram, neste casarão, seus cincos filhos: Camila Anália, Maria Emília, Arthur Nabantino (o teatrólogo Artur Azevedo), Aluísio Tancredo (o romancista Aluísio Azevedo) e Américo Garibaldi (o escritor Américo Azevedo), todos com o sobrenome Gonçalves de Azevedo. No mirante desta residência, Aluísio Azevedo escreveu o romance *O mulato* (1881). Neste casarão residiu também o escritor Antônio Lobo, que também escreveu em seu mirante o romance *A carteira de um neurastênico* (1903). Em março deste ano (2014) o site do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) denunciou a possível intenção do proprietário do imóvel em transformá-lo em estacionamento. Através de sua *fan page* no *Facebook*, o Instituto iniciou uma campanha, abriu-se um inquérito e o Ministério Público Estadual entrou com uma ação cautelar para impedir o uso do casarão como estacionamento.

▪ **O homenageado**: Aluísio Azevedo (1857-1913) foi jornalista, cartunista, poeta e romancista. Membro da Academia Brasileira de Letras é visto pelos críticos como o iniciante do naturalismo literário no Brasil, influenciado pelo escritor francês Émilie Zola, fundador do naturalismo literário. Suas principais obras: *O Mulato (1881)*, *Casa de Pensão* (1884), *O Homem (1887)* e *O Cortiço* (1890).

▪ **Situação atual:** em ruínas.

▪ **Referência na Literatura:** *O cativeiro*, Dunshee de Abranches (1992).

> Nesse instante violentamente se abrira a porta do extremo oposto da varanda onde nos achávamos. E cabeleira revolta, braços abertos, agitando no ar umas folhas soltas de papel, surgira a figura juvenil, alegre e radiosa de Aluísio Azevedo, reprodução viva e impressionante do formoso retrato que tinha ali em face.
> - Eureca! Eureca! Vinha bradando o novel escritor na impetuosa vivacidade dos seus vinte e quatro anos. [...]

- Sabes? Querida. Resolvi mesmo que o primeiro caixeiro matasse o Doutro Raimundo.
- É a história real do teu *Mulato*, retrucou D. Emília [mãe de Azevedo]. E arrematou a conversa olhando-me intencionalmente:
- Em todo o caso, não sejas muito cruel com a Ana Rosa: lembra-te de que ela foi uma das últimas vítimas do cativeiro doméstico da mulher maranhense... (ABRANCHES, 1994, p. 127 e 128)

Figura 17: Fotos do Casarão da Família Azevedo / Casarão de Aluísio Azevedo.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Fonte: http://g1.globo.com

Figura 18: montagem realizada pelo autor desta pesquisa para a campanha do IHGM (2014).

Fonte: produção do autor (2014).

Casarão do Barão de Itapari / Itapary

▪ **Localização:** Rua da Independência (Rua Barão de Itapary) esquina com a Rua dos Remédios (Rua Rio Branco), Nº 14.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** “morava o Barão [de Itapary] num enorme prédio de morada-inteira sito na rua dos Remédios, canto com a da Independência, dando para a praça Gonçalves Dias.” (VIEIRA FILHO, 1971, p. 41).

▪ **O homenageado**: segundo Vieira Filho (1971, p. 41); “José Joaquim Seguins de Oliveira nasceu em São Luís em 1858 e faleceu na mesma cidade em 1929, era filho do comerciante Oliveira, que possuía diversas propriedades e negócios na capital”. Joaquim formou-se em direito, mas preferiu viver no campo, o que muito se deve a sua saúde frágil. Quando volta a residir em São Luís, escolhe a morada-inteira do Largo dos Remédios.

▪ **Situação atual:** funcionou a Faculdade de Assistência Social.

▪**Referência na Literatura:** a residência é descrita na *obra Memórias e memórias inacabadas* (2009), de Humberto de Campos.

> Freguês de luxo era, igualmente, o Barão de Itaparí, que morava nos Remédios, em um casarão rodeado de janelas, e que fazia canto com a praça em que se levantava a estátua do Cantor dos Timbiras. O conhecimento deste fidalgo da Monarquia constituiu, entretanto, uma das minhas mais fortes e irremediáveis desilusões.
> [...] Um dia, "seu" Zé entregou-me uma conta, dentro de um envelope, dizendo-me:
> – Vá á casa do Barão de Itapari, e receba isto. Ele pediu que a mandasse agora pela manhã.
> Subi a Rua da Paz com a imaginação escaldando. Via-me á porta da casa, que eu já conhecia. Bateria palmas. E logo apareceriam dois pajens vestidos de veludo azul, calças presas acima do joelho, meias até à altura das calças, os quais me levariam à presença do Barão, numa grande sala de enfeites dourados. Sentado em uma cadeira de grande espaldar, colocada sobre um estrado, o Barão me receberia de cara fechada. Entregar-lhe-ia a conta. O fidalgo voltar-se-ia, então, para o tesoureiro, e diria:
> – Pague isto a esse menino.
> O tesoureiro faria uma reverência, curvando-se todo, eu faria outra, e, ao fim de pouco tempo, eu me veria na rua, trazendo o dinheiro.
> O coração batia forte, quando cheguei ao fim da Rua dos Remédios. Bati palmas à porta. Achei a pequena escada um pouco suja, mas era possível que aquilo fosse para disfarçar a riqueza que reinava lá dentro... Um instante mais e entreabre-se a porta do corredor escuro, dando passagem à cabeça de uma preta gorda, e beiçuda, que indaga, numa voz gritante:
> – Qui é?
> Disse ao que ia. E ela:
> – "Seu" barão saiu agora mesmo... "Sinhô" corre que ainda pega ele no canto... Ele foi esperar o bonde no largo. . .

> Desceu os dois ou três degraus. Chegou à porta. Estendeu os olhos, e, em seguida, o braço:
> – Oi, tá-colá ele...
> Olhei. Em frente à Igreja dos Remédios, ainda cercada de velhos andaimes, um cavalheiro vestindo paletó preto e comum, fumava um fim de cigarro, ao mesmo tempo que esgaravatava a terra com a ponta do guarda-chuva. Bigode negro, e, se bem me lembro, uma barbicha curta, da mesma cor. Figura vulgar de burguês. Cara de comerciante da Praia Grande. Encaminhei-me para ele. Entreguei-lhe o envelope quase com desprezo. Ele o abriu, examinou a quantia, cinquenta ou sessenta mil réis, meteu a mão no bolso da calça, pagou-me com displicência.
> Agradeci surdamente, e retirei-me. O homem continuou a esgaravatar a terra, e a fumar o seu cigarro. Olhei ainda de longe, para certificar-me. E sorri, superior:
> – Sim, senhor!... Isto é que é um barão!?...
> Eu acabava de vender, na verdade, por cinquenta ou sessenta mil réis, que nem seriam meus, uma das mais lindas ilusões da minha meninice!... (CAMPOS, 2009, p. 268 e 269).

Figura 19: Fotos do Casarão do Barão de Itapari / Itapary (no Largo dos Amores).

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Palacete Gentil Braga / Palacete de Porcelana / Casarão da Viração

▪ **Localização:** Rua Grande (Rua Oswaldo Cruz), Nº 782 (esquina com a Rua do Passeio).

▪ **Detalhes arquitetônicos:** estrutura em forma de L, de fachada azulejada (azul e branco) do final do século XVIII (a construção data de 1808). Possui janelas encimadas com bandeiras ogivais (as que dão para a rua, são em número de 22), balcões entalados, escadaria em marmorite branco e um corredor decorado com ladrilhos. Agrega um porão alto, pátio, porão alto e um mirante (construído à parte) com vista panorâmica da cidade.

▪ **Dados cronológicos:** também foi residência do primeiro vice-cônsul no Maranhão, John Hesket e de João Inácio Ferreira de Oliveira. Em 1976 é adquirido pela Universidade Federal do Maranhão.

▪ **Placa:** “No mirante desta casa, em 1869, Gentil Homem de Almeida Braga escreveu o livro de Reminiscências *Entre o céu e a Terra*, homenagem da Fundação Cultural do Maranhão. São Luís, 25-07-1976”.

▪ **O homenageado:** Gentil Homem de Almeida Braga (1835-1876) nasceu em São Luís e, bacharelando-se em direito pela Academia de Olinda, volta para a sua cidade natal para exercer sua profissão, tornando-se, posteriormente, político e romancista. Foi um dos fundadores e colaboradores com o *Semanário Maranhense* e em sua residência se reuniam o chamado Grupo Maranhense que nominaram de “Athenas Brasileira” a cidade de São Luís. Além da colaboração de Gentil Braga, o Semanário teve a colaboração também de Antônio Henrique Leal (com artigos históricos) e Sotero dos Reis (que, apesar de afastado da imprensa jornalística maranhense, escreveu um estudo crítico sobre a literatura bíblica), dentre outros. Entre suas obras mais importantes e que foram creditadas ao seu mais conhecido heterônimo (Flávio Reymar) estão: *Clara Verbena*, poema em dois cantos, de 1866; *Eloá* – Mistério (tradução parafraseada), de 1869; e *Entre o céu e a terra*, de 1869. Segundo a Antologia da Academia Maranhense de Letras (1958), Gentil Braga também provou seu inquestionável talento jurídico produzindo uma série de artigos voltados a esta temática nos jornais “Coalizão”, “Ordem e Progresso” e “O Liberal”, criando, evidentemente, alguns desafetos.

▪ **Situação atual:** atualmente funciona o Departamento para Assuntos Culturais da Universidade Federal do Maranhão, entretanto, a situação de alguns aposentos é de completo abandono.

▪ **Referência na Literatura:** a residência aparece na obra *Entre o céu e a terra* (1869), de autoria de Gentil Braga; no livro de memórias *O cativeiro*, de Dunshee de Abranches (1841, 1992); e no romance *Labirinto de Espelhos* (1973), de Josué Montello:

> [...] São Luís nessa época teve também a sua boêmia literária que deixou ruidosa tradição. Sousa Andrade, Gentil Braga, Sabas da Costa, Joaquim Serra, escandalizavam em moldes aristocráticos, com as suas peraltices, as suas anedotas e episódios de espíritos. [...] Reuniam-se esses boêmios quase sempre na casa do Gentil Braga, um vasto imóvel, sito à Rua Grande, esquina da do Passeio, e encimado por uma torre de azulejos, no alto da qual existia um mirante onde o tradutor de *Eloá* escreveu as páginas delicadas do seu – *Entre o céu e a Terra.* [...]. (ABRANCHES, 1994, p. 105 e 106)

> Floreando a bengala, Proença ia pela calçada da rua grande, quase à esquina da Rua do Passeio, a resvalar o olhar pela frontaria de azulejos do imenso casarão de janelas em ogiva. [...] No entanto, era apenas para olhar a casa que assim perlongava a calçada, no passo mole de ocioso, relanceando os bogalhos extasiados pelas paredes de pedra e cal, sem se fatigar de admirá-las. (MONTELLO, 1973, p. 430)

Figura 20: Fotos do Palacete Gentil Braga.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Palácio das Lágrimas

▪ **Localização:** Rua São João (no Largo da Igreja de São João dos Militares), esquina com a Rua da Paz, Nº 546.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** segundo Domingo Vieira Filho (1971, p.168), o prédio original era “um vasto imóvel de três andares com umbrais de cantaria, de propriedade do rico comerciante e mercador de escravos Jerônimo de Pádua”.

▪ **Dados cronológicos:** o sobrado original foi demolido em 1922, para a instalação da Escola Modelo Benedito Leite, mas as características atuais são da reforma de 1955/1956. Ainda na década de 1950 o imóvel passa a sediar a Faculdade de Farmácia e Odontologia.

▪ **A homenagem**: “[...] a ao descer a escada que dava para a rua, rumo ao cadafalso, tantas foram as lágrimas de sua revolta inocência que, como a quererem eternizar seu clamor, jamais se apagaram de sobre as *lages* dos degraus que todos os dias delas amanheciam humedecidas. Perseguido pela dúvida do remorso, o senhor fez substituir as pedras lacrimejantes, mas a vingança do destino sobreviveu em tudo o mais e a casa se fez mal assombrada” (MEIRELES, 1964, p. 68 e 69)

▪ **Situação atual:** pertence à Faculdade de Odontologia, da Universidade Federal do Maranhão. O prédio, entretendo, indica situação de abandono.

▪ **Referência na Literatura:** romance *O Palácio das Lágrimas*, de Clodoaldo Freitas, 2008.

Figura 21: Fotos do Palácio das Lágrimas.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Sobrado da Família Vale

▪ **Localização:** Rua de Santana, Nº 234.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** Mário Meirelles (1964, p. 69) se refere a residência como sendo um “vasto sobradão de azulejos amarelos”.

▪ **Dados cronológicos:** segundo Vieira Filho (1971, p. 116), “em 1964, por ocasião dos festejos de morte do poeta [Gonçalves Dias], o Estado prestou significativa homenagem, inaugurando nesse sobrado, uma placa comemorativa”. O sobrado também pertenceu ao conselheiro Gomes de Castro.

▪ **Placa:** “Nesta casa viveu, em 1845 Ana Amélia Vale, musa inspiradora de Antônio Gonçalves Dias. Homenagem do Govêrno do Estado do Maranhão, na data centenária da morte do insigne poeta. São Luís, 3 de XI de 1964”.

▪ **A homenageada**: filha de José Joaquim Ferreira Vale (ou Domingos José Ferreira Vale) e Rita Costa Ferreira Franco de Sá, Ana Amélia Ferreira do Vale ficou conhecida por ter sido a grande paixão do maior poeta do Romantismo brasileiro. Em suas visitas à capital maranhense, “Gonçalves Dias conheceu a mulher de sua paixão, a sua musa, Ana Amélia, irmã do Visconde do Desterro, e que, na desdita de um amor infeliz porque impossível pela distância social que os apartava, inspirou-lhe, dentre outras, a mais bela canção de amor que jamais se escreveu em língua portuguesa - “Ainda uma vez, Adeus”. (MEIRELES, 1964, p. 116).

▪ **Situação atual:** estabelecimento comercial. A placa citada por Vieira Filho não foi encontrada.

Figura 22: Fotos do Sobrado de Ana Amélia.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Sobrado da Família Paixão Cearense

▪ **Localização:** Rua Grande (Rua Oswaldo Cruz), Nº 66.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** não encontramos informações sobre a construção original da residência, somente que era uma morada inteira.

▪ **Dados cronológicos:** no texto *A propósito do centenário de Catulo*, do *Jornal do Dia* (08/10/1963, p.04), lê-se: "O mais antigo almanaque a noticiar a presença, em S. Luís, de Amâncio José da Paixão, o CEARENSE, é o de Belarmino, organizado para o ano de 1860, compendiando, porém, dados de 59. Dá-lo com a profissão de ourives, estabelecido na rua Grande n.3[101], segunda casa à esquerda de quem sobe, hoje Casa Garimpo, sobrado; ao tempo, certamente, térrea". Percebe-se que tal sobrado foi, inicialmente, uma morada modesta o qual, com reformas, ganhou um andar.

▪ **Placa:** "Nesta casa nasceu, a 8-10-1863[102], CATULO DA PAIXÃO CEARENSE, grande poeta que soube interpretar, em versos bem representativos da inteligência maranhense, a alma popular brasileira. S. Luís, 11-1-1940".

▪ **Nota na Imprensa:** "Amanhan, às 21 horas, será inaugurada, na casa n. 66, da rua Oswaldo Cruz, em que nasceu o glorioso vate Catullo da Paixão Cearense, uma placa de mármore, [...]. Expressiva homenagem a um dos maiores maranhenses vivos, esse movimento, que se deve à iniciativa de Guimarães Martins, recebeu o apoio de todos os intellectuais maranhenses e coincidirá com a inauguração do busto de Catullo, no Rio [no jardim do Palácio Monroe], levantado por iniciativa de um dos mais prestigiosos órgãos da nossa imprensa, o jornal *A Noite*. [...]. A bandeira nacional que cobrirá a placa será levantada por uma cabocla, legítima

[101] Segundo o mesmo texto do Jornal do Dia (08/10/1963, p.04), baseado também nos livros de assentamento da Cúria Metropolitana, Amâncio era casado com Maria Celestina Braga. O primeiro filho fora batizado com o nome de Gil (27/02/1861); o segundo, Catulo (27/01/1864); o terceiro, "batizado na igreja de S. João, com o mesmo nome pelo cônego colado Maurício Fernando Alves", em 31/01/1866; e o quarto, Gerson (01/01/1871), que teve como padrinhos: José Cândido de Pontes Visgueiro e Joana Visgueiro de Guimarães Braga. Ainda segundo a nota, e fazendo referência ao Almanaque de 61 o "cearense" Amâncio "em anúncio saliente, declara-se ourives perito na arte e gravador em anéis, relógios, chapas, canetas. Residência, rua de Santaninha n. 22. Em 65, encontra-se estabelecido na rua Grande n. 9; de 67 a 69, n. 11; em 70, n. 10. Resultado do exposto que, nascido o primeiro Catulo em 63, o local desse evento deve ter sido a casa da rua Grande n.3, não a da rua Grande n. 10, residência, depois de José Dieguez, e hoje, Vancrilio Gonçalves, onde o pai figura com ouvesaria, a partir do ano de 69."

[102] Sobre o ano de nascimento de Catulo, são divulgados os anos de 1863, 1864 e 1866. O certo seria 1863, pois, segundo alguns biógrafos a data de 31 de janeiro de 1866 seria um equívoco ou uma "farsa". O poeta e compositor para ser nomeado para um serviço público precisou remoçar três anos para conseguir tal nomeação.

representante da nossa raça, que symbolizará a Maybi do poema de Catullo. Discursarão, na solenidade, o dr. Waldemar Britto e um dos membros da Academia Maranhense de Letras [Oliveira Roma]. (jornal *O Imparcial*, 10 de janeiro de 1940, p. 01)

- **O homenageado:** Catulo da Paixão Cearense nasceu em São Luís, em 8 de outubro de 1863. Por causa do escândalo do Caso Pontes Visgueiro, seu pai, o ourives e relojoeiro Amâncio José da Paixão Cearense teve que se mudar com sua família para o Ceará. Catulo tinha então 10 anos de idade. Em 1880, (com 17 anos) muda-se, com sua família para o Rio de Janeiro. Nessa cidade, Catulo irá residir na Rua São Clemente e, por coincidência, em uma casa quase parecida à de São Luís: com três portas no térreo, três janelas em cima e uma sacadas. Autodidata, torna-se poeta (o poema *O Lenhador* foi relançado em 2011 pela Editora Petrópolis), instrumentista, compositor e músico sertanista. Em 1908 lança a canção "'Luar do Sertão", em parceria com João Pernambuco, sua composição mais célebre. Faleceu no Rio de Janeiro, a 10 de maio de 1946.
- **Situação atual:** loja comercial.
- **Referência na Literatura:** a residência aparece na obra *A tara e a toga* (2011), de Waldemiro Viana.

Figura 23: Fotos do Sobrado da Família Paixão Cearense.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Sobrado / Pensão da Madame Faustina

▪ **Localização:** Beco da Alfandega (esquina com a Rua do Giz), Nº 148.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** sobrado com dois pavimentos, com mirante. Sofreu divisão interna, tornando-se dois estabelecimentos.

▪ **Dados cronológicos:** não encontramos informações sobre os primeiros proprietários do sobrado.

▪ **A homenageada**: Faustina Matilde Pereira, conhecida popularmente como Dona (ou Madame) Faustina nasceu no "povoado Tubarão, interior de Alcântara, onde nasceu em 4 de fevereiro de 1946. Logo que chegou a São luís, em 1961, ela começou a trabalhar em 'casa de família' no Bairro do São Francisco, onde chegava em pequenos botes ou na lancha de Chocolate, um velho lobo do mar. Casou-se aos quinze anos e, depois que largou o marido e a profissão de empregada doméstica, mudou-se definitivamente para a Praia Grande." (BALEIRO, 2000 apud REIS, 2002, p. 72). Depois de trabalhar na rua, Faustina alugou o velho sobrado e o transformou em um pequeno bordel, onde acolhia jovens vindas de diversas cidades do interior maranhense. O "Bar da Gorda", como posteriormente, ficou conhecido, é um dos mais antigos redutos da área boêmia do Bairro da Praia Grande.

▪ **Situação atual:** residência e comércio.

Figura 24: Foto do Sobrado / Pensão da Madame Faustina.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Sobrado de Ana Jansen / Palácio das Luzes

▪ **Localização:** Beco do Teatro (Rua Godofredo Viana), esquina com a Rua Grande (Rua Oswaldo cruz), Nº 96.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** com duas fachadas uniformes e vão em cantaria, o sobrado possui janelas com balcão sacado e é revestido de azulejos portugueses (azul e branco). No interior, quase mais nada do original.

▪ **Dados cronológicos:** "num magnífico sobrado de azulejos existente nessa rua, onde por muitos anos teve sede o Cassino Maranhense e morou Ana Jansen, funcionou o famoso Colégio Perdigão, que substituiu o antigo Colégio Episcopal de N. S. dos Remédios, fundado pelo dr. Domingos Feliciano Marques Perdigão". (VIEIRA FILHO, 1971, p. 84)

▪ **A homenageada**: Ana Jansen financiou alguns jornais e intelectuais locais. Segundo Abranches (1992, p. 59); "nos salões de D. Ana Jansen, D. Martinha encontrara a fina flor do liberalismo do tempo. João Francisco Lisboa, nos seus trinta e cinco anos, era sem dúvida a figura mais brilhante e prestigiosa entre os bem-te-vis.". "No seu palacete, dizia o povo, não se fechavam as portas nem se apagavam as luzes". (ABRANCHES, 1992).

▪ **Situação atual:** Loja comercial.

▪ **Referência na Literatura:** no romance *Os tambores de São Luís* (2010), de Josué Montello e no livro de memórias *O cativeiro* (1992), de Dunshee de Abranches.

Sobrado de Ana Jansen (II)

▪ **Localização:** Largo do Palácio (Avenida Pedro II), Nº 209.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** sobrado extenso, com mirante e janelas com peitoral trabalhado.

▪ **Dados cronológicos:** este sobrado serviu de morada para Ana Jansen, mudando-se posteriormente para a Morada Nobre da Rua Grande. Funcionou a Junta Comercial do Maranhão- JUCEMA,

▪ **Situação atual:** encontra-se fechado para reformas

Sobrado de Celso Magalhães

- **Localização:** Rua das Hortas (Rua Siqueira Campos), Nº 23.
- **Detalhes arquitetônicos:** sobrado com arquitetura típica do século XIX.
- **O homenageado**: O promotor, pesquisador e romancista faleceu antes de completar 30 anos, por isso, algumas de suas obra só foram publicadas depois do seu falecimento. É o caso do romance *Um estudo de temperamento*, publicado na Revista Brasileira, dois anos depois. Outro romance de Magalhães é *O padre Estanislau*, que segundo Josué Montello (1993) foi publicado pela Revista do Norte, que "dada a posição anticlerical de seu autor, confirmada pelas atitudes que tomou na imprensa maranhense, anteciparia igualmente a linha seguida por Aluísio Azevedo, quando transferiu para *O mulato*, na figura caricatural do Cônego Diogo, a campanha encetada contra o clero nas colunas de O Pensador" (MONTELLO, 1993, p. 55). Em 1876, levou para a cadeira dos réus a futura Baronesa de Grajaú, D. Ana Rosa Viana Ribeiro, acusada de ter matado dois de seus escravos. A senhora-dona foi absorvida e, posteriormente, Magalhães perderia seu cargo. Seu livro de estudos e críticas *A poesia popular brasileira* foi publica em 1993, pela Biblioteca Nacional.
- **Situação atual:** fechado.
- **Referência na Literatura:** no romance *Os tambores de São Luís* (2010), de Josué Montello.

Sobrado de Emília Veras / Sobrado de Humberto de Campos

▪ **Localização:** Rua da Paz (Rua Coronel Colares Moreira), Nº 107.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** sobrado com arquitetura típica do século XIX.

▪ **Os homenageados**: Informa Humberto de Campos (2009, p.231): "entre estes [moradores do sobrado], achava-se, em 1900, a Emília. Filha de uma simpática mulata de Barreirinhas com um primo de meu pai, nascera, também, mulata, mas de cabelo liso. E viera para São Luís, onde, depois do nascimento de uma filha, se ligou ao comerciante português José Dias Matos, proprietário da Casa Trasmontana, à Rua da Paz. O estabelecimento ocupava todo o andar térreo, e a Emília, com a mãe, o pai e a filha, o andar superior. E o português sustentava-os a todos, com a tradicional liberalidade da raça". Apesar da denominação "de Humberto de Campos", este apenas residiu no sobrado. Humberto de Campos Veras (1886-1936), quando colaborava para o jornal O Imparcial (RJ), utilizou o pseudônimo de Conselheiro XX, assinando crônicas e conselhos que o transformaram em celebridade na época. Em 1930, já imortal da ABL, é eleito deputado federal pelo Maranhão.

▪ **Situação atual:** comércio e residência.

▪ **Referência na Literatura:** a residência é descrita na obra *Memórias e memórias inacabadas* (2009), de Humberto de Campos.

> Às três horas da tarde, mais ou menos, transpunham a porta de um vasto sobrado da Rua da Paz, no Maranhão, esquina da Travessa do Teatro, um homem gordo, baixo, atarracado, trajando largo terno de casimira escura, e um menino fantasiado de urso, isto é, metido em um completo da lã mais felpuda que a indústria inglesa já fabricou para consumo na Groenlândia. O menino amparava na mão esquerda o queixo inchado vermelho, que dava a impressão de que ele havia escondido na bochecha uma laranja. O homem gordo era meu tio Emídio Veras. O menino-urso era eu. E a casa a cuja porta batíamos, a da Emília Veras nesse tempo, Emília Dias de Matos, depois.
> [...]
> Não sei se, chegando à minha casa, eu seria recebido com aquela abundância de coração, ou se o príncipe de Gales ou o duque de York receberiam tanta festa em uma cabana de pastor da Inglaterra. Posso, porém, dizer, que fui recebido mais do que como um príncipe: fui recebido como um filho! A casa entrou em alvoroço. Apareceu uma enorme rede branca, de varanda de crivo, que foi armada no sótão, lugar fresco e claro, com uma das melhores vistas daquela parte da cidade. [...]. (CAMPOS, 2009, p. 231 e 232).

Sobrado de Graça Aranha

- **Localização:** Largo do Palácio (Avenida Dom Pedro II), Nº 241.
- **Detalhes arquitetônicos:** sobrado com arquitetura típica do século XIX. Possui dois pavimentos e um mirante e, possivelmente, construído com alvenaria de pedra e cal. “Os vãos em geral são em arco abatido, no térreo são protegidos por pesadas portas com barra de ferro (por trás) e bandeira também de ferro, [...] a abertura principal tem portão de ferro trabalhado e inscrito o número 241” (BRASIL, 1979, p.38). No segundo andar, as janelas ganharam bandeiras envidraçadas formando desenhos; e no mirante, encontram-se salas, que foram divididas, mas que conservaram o piso de cerâmica e o assoalho sobre laje.
- **Placa:** “Nesta casa viveu GRAÇA ARANHA, nos anos de 1870 a 1884. Homenagem do governo do Estado do Maranhão. São Luís 21-6 -1968.”
- **Nota na Imprensa:** “Centenário de Graça Aranha - A Comissão das Festas Comemorativas do primeiro centenário de nascimento de José Pereira da Graça Aranha tem a satisfação de convidar intelectuais, estudantes, classes conservadoras, membros do clero, autoridades civis e militares e o povo em geral para assistirem o ato comemorativo do expressivo evento, constantes do programa abaixo: Dia 21-6-1968. 17,00 horas – Cerimônia da aposição de uma placa comemorativa no prédio n. 241, sito à Av. Pedro II. Onde Graça Aranha viveu nos anos de 1870 a 1884, [...]. 20,00 horas – Inauguração, na Academia Maranhense de Letras, à rua da Paz, n.84, de uma exposição ícono-bibliográfica sôbre Graça Aranha, com a distribuição, entre os presentes, das publicações: “Páginas Seletas de Graça Aranha” e “Graça Aranha – Memorandum”. 20,30 horas – Conferência do Ministro Renato Almeida sôbre a personalidade de Graça Aranha. Apresentará o conferencista, o escritor Erasmo Dias. Local: Academia Maranhense de Letras. DOMINGOS VIEIRA FILHO, RUBEN ALMEIDA, ERASMO DIAS, ODYLO COSTA FILHO, LUIS RÊGO, JOSE CHAGAS.” (Jornal do Dia, 21/06/1968, p. 02).
- **O homenageado**: José Pereira da Graça Aranha (1868-1931) foi romancista, ensaísta e diplomata. Filho de Temístocles da Silva Maciel Aranha e Maria da Glória da Graça. Ingressa na Faculdade de Direito do Recife aos 13 anos, e se torna amigo de Tobias Barreto (1839 - 1899), a quem considera um de seus maiores mestres intelectuais. Trabalhou ao lado de Joaquim Nabuco, pertenceu a Academia

Brasileira de Letras (com quem rompe, em 1924) e integrou a comissão organizadora da Semana de Arte Moderna (1922). Principais obras: *Canaã*, 1902 (romance); *Malazarte*, 1915 (teatro); *A Estética da Vida*, 1921(obra lítero-filosófica); *A Viagem Maravilhosa*, 1929 (romance) e *Meu próprio romance*, 1931 (narrativa de memórias).

▪ **Situação atual:** funciona o setor de Educação do Serviço de Apoio às Micros e Pequenas empresas (SEBRAE). O prédio encontra-se bem conservados, com pequenas adaptações.

▪ **Referência na Literatura:** a residência é descrita na obra *Meu próprio romance* (1931), de Graça Aranha.

Figura 25: Fotos do cômodo e vista do mirante do Sobrado da Família Aranha.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Sobrado de João Francisco Lisboa

▪ **Localização:** Rua da Paz, Nº 328.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** sem informações detalhadas.

▪ **Dados cronológicos:** “[...] na casa nº 1, sobradinho hoje com a primitiva fachada alterada, morou o inolvidável João Francisco Lisboa que pagava o aluguel anual de 300 mil réis. Aí figura uma placa comemorativa em mármore mandada colocar pelo Departamento de Cultura do Estado em 1963.” (VIEIRA FILHO, 1971, p. 59).

▪ **Placa:** “Nesta casa morou JOÃO LISBOA, glória do jornalismo brasileiro. Homenagem do Governo do Estado. Em 26-IV-1963”.

▪ **Nota na Imprensa:** “Transcorre nesta data o primeiro centenário de falecimento do mestre do jornalismo brasileiro, João Francisco Lisboa, que foi também advogado e escritor dos mais brilhantes, constituindo uma das glórias intelectuais do Maranhão. [...] Estão programadas para hoje as seguintes solenidades: às 15 horas, inauguração de exposição bibliográfica, na Biblioteca Pública do Estado; 16 horas, inauguração de placas comemorativas, na casa nº 39, à rua Cel. Colares Moreira, onde residiu João Lisboa; [...]”. (jornal O Imparcial, 26/04/1963, p. 04).

▪ **O homenageado:** João Francisco Lisboa nasceu em Pirapemas, aos 22 dias de março de 1812 e faleceu em Lisboa, no dia 26 de abril de 1863. Como o romancista e jornalista Humberto de Campos, Lisboa também trabalhou em uma casa comercial (do Sr. Francisco Marques Rodrigues) por cerca de dois anos e aos 19 anos inicia sua vida literária no jornal *O brasileiro*. Lança o periódico *Farol Maranhense* (que circulará até o ano de 1833), o jornal *O eco do Norte* (lançado em 1834), o jornal *Crônicas Maranhenses* (1838) e o *Jornal de Timon* (1852).

▪ **Situação atual:** fechado

Figura 26: Foto do Sobrado de João Francisco Lisboa e a placa em sua homenagem.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Sobrado do Dr. Tarquínio Lopes / Sobrado de *miss* Maude Silveira / Sobrado do Beco do Couto

▪ **Localização:** Beco do Couto (Rua Zaque Pedro), esquina com a Rua do Egito (Tarquínio Lopes), Nº 90.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** tem-se um sobrado simples de dois pavimentos, janelas com balcões sacados protegidos por grades de ferro, com arquitetura luso-brasileira.

▪ **Dados cronológicos:** construído no século XIX. Informa Carlos de Lima (2002, p. 42) que havia uma placa no sobrado, onde se podia ler: "Nº 90 – Casa onde nasceu - 30-6-1848 - Dr. Tarquínio Lopes, Filho de L. J. R. Lopes [Luís José Joaquim Rodrigues Lopes] e D. A. C. Lopes.

▪ **O homenageado**: segundo Meireles (1964, p.15), Tarquínio Lopes foi um "conceituado médico e prestigioso político, [...] governou interinamente o Estado na qualidade de 2º Vice-Governador. Seu filho, de igual nome, que viveu na primeira metade desta centúria, foi jornalista, político e médico, [...].". Não encontramos dados históricos sobre a professora Maude Silveira.

▪ **Situação atual:** fechado.

▪ **Referência na Literatura:** no romance *Teias do Tempo* (1993), de Conceição Aboud.

Sobrado Pontes Visgueiro

▪ **Localização:** Rua de São João (Rua Aquiles Lisboa; hoje, Rua 13 de Maio), esquina com a Rua da Saavera (Rua Jansen Matos), Nº 124.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** construído no século XIX, com arquitetura típica dos sobrados ludovicenses. Possui dois pavimentos

▪ **Dados cronológicos:** depois do assassinato da jovem Maria da Conceição (Mariquinhas) foi adquirido, em 1890, por Maria das Dores. Posteriormente, vendido para o Presidente do Tribunal de Justiça Palmério César Maciel de Campos (em 1935) e, em 1960, à Empresa Caixa Econômica Federal.

▪ **O homenageado**: o alagoano José Cândido Pontes Visgueiro (1811-1875), estudou no Seminário de Olinda (PE), onde se transferiu para a Academia de Direito e mais tarde para a de São Paulo (SP), formando-se em 1834. Foi Deputado Geral (hoje Federal) e exerceu no Tribunal de Relação do Maranhão a função de Desembargador. Condenado pela morte da jovem Maria da Conceição, pediu para cumprir a pena em uma cadeia no Maranhão, o que lhe foi negado, indo para Casa de Correição da Corte, no Rio de Janeiro. Faleceu, no Rio de Janeiro, na Correção, no dia 24 de março de 1875, na Casa de Correição, sendo enterrado no Cemitério de São Francisco Xavier, naquela cidade (Rio de Janeiro).

▪ **Situação atual:** encontra-se sem ocupação.

▪ **Referência na Literatura:** nos romances *Os tambores de São Luís* (2010), de Josué Montello e *A tara e a toga* (2011), de Waldemiro Viana:

> Dez horas da noite, frustrado e levemente ressentido, o desembargador chega a uma das várias janelas da ampla sala e grita para o preto Luís, seu escravo, a quem mandara recolher-se bem cedo, e ordena-lhe que feche o portão da frente, após o que se retira para os seus aposentos. [...].
> Às seis da manhã o velho dirigiu-se à casa de banho, onde Luís já providenciava a banheira com água morna. Estremunhado pela noite em claro, despiu o roupão e imergiu satisfeito, na água, desfrutando o prazer que aquela trepidez proporcionava. [...]. (VIANA , 2010, p. 23 e 24).

▪ Solar Cesário Veras

▪ **Localização:** Beco do Couto (esquina com a Rua do Egito), Nº 106.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** construído, aproximadamente, no primeiro quartel do século XIX. Possui dois pavimentos e mirante, terminado em beiral. Com “fachada simétrica, apresentando vãos de verga reta, exceto na porta principal, que tem o vão em arco pleno com bandeira de ferro”. No segundo pavimento, “as janelas são com balcões sacados protegidos por grades de ferro, sendo o central traçado em linhas curvas apoiadas sobre mísula, destacando-se das demais”. E no “vestíbulo, escadaria de madeira leva ao andar superior; piso assoalhado e forro de madeira nos salões nobres” (BRASIL, 1979, p. 14).

▪ **Dados cronológicos:** pertenceu ao Desembargador José Mariano Corrêa de Azevedo Coutinho e, mais tarde, ao Dr. Cesário dos Santos Veras. Nesta residência (no dia 17 de novembro de 1824) a sociedade maranhense homenageou o almirante inglês Cochrane com um grande banquete, mais tarde o mesmo foi agraciado com o título de Marques do Maranhão, pelo Imperador Dom Pedro I. Foi adquirido pela Assembleia Legislativa.

▪ **O homenageado**: Cesário dos Santos Veras foi médico e político. Idealizou, juntamente com o Dr. Luís Lobato Viana, a Escola de Farmácia do Maranhão, fundada em 12 de março de 1922.

▪ **Situação atual:** foi sede do escritório Técnico de Assistência aos Municípios e também da Assembleia Legislativa. Em processo de reforma.

Solar da Baronesa de Anajatuba

▪ **Localização:** Rua do Giz (Rua Vinte e Oito de Julho), Nº 235.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** por ser uma das mais altas edificações do Bairro da Praia Grande (e por está situado em um declive) é também conhecida como “Cavalo de Tróia”. Segundo Andrès (2006), a edificação apresenta, além do pavimento térreo, mais três pavimentos. Sua planta em forma de L oferece um formoso hall de entrada que leva a uma escadaria de madeira e a um pátio interno. Possui esquadrias simétricas guarnecidas por belos e rendilhados balcões metálicos nos pavimentos superiores. As janelas são protegidas por grades de ferro e no segundo e terceiro pavimento, sequência de janelas com balcão sacado corrido.

▪ **Dados cronológicos:** erguido em 1872. Até meados do século XX serviu como residência da Baronesa e de seus descendentes. Em 1940, foi vendido ao banco Comercial que, ao falir, passou o imponente solar para o Banco do estado do Maranhão.

▪ **A homenageada**: pesquisou-se nos Arquivo Público do Estado e na biblioteca do Iphan-Ma (que está localizado no próprio Solar), mas não foram encontradas informações sobre a Baronesa.

▪ **Situação atual:** desde 1980 abriga o Iphan-MA.

Figura 27: Fotos do Solar da Baronesa de Anajatuba.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Solar do Barão / da Baronesa de São Bento

▪ **Localização:** Rua de Santo Antônio (Rua Te. Mário Carpentier), Nº 161.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** “desenvolvido em dois pavimentos, com terminação em beiral e encimando em mirante. Os vãos em arco abatido possuem, a nível do segundo pavimento e mirante, balcões sacados com gradil de ferro e piso em cantaria” (BRASIL, 1979, p. 62). Apresenta também, segundo Andrès (2008), uma portada de cantaria, chave de arco inscrita com as iniciais do primeiro proprietário e o ano de construção (1831).

▪ **Dados cronológicos:** foi construído pela família do Comendador José Maria Correa de Sousa, sogro do futuro Barão de São Bento: Francisco Mariano Viveiros Sobrinho. Informa Vieira Filho (1971, p. 132 e 133) que, “ainda hoje se pode ver, bem conservado, o palacete que pertenceu ao Barão de São Bento, um vasto imóvel de três andares, contando o subsolo, e mirante dando para a baía de São Marcos, com entrada espaçosa, e portais magníficos, onde em 1840, funcionou o primeiro colégio organizado em bons moldes pedagógicos que teve o Maranhão, o famoso Colégio Episcopal de Nossa Senhora dos Remédios, fundado por Domingos Feliciano Marques Perdigão.” Com a morte de Sobrinho, sua esposa teve a posse do imóvel até o ano de 1957.

▪ **O homenageado**: Amaral (apud LIMA, 2002, p. 136) assim traça o perfil do homenageado: “conservador por princípios, era, por seu prestígio próprio e grande fortuna, maior influência política, não só em Alcântara como em Guimarães e Viana, belo modelo de cidadão, chefe político e pai de família.”.

▪ **Situação atual:** adquirido pelo Estado abrigou a Escola de Música do Maranhão e hoje abriga o Centro de Artes Cênica do Maranhão (CACEM).

Solar do Barão de Grajaú

▪ **Localização:** Rua São João (ou Rua 13 de Maio), Nº 500.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** solar em forma de L, com dois pavimentos, beiral e azulejos de diferentes tipos (apresentando ramalhetes de rosas), o solar possui "vãos em arco curvo emoldurados em cantaria, inclusive o balcão sacado e corrido do segundo pavimento, que é guarnecido pelo tradicional gradil de ferro" (BRASIL, 1979, p. 52). As janelas superiores são em caixilho e veneziana, a porta principal apresenta pontas de cravo, cancela de madeira e uma sala avarandada.

▪ **Dados cronológicos:** construído na segunda metade do século XIX, tendo servido de residência do Barão de Grajaú, o Dr. Carlos Fernando Ribeiro. Em 1956, por iniciativa de Dom José Delgado, tornou-se a primeira instituição museológica do Estado (Museu Pio XII - Museu de Artes Sacras – MAS). Também abrigou o Seminário Santo Antônio e a Fundação Universidade do Maranhão (que deu origem a UFMA). Em 1987, o Governo adquiriu o prédio e implantou o Museu de Arte Sacra.

▪ **O homenageado**: Carlos Fernando Ribeiro foi médico e político (vice-presidente da província do Maranhão, entre os anos de 1878 e 1889), mas entrou para a história local por ser esposo de Ana Rosa Viana Ribeiro, então Baronesa de Grajaú, que foi processada por matar o menino-escravo Inocêncio.

▪ **Situação atual:** Museu de Arte Sacra de São Luís.

▪ **Referência na Literatura:** *Os tambores de São Luís* (2010), de Josué Montello.

Figura 28: Fotos do Solar do Barão de Grajaú.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Solar dos Belfort / Solar do Barão de Coroatá / Sobrado da Pacotilha

▪ **Localização:** Largo do Carmo (esquina com o Beco do Quebra-costa / Beco da Pacotilha, atualmente João Vital de Matos), Nº 37.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** sobrado colonial do final o século XVIII. Possui três pavimentos revestidos de azulejos verdes, com sótão, cantarias nas molduras das portas e janelas rotuladas. A fachada não possui balcões e o mirante não tem cumeeira, "é coberto com telha canal, com paredes de madeira tipo veneziana com quatro aberturas" (BRASIL, 1979, p. 34).

▪ **Dados cronológicos:** a inscrição lapidar indica o ano de 1756, um ano após o terremoto que atingiu Lisboa. Foi construído por Lourenço Belfort, comerciante que enriquecera com a lavoura e a pecuária. Na segunda metade do século XIX, residi no imóvel o Barão de Coroatá, Manoel Gomes da Silva Belfort e em 1899 passa a ter como seu proprietário o jornalista Vítor Lobato, que instalou a redação, gerência e oficinas de jornal "Pacotilha". Funcionou também o Hotel Ribamar e também o "Fonte Maravilhosa". (OLIVEIRA, 2010, p. 475).

▪ **O homenageado / homenagem**: "Na segunda metade do século XIX residia nesse imóvel o Barão de Coroatá; Manoel Gomes da Silva Belford. (OLIVEIRA, 2010, p. 475). Belford foi "comissionado" pelo Marques de Pombal a vir se instalar no Maranhão e explorar as possibilidades agrícolas da região. Segundo Joaquim Vieira da Luz (1957, p. 61), denominou-se Sobrado da Pacotilha, porque "nos porões funcionavam as oficinas gráficas da Pacotilha [em circulação a partir do ano de 1880]; o segundo era ocupado pela redação e no último residia, com a família, Agostinho Reis, gerente do tradicional órgão."

▪ **Situação atual:** estabelecimento comercial e residência.

Figura 29: Foto do Solar dos Belfort / do Barão de Coroatá / Sobrado da Pacotilha.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Solar dos Vasconcelos (Memorial do Centro Histórico)

▪ **Localização:** Rua da Estrela (Rua Cândido Mendes), Nº 562.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** é tido com um dos mais bem realizados trabalho arquitetônico do modelo colonial português, entretanto, suas características são similar a de um sobrado, mas com fachada bem elaborada, balcão central em cantaria trabalhada e disposta na entrada. Os dois pavimentos são simétricos “e a porta principal do primeiro pavimento possui bandeira de ferro ricamente trabalhada em arco de meio ponto” (BRASIL, 1979, p. 15), levando ao segundo andar e aos dois subsolos.

▪ **Dados cronológicos:** foi construído na primeira metade do século XIX. Segundo Andrès (2006, p. 34); “foi adquirido pela família Vasconcelos de sua antiga proprietária, Joana de Meirelles de Sá Mariane, em 22 de novembro de 1869”. No ano de 1905, por morte do patriarca da família Comendador José Maria de Freitas e Vasconcelos, o imóvel foi vendido ao Tesouro Público do Estado. Em 1906 foi utilizado como sede da Impressa Oficial, na época Serviço de Impressa e Obras Gráficas do Estado – SIOGE. Em abril de 1997, foram iniciadas obras de reconstrução, restando apenas a fachada principal e algumas paredes.

▪ **Situação atual:** atualmente abriga o Departamento de Patrimônio Histórico, Artísitico e Paisagístico do Maranhão - DPHAP, a Diretoria do Patrimônio Cultural e o Departamento de Projetos Especiais. No pátio central podemos encontrar uma maquete da Ilha do Maranhão. Hoje é conhecimento como Memorial do Centro Histórico.

Figura 30: Foto do Solar dos Vasconcelos.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).

Solar Gomes de Souza

▪ **Localização:** Rua do Sol (Rua Nina Rodrigues), Nº 302.

▪ **Detalhes arquitetônicos:** com dois pavimentos e mirante, é considerado um dos mais belos solares de São Luís. A planta se apresenta em forma de U, dando acesso a um pátio interno que possui um grande poço e algumas dependências de serviço. A fachada, "embora em estilo colonial, apresenta majestosa portaria neoclássica com volutas e frontão triangular" (BRASIL, 1979, p. 18). Piso revestido com pedra de cantaria e os três salões da frente do pavimento nobre apresentam forros apainelados. Sobre a janela central (na entrada principal) existe um monograma talhado em pedra de cantaria com as inscrições do primeiro proprietário (I.J.G.S.) Possui um teatro interno (hoje denominado Teatro Apolônia Pinto).

▪ **Dados cronológicos:** foi construído em 1836, pelo Major Inácio José Gomes de Sousa. Teve, posteriormente, como proprietário: Alexandre Colares Moreira (que comprou o terreno ao lado e abriu um jardim para o solar) e José Francisco Jorge. O prédio foi adquirido pelo Governo do Estado em 1967 que o transformou em museu. Aluísio Azevedo ainda menino, ensaiou, no pequeno teatro, as primeiras peças do irmão; o futuro teatrólogo Artur Azevedo.

▪ **O homenageado**: segundo Vieira Filho (1971, p. 87), "Joaquim Gomes de Sousa nasceu na fazenda Conceição, em Itapecuru Mirim, a 15 de fevereiro de 1829 e faleceu em Londres, a 1º de junho de 1863. Formou-se em engenharia e em medicina, pela Universidade de Paris. Foi capitão do Real Corpo de Engenheiros do exército e logrou eleger-se deputado geral pelo Maranhão. Sua fama de matemático correu mundo, [...]."

▪ **Situação atual:** deste 1973 abriga o Museu Histórico e Artístico do Maranhão – MHAM, com cômodos decorados com objetos e obras de arte típicas dos sobrados do séc. XIX. Também, ao lado, funcionou o Museu de Artes Sacra, composto por peças dos séc. XVIII e XIX no estilo rococó, barroco e neoclássico e que pertenceram a Arquidiocese de São Luís.

▪ **Referência na Literatura:** sobre o Solar dos Gomes de Souza, que em 1973 estava sendo reformado para abrigar o Museu Histórico e Artísitico do Maranhão, descreve Montello:

> De início era um sobradão sombrio, de porta e janelas fechadas, com o mato a crescer de seus beirais. Antiga residência senhorial da família de Joaquim Gomes de Souza. O Souzinha. Autor de um livro sobre cálculo integral e de uma antologia em 18 línguas. Considerado, em seu tempo, o maior matemático brasileiro.
> Pedro Neiva de Santana chamou a seu governo a responsabilidade de restaurá-lo. Agora, estou eu aqui a organizar a nova casa de cultura, com as relíquias do Maranhão, no seu passado e no seu esplendor.
> [...]
> Aos pouco vai o sobrado ganhando feições que o individualiza como uma residência típica do Maranhão, no século XIX. À entrada, fiz apor nas paredes as mais antigas vistas de São Luís, copiadas e ampliadas no Museu Histórico Nacional sobre os originais de Barleus. Ao lado, uma cadeirinha de arruar. Lá em cima, dominando o salão principal, a imponente estante de madeira trabalhada que a Argentina ofereceu ao Maranhão, ao tempo do presidente Júlio Roca, e onde se veem, em relevo, cenas representativas de sua cultura, associada à glória de nosso maior poeta, Gonçalves Dias. (MONTELLO, 1994, p. 556-557)

Figura 31: Fotos do Solar Gomes de Souza.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2014).